

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAMBIENTAL

ALINE ROCHA RODRIGUES

**Eleições Federais Brasileiras e Segurança Alimentar e Nutricional: política
importa?**

FLORIANÓPOLIS

2025

ALINE ROCHA RODRIGUES

Eleições Federais Brasileiras e Segurança Alimentar e Nutricional: política importa?

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Pozzo Rogowski

FLORIANÓPOLIS

2025

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Rodrigues, Aline Rocha
Eleições Federais Brasileiras e Segurança Alimentar e
Nutricional: política importa? / Aline Rocha Rodrigues. --
2025.
147 p.

Orientadora: Renata Pozzo Rogowski
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2025.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Combate à fome.
3. Proposta de governo. 4. Política. 5. Propostas eleitorais. I.
Pozzo Rogowski, Renata. II. Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Socioambiental. III. Título.

ERRATA

RODRIGUES, Aline Rocha. **Eleições Federais Brasileiras e Segurança Alimentar e Nutricional**: política importa?. 2025. 147fl. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED/UDESC, Florianópolis, 2025.

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se

ALINE ROCHA RODRIGUES

Eleições Federais Brasileiras e Segurança Alimentar e Nutricional: política importa?

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
Orientadora: Profa. Dra. Renata Pozzo Rogowski

BANCA EXAMINADORA

Dra. Renata Pozzo Rogowski

Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC

Membros:

Dra. Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Dr. Valério Alécio Turnes

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Dr. Alexandre Rodrigues Lobo

Secretaria Municipal de Educação – Piraí do Sul/PR

Florianópolis, 04 de julho de 2025.

Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábito (Ailton Krenak).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que se fizeram presentes quando eu mesma estava ausente, mergulhada nessas páginas, em especial meu companheiro de jornada Luciano. Agradeço à professora Samira pelo início das orientações deste trabalho e a professora Renata, que me acolheu em um momento necessário, finalizando de forma brilhante o processo de doutoramento. À professora Isa, ao professor Rodrigo, Valério e Alexandre, pelas orientações pontuais e assertivas feitas durante as bancas. Agradeço, por fim, à UDESC e todos os seus professores e técnicos que me acolheram, provando novamente que temos no Brasil uma educação gratuita e de qualidade, acessível a todas e todos.

RESUMO

Esta tese, organizada de forma multipaper, tem como assunto principal o combate à fome e a segurança alimentar e nutricional, junto aos conjuntos de propostas eleitorais em nível federal. O objetivo geral é analisar as proposições de políticas de combate à fome e efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas eleitorais dos candidatos e candidatas vitoriosos nos pleitos de 2002 a 2018 e dos candidatos à reeleição no pleito de 2022, no Brasil. Foram utilizadas as metodologias de análise de conteúdo e revisões de literatura (narrativa e de escopo). Na análise de conteúdo, foram elencadas categorias com base na literatura, sendo as políticas separadas de acordo com o eixo da segurança alimentar e nutricional a que pertencem (acesso, disponibilidade, adequação e estabilidade), utilizando o contexto da entrada e saída do país no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para compor a conjuntura da análise qualitativa e quantitativa. O corpus da pesquisa compôs-se de conjuntos de propostas dos candidatos vencedores do pleito de 2002 - Lula, 2006 - Lula, 2010 - Dilma, 2014 - Dilma e 2018 - Bolsonaro, e candidatos primeiro e segundo colocados nas eleições presidenciais de 2022 – Lula e Bolsonaro. Como resultados, foram encontradas propostas de diferentes naturezas, nas áreas da segurança alimentar e nutricional, como produção, abastecimento, acesso aos alimentos e distribuição. Em relação à ideologia político-partidária, encontramos uma correlação entre o alinhamento partidário, os dados da fome, o conteúdo e o número de propostas. Mudanças no perfil das propostas também foram encontradas, havendo maior contextualização política e histórica no ano de 2002 e em 2022 propostas mais sucintas, com menores contextualizações e uso de estratégias de linguagem voltadas ao marketing. Concluímos que quanto mais à esquerda um partido estiver, dentro do recorte partidário analisado, maiores as chances de propostas de combate à fome e segurança alimentar e nutricional estarem presentes nas propostas eleitorais, em especial políticas de garantia dos direitos sociais. E que, de acordo com o aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar, maiores serão os números de propostas presentes nos documentos, independentemente da ideologia do partido principal.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Combate à fome; Proposta de governo; Política; Propostas eleitorais.

ABSTRACT

This thesis, structured in a multipaper format, primarily addresses the fight against hunger and the promotion of food and nutritional security, in conjunction with the sets of federal-level electoral proposals. The general objective is to analyze the policy proposals aimed at combating hunger and ensuring Food and Nutritional Security (FNS) within the electoral platforms of winning candidates from the 2002 to 2018 presidential elections, as well as the re-election candidates in the 2022 election in Brazil. The research employed content analysis and literature review methodologies (narrative and scoping reviews). In the content analysis, categories were defined based on existing literature, and the policies were classified according to the pillars of food and nutritional security to which they belong (access, availability, adequacy, and stability). The context of Brazil's entry and exit from the United Nations Hunger Map was used to frame the qualitative and quantitative analysis. The research corpus consisted of the electoral platforms of the winning candidates in the 2002 – Lula, 2006 – Lula, 2010 – Dilma, 2014 – Dilma, and 2018 – Bolsonaro elections, as well as the first- and second-place candidates in the 2022 presidential election – Lula and Bolsonaro. The results revealed proposals of various natures within the field of food and nutritional security, including food production, supply, access, and distribution. Regarding political-party ideology, the study identified a correlation between party alignment, hunger data, the content, and the number of policy proposals. Shifts in the profile of proposals were also observed: in 2002, the proposals presented greater political and historical contextualization, whereas in 2022, they were more concise, with less contextualization and increased use of marketing-oriented language strategies. The study concludes that, within the partisan spectrum analyzed, the further to the left a political party is positioned, the more likely it is that its electoral proposals will include policies aimed at combating hunger and food and nutritional security—particularly those related to the guarantee of social rights. Additionally, the greater the number of people experiencing food insecurity, the more numerous the related proposals tend to be in campaign documents, regardless of the party's ideological orientation.

Keywords: Food and Nutrition Security; Hunger relief; Government proposal; Politics; Electoral proposals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Passos da revisão sistemática aplicados à revisão narrativa sobre políticas públicas de SAN.....	26
Figura 2 - Dados da fome regionalizados no ano de 2022 no Brasil.....	30
Figura 3 - Políticas públicas de SAN efetivadas no primeiro mandato de Lula - PT, de 2003 a 2006.....	31
Figura 4 - Políticas públicas de SAN efetivadas no primeiro mandato de Lula - PT, de 2003 a 2006	33
Figura 5 - Políticas públicas de SAN efetivadas no primeiro e segundo mandato de Dilma – PT, de 2011 A 2015	35
Figura 6 - Políticas públicas de SAN efetivadas no mandato de Temer - MDB, de 2016 A 2018.....	38
Figura 7 - Políticas públicas de SAN efetivadas no primeiro mandato de Bolsonaro, de 2019 a 2022	39
Figura 8 - Fluxo de trabalho na revisão de escopo sobre as propostas eleitorais presidenciais de 2002 a 2022.....	49
Figura 9 - Protocolo de busca da Revisão de Escopo sobre as propostas eleitorais presidenciais de 2002 a 2022.....	51
Figura 10 - Palavras-chave encontradas nos artigos que formam o corpus da revisão de escopo sobre propostas eleitorais de 2002 a 2022	55
Figura 11 - Panorama dos estudos publicados sobre as propostas eleitorais de 2002 a 2022	58
Figura 12 - Níveis de insegurança alimentar segundo o IBGE.....	69
Figura 13 - Documentos político-partidários sob aspectos interpretativos de intencionalidade e usos.....	71
Figura 14 - Passos da análise de conteúdo segundo Manual Teórico	80
Figura 15 - Uso da cor vermelha no conjunto de propostas eleitorais de Bolsonaro 2018	91
Figura 16 - Palavras-chave contidas nos conjuntos de propostas eleitorais, por candidato.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - % de Dados da Insegurança Alimentar no Brasil no período de 2004 a 2022..	29
Gráfico 2 - Nomenclatura utilizada pelos autores dos artigos do corpus da revisão de escopo para as propostas eleitorais de 2002 a 2022	56
Gráfico 3 - Regionalização dos estudos sobre Propostas eleitorais brasileiras segundo a localização as IES	59
Gráfico 4 - Periodicidade dos artigos publicados sobre propostas eleitorais brasileiras que compõem a revisão de escopo.....	60
Gráfico 5 - Revistas científicas que publicaram os artigos que compõem o corpus da revisão de escopo sobre propostas eleitorais	61
Gráfico 6 - Comparação entre % de dados nacionais e internacionais das pessoas em situação de fome entre os anos de 2003 a 2022.....	73
Gráfico 7 - % de Dados internos dos diferentes níveis de IA no Brasil entre os anos de 2002 a 2022	74
Gráfico 8 - Número total de propostas de cada candidato e número de propostas de combate à fome e SAN	84
Gráfico 9 - % de número de propostas de SAN (P), palavras-chave de SAN (PC) e dados da fome (F)	85
Gráfico 10 - Proporção de proposições em cada área da classificação teórica, por candidato, nas propostas de SAN	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Tese em relação a materiais e métodos utilizados para composição e análise do corpus da pesquisa	21
Quadro 2 - Palavras-chave e critérios de exclusão da revisão narrativa sobre políticas públicas de SAN, realizada no período de 09 a 19 de dezembro de 2021 com nova busca de materiais em 20 a 30 de novembro de 2022	27
Quadro 3 - Resultado da busca das palavras-chave dos artigos do corpus da revisão narrativa sobre políticas públicas de SAN	27
Quadro 4 - Critérios de elegibilidade desta revisão de escopo sobre as propostas eleitorais	50
Quadro 5 - Procedimento de busca e seus resultados quantitativos da revisão narrativa sobre as propostas eleitorais.....	52
Quadro 6 - Unidades da análise de conteúdo e avaliação do conjunto de propostas eleitorais de 2002 a 2022	78
Quadro 7 - Análise quantitativa integral dos conjuntos de propostas eleitorais	82
Quadro 8 - Partidos de Coligações e Vice-Presidentes	94
Quadro 9 - Candidatos e os assuntos mais presentes em seus conjuntos de propostas eleitorais de 2002 a 2022	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Análise de Conteúdo
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Brasileira de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DHANA	Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IA	Insegurança Alimentar
IAG	Insegurança Alimentar Grave
IAL	Insegurança Alimentar Leve
IAM	Insegurança Alimentar Moderada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
JBI	Joanna Briggs Institute
LGBTQIAPN ⁺	Lésbicas Gays Bissexuais Transgênero Queer Intersexo Assexuais Pansexuais Não-Binários
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NBR	Normas Brasileiras
NPM	Moralidade Paternal Nutridora
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Auxílio Brasil
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Projeto de Emenda Constitucional

PFZ	Programa Fome Zero
PL	Partido Liberal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partidos dos Trabalhadores
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SFM	Moralidade Paterna Estrita
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional
SOBAL	Soberania Alimentar
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE SÍMBOLOS

%	Porcento
®	Marca Registrada

SUMÁRIO

1 TESE, UMA HISTÓRIA.....	16
1.1. MÉTODO E ESTRUTURA.....	19
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO BRASILEIRAS: UMA REVISÃO NARRATIVA DE 2003 A 2022.....	23
2.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	24
2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO de 2003 a 2022.....	28
2.2.1 Presidente Lula – PT: 2003 a 2010	30
2.2.2 Presidenta Dilma – PT: 2011 a 2016.....	34
2.2.3. Governo Temer – MDB: 2016 a 2018.....	366
2.2.4 Presidente Bolsonaro – PSL/PL: 2019 a 2022.....	39
2.3 REFLEXÕES FINAIS.....	43
3 PROPOSTAS ELEITORAIS BRASILEIRAS, TEORIAS E MÉTODOS: UMA REVISÃO DE ESCOPO	46
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	48
3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES: PESQUISAS SOBRE PROPOSTAS ELEITORAIS E SEU CONTEXTO.....	52
3.3 REFLEXÕES FINAIS	65
4 PROPOSTAS ELEITORAIS FEDERAIS DE COMBATE À FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM PANORAMA ENTRE 2002 A 2022	68
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	76
4.1.1 Método de coleta e fontes.....	76
4.1.2 Método de análise.....	77
4.1.3 Categorias de análise.....	80
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES: CANDIDATOS E SUAS PROPOSTAS.....	81
4.2.1 Resultados Quantitativos.....	81
4.2.2 Resultados Qualitativos.....	87
4.2.3 Resultados Quali-quantitativos.....	101
4.3 REFLEXÕES FINAIS.....	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE.....	113
REFERÊNCIAS.....	117

APÊNDICE A – RESUMOS DOS ARTIGOS	132
APÊNDICE B – LIVRO DE CÓDIGOS.....	136
ANEXO A – CORPUS BRUTO DA PESQUISA PARA FINS DE REGISTRO.....	138

1 TESE, UMA HISTÓRIA¹

O começo é sempre acompanhado de uma pontada, a primeira palavra dará o tom. E que tom é esse que escrevemos(?), num momento em que construímos o objeto, a pergunta, a busca por respostas, o anseio da não-resposta, a descrição e aplicação do método que torna tudo científico, válido. Que tom é esse do momento da criação, que também é o momento de formação, feita num coletivo?

As palavras brincam comigo, sempre brincaram. Escrever tornou-se natural. Porém, a ciência solicita uma seriedade, um rigor, um compromisso. E de tempos em tempos temos que nos lembrar da diferença entre ser rigorosa e ser rígida. Construir em si, e em relação, um rigor maleável, sensível, aplicável e replicável, claro(!). E ainda, num diálogo afetuoso com a pesquisa, buscar (re)soluções para a problemática que se apresenta.

A problemática se apresenta, quer você queira, quer não. Se apresenta no caminhar da vida, da jornada, dos encontros e desencontros. Se expressa nas vivências da profissão, das relações sociais, do solitário momento da reflexão e no compartilhamento coletivo. A problemática não ocorre no dia em que você a escreve no projeto, ela vem se dando, aos poucos, até tornar-se pergunta clara(?).

Falar dessa tese, que tem como centralidade a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a fome como pano de fundo, sob o prisma das propostas eleitorais², é falar de transversalidade, intersectorialidade, transdisciplinaridade e multiprofissionalismo. É falar de participação social. Transitando na impensável caminhada do meu eu nutricionista, profissional de saúde, que excursiona pelas áreas de conhecimento do Planejamento Territorial e da Ciência Política como busca para as inquietações pessoais e profissionais.

A busca se reflete na percepção do quanto as relações políticas afetam as políticas públicas, que por sua vez, interferem na segurança alimentar e nutricional da população. De como nós, nutricionistas, estamos inseridas no contexto de burocratas

¹ Destaco que nessa seção, em parte, a história construída se mescla a pesquisa aplicada, com fatos que vivi e motivações que me fizeram chegar até aqui. Não o faço em primeira pessoa do singular, mas sim do plural, já que parafraseando Paulo Freire, ensina quem aprende, aprende quem ensina. Somos uma multidão.

² A Lei nº 9.504/1997 traz como referência a palavra “Propostas”, já o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) “Divulgacandcontas”, onde são publicizados os conjuntos de propostas, traz a expressão “Proposta de Governo”, porém não utilizaremos nesta pesquisa o sinônimo mais comum na literatura “Programas de Governo” e sim “Propostas eleitorais”, conforme será melhor elucidado no artigo 2 da tese.

de rua, de efetivação e até planejamento de políticas públicas, porém pouco somos instruídos para a política. Essa ciência, política, que rege boa parte das relações humanas, inclusive a alimentação. Já diria Pollan: comer é um ato político!

Porém, não se enganem ao observar essa tese, não se trata de produto final, mas de processo, um meio de caminho. Um recorte, filme ou foto, parte de uma trajetória, de um objeto multifacetado, de uma pessoa que se conecta às outras. Trata-se do devir formativo. Feito num solitário-coletivo, em dupla, trio ou grupo, onde os momentos de reflexão solo se unem as orientações e trocas coletivas que se mesclam para um produto “final”.

E como uma tese deve apresentar o problema de pesquisa, posto de forma clara e objetiva, passamos a nos dedicar a isso. Como pesquisadora, abordar a fome, a insegurança alimentar, o déficit nutricional e sua estreita correlação com as políticas públicas e o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) configura-se mais como uma agenda de pesquisa do que como um problema de investigação que se iniciou ou se encerrará nessa tese.

Essa temática se apresenta na presença e/ou ausência do Estado, durante toda jornada profissional vivida e nas múltiplas faces da fome. Lembrando que o objeto de trabalho de nutricionistas é a relação entre os seres humanos e o sistema agroalimentar. Porém, nada é composto só de luz, a composição na íntegra se faz de luz e sombra. A ciência política e o planejamento territorial trouxeram a sombra para a tese, sombra essa que deu volume e corpo ao problema, antes com contornos chapados pelo excesso de clareza. Trouxeram a escuridão do desconhecimento, a outra face ainda oculta.

De forma concreta, a motivação para desenvolver a pesquisa ocorreu na observação do caminho de saída do Brasil do mapa da fome³, no ano de 2014 e na malha de políticas públicas que foram construídas para que isso ocorresse. E sequencialmente o retorno do país ao mesmo mapa, que se encontrava em meados de 2022, com mais de 50% da população sofrendo de algum grau de insegurança alimentar, segundo dados da plataforma VigiSAN⁴.

³ Mapa da Fome publicado pela Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/publicacoes/pt/>

⁴ II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN). Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>

Panoramas político e sanitário contribuíram para esse agravamento, porém não foram os únicos. Logo, as proposições contidas nas propostas eleitorais são uma das formas para compreendermos se as ações políticas pretendem amenizar ou não essa problemática num futuro próximo. Neste sentido, e com a confirmação da candidatura dos presidenciáveis, em meados de 2022, responsáveis pela retirada (Lula) e retorno (Bolsonaro) ao Mapa da Fome, a análise das propostas eleitorais se tornou pertinente como objeto de pesquisa.

Com essa perspectiva, o problema de pesquisa, particularmente para essa tese, se delineou tendo por foco o combate à fome e a efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional e a sua in(ex)clusão nas propostas eleitorais apresentadas por candidatos vitoriosos nas campanhas eleitorais presidenciais de 2002 a 2018 (Lula-PT, Dilma-PT e Bolsonaro-PL), e dos candidatos à reeleição, no pleito de 2022 (Lula-PT e Bolsonaro-PSL). Moldado assim o problema, passaremos agora à pergunta, o objetivo geral e objetivos específicos e operacionais.

A pergunta inicial foi: Como e se o combate à fome e a efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se encontram presentes nos conjuntos de propostas eleitorais dos candidatos e candidata à presidência, vitoriosos nos pleitos de 2002 a 2018, e dos candidatos à reeleição (1º e 2º colocados) no pleito de 2022, no Brasil?

Dessa pergunta decorre a questão que orienta a análise empírica: Em que medida a conjuntura dos dados da fome e a ideologia político-partidária serão uma influência na quantidade e conteúdo de propostas na seara da alimentação e nutrição?

A hipótese 1 é de que, em relação ao “se estarão presentes”, as propostas de políticas relacionadas à alimentação e nutrição estarão contidas em todos os documentos analisados dos candidatos e, em relação ao “como”, áreas como distribuição de alimentos, agricultura familiar e alimentação escolar estarão mais presentes nessas propostas. Ainda em relação ao conteúdo, no tipo de política implementada estarão mais presentes as políticas focalizadas na insegurança alimentar grave (fome), implementadas de forma emergencial⁵, do que aquelas estruturais e de acesso contínuo à SAN.

⁵ Segundo Delgado podemos elencar políticas emergenciais e estruturais da seguinte maneira: As ações emergenciais buscam disponibilizar imediatamente o alimento aos grupos em risco de insegurança alimentar e nutricional, populações que estão passando fome, vivenciando desastres naturais, como secas e enchentes, ou que estão vivenciando guerras. Ações estruturantes são aquelas de longo prazo e visam atuar no acesso regular e permanente ao alimento para grupos sociais, sobretudo os mais vulneráveis” (2022, p. 08).

Na hipótese 2, de acordo com a conjuntura da vulnerabilidade alimentar no Brasil (aumento e diminuição da fome), serão mais abundantes as proposições quanto maiores forem os números de pessoas em situação de insegurança alimentar. A hipótese 3 é de que as proposições de SAN se tornam mais quantitativamente representativas nas propostas eleitorais de partidos que estão localizados a partir do centro-esquerda na escala político-ideológica, ao considerarmos os partidos analisados.

O objetivo geral é analisar a presença e conteúdo das proposições de políticas de combate à fome e efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional, nos conjuntos de propostas eleitorais federais, em relação aos candidatos e candidata vitoriosos nos pleitos de 2002 a 2018 e dos candidatos à reeleição no pleito de 2022, no Brasil.

Em correlação com o objetivo geral, decorrem os objetivos específicos:

1. Identificar nas propostas eleitorais federais aquelas que estejam relacionadas com proposições de políticas de combate à fome e efetivação da SAN;
2. Identificar o número e conteúdo dessas propostas e correlacionar com o posicionamento político-ideológico dos partidos analisados;
3. Observar as variações dos dados da fome e correlacionar com o aumento e diminuição do volume das proposições de combate à fome e efetivação da SAN.

Para apoiar os objetivos geral e específicos, temos os objetivos operacionais:

1. Levantar teoricamente os avanços da agenda governamental da SAN brasileira, mediante revisão de literatura das políticas públicas de alimentação e nutrição de 2003 a 2022;
2. Realizar levantamento “estado da arte” do campo de pesquisa que investiga as propostas eleitorais, por meio de uma revisão de escopo;
3. Analisar o conteúdo das propostas eleitorais federais de combate à fome e SAN, de forma qualitativa e quantitativa, usando como base os pilares da SAN, contidos na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e teóricos da área (Silva Filho e Delgado);

1.1. MÉTODO E ESTRUTURA

Cabe salientar que cada um dos objetivos se expressa na forma de artigos científicos inter-relacionados. Dito de outro modo, a tese é *multipaper*, com um artigo

para o cumprimento de um ou mais objetivos específicos e/ou operacionais, e correlacionando-os para fins de unidade do conjunto.

A metodologia que caracteriza o conjunto dos artigos é qualitativa com apoio de técnicas quantitativas, de caráter descritivo. Foram utilizados os métodos de análise de conteúdo categorial qualitativa e quantitativa, revisões de literatura de escopo e narrativa, análise documental e de conjuntura.

O recorte geográfico selecionado foi o Brasil, em especial o cargo de presidente da república (executivo), e foram investigadas as candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. O recorte temporal escolhido foi de 2002 a 2022, respectivamente nas candidaturas e/ou mandatos de cada um dos supracitados.

Esmiuçando as metodologias escolhidas, foram realizadas revisões de literatura, sendo a primeira uma revisão narrativa, justificada devido ao elevado número de publicações no campo da alimentação e nutrição, em especial correlacionadas às políticas públicas de combate à fome e/ou segurança alimentar e nutricional. Segundo Cordeiro e colaboradores (2007), este tipo de revisão é possível para temas abertos, que comportam recortes e escolhas próprias de quem realiza a revisão.

Em seguida, foi realizada uma revisão de escopo sobre as propostas eleitorais, visando embasar a análise de conteúdo teoricamente, bem como proporcionar a busca por respostas para a metodologia escolhida para o trabalho do corpus. Segundo Ferraz, Pereira e Gomes Pereira (2019), este tipo de revisão fornece dados específicos sobre um campo de pesquisa, mediante uma visão mais descritiva dos assuntos.

Na sequência, o corpus dos conjuntos de propostas eleitorais foi analisado mediante uso da análise de conteúdo, numa abordagem tanto qualitativa como quantitativa. A escolha do método se deu devido à sua especificidade para conteúdos escritos, permitindo a criação de conjuntos, inferências e categorias de análise que levam a resultados que vão além da mera observação do conteúdo escrito (Sampaio, 2021). Analisa-se para além do que está posto nas páginas documentais, utilizando-se dados correlatos, intencionalidades e conjuntura envolvidos.

Os procedimentos para o desenvolvimento da tese foram organizados em eixos teóricos e empíricos (Quadro 1):

Quadro 1 – Composição da Tese em relação a materiais e métodos utilizados para composição e análise do corpus da pesquisa

PERGUNTA GERAL	Em que medida o combate à fome e a efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se encontram presentes nos conjuntos de propostas eleitorais, dos candidatos e candidata à presidência vitoriosos nos pleitos de 2002 a 2018 e dos candidatos à reeleição (1º e 2º colocados) no pleito de 2022, no Brasil?				
OBJETIVO GERAL	Analisar a presença e conteúdo das propostas de políticas de combate à fome e efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional, nos conjuntos de propostas eleitorais federais, em relação aos candidatos e candidata vitoriosos nos pleitos de 2002 a 2018 e dos candidatos à reeleição no pleito de 2022, no Brasil.				
PERGUNTA DOS ARTIGOS	OBJETIVO ESPECÍFICO OU OPERACIONAL	ARTIGO	MÉTODO	EIXO	
Como se deu a efetivação das políticas públicas e a construção de uma agenda de alimentação e nutrição no Brasil, de 2003 a 2022, em relação as propostas eleitorais no governo federal e qual sua importância para o contexto da SAN?	Identificar na literatura a agenda das políticas públicas de SAN brasileira, mediante revisão de literatura das políticas públicas de alimentação e nutrição de 2003 a 2022	<i>Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição Brasileiras: uma revisão narrativa de 2003 a 2022</i>	Revisão de literatura narrativa	Teórico	
Qual o perfil das pesquisas brasileiras que investigam as propostas eleitorais, apresentados pelos candidatos aos pleitos do executivo e legislativo, em qualquer uma de suas esferas (federal, estadual e municipal)?	Realizar levantamento “estado da arte” do campo de pesquisa que investiga as propostas eleitorais	<i>Propostas eleitorais brasileiras, teóricos e métodos: uma revisão de escopo</i>	Revisão de literatura de escopo	Teórico	
Como (e se) o combate à fome e a efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se encontram presentes nos conjuntos de propostas eleitorais, dos candidatos e candidata vitoriosos nos pleitos de 2002 a 2018 e dos candidatos à reeleição (1º e 2º colocados) no pleito de 2022, no Brasil? Em que medida a conjuntura dos dados da fome e a ideologia político-partidária serão uma influência na quantidade e conteúdo de propostas na seara da alimentação e nutrição?	Identificar nas propostas eleitorais federais as políticas de combate à fome e a SAN; Analisar o conteúdo das propostas eleitorais federais de combate à fome e a SAN, de forma qualitativa e quantitativa, usando como base os pilares da SAN, contidos na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e teóricos da área (Silva Filho e Delgado); Identificar o conteúdo das propostas e correlacionar com o posicionamento político-ideológico dos partidos analisados e as alterações dos dados da fome.	<i>PROPOSTAS ELEITORAIS FEDERAIS DE COMBATE À FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: um panorama entre 2002 a 2022</i>	Análise de conteúdo qualitativa e quantitativa	Empírico	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Cada artigo contou com um ou mais objetivos específicos e/ou operacionais, e foram dotados de metodologias, corpus e resultados próprios, porém as referências, resumos e palavras-chave estão dispostos ao final da tese. No artigo 1, fizemos uma imersão, por meio de uma revisão de literatura narrativa, nas políticas públicas de alimentação e nutrição, para fins de averiguação do panorama do combate à fome e efetivação da SAN no recorte de 2003 a 2022. Este artigo contribuiu para as discussões da análise empírica dos conjuntos de propostas eleitorais (artigo 3).

No artigo 2, verificamos, mediante revisão de escopo, a base teórica mobilizada para os estudos sobre as propostas eleitorais. Este artigo colaborou para a construção teórica do artigo 3, sendo a base para as discussões dos achados sobre os dados coletados. E, por fim, no artigo 3, aplicamos a técnica de análise de conteúdo, embasados pelas informações fornecidas pelos artigos anteriores (1 e 2), realizando a análise empírica da tese, a partir dos dados coletados nos conjuntos de propostas eleitorais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO BRASILEIRAS: UMA REVISÃO NARRATIVA DE 2003 A 2022

Após a saída do país do Mapa da Fome no ano de 2014 (FAO, 2014; Castro, 2019), a conjuntura política e econômica, estabelecida entre os anos de 2016-2020 (Bortolini *et al.*, 2020; Delgado, 2022), resultou em aumento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar (IA), com desfecho negativo entre os anos de 2020 a 2022 - retorno ao mapa da fome (Silva, 2023).

Questões internas como golpe político de 2016 (Carvalho; Lima, 2023; Löwi, 2016; Perissinoto, 2016), alternância ideológica de governos (esquerda/direita), o legado de desemprego, empobrecimento, fechamento do comércio, mudanças na produção de bens e serviços, questões de saúde da pandemia do Covid-19 (Alpino *et al.*, 2020; Gurgel *et al.*, 2020; Ribeiro-Silva *et al.*, 2020) e a guerra da Ucrânia (interferência na importação de grãos e insumos para o plantio) impactaram no perfil nutricional da população brasileira (Silva, 2023).

As políticas públicas que têm como intuito amainar a situação de IA das pessoas em vulnerabilidade social são um importante instrumento para enfrentamento deste contexto. Desde 2016 temos o esvaziamento das políticas sociais, em especial das de SAN (Delgado, 2022) e, na economia, observamos o aumento generalizado da inflação, que passou de 3,75% em 2018 para 10,06% em 2021 (BCB, 2023) e do desemprego, com percentuais de 11,8% em 2018 e 13,2% em 2021 (IGBE, 2023). Tais fatores foram um forte motor para a fome voltasse a se fazer presente no mapa brasileiro (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020; Alves; Frey; Matos, 2021).

A situação de IA é um problema público presente desde os primórdios da história brasileira (Vasconcelos, 2005; Brasil, 2013). Porém, a partir de 1940, o médico e geógrafo Josué de Castro inicia a discussão e denúncia sobre o assunto. Naquele contexto, a fome era regionalizada, predominante nas regiões Norte e Nordeste do país (Castro, 1946; Belik, Silva; Takagi, 2001; Bonfim, 2004; Martins *et al.*, 2013). Agora, ela se encontra presente em todas as regiões brasileiras, associadas a aumentos expressivos de má nutrição (desnutrição, subnutrição e supernutrição – sobrepeso e obesidade), com casos de IA grave marcando 9,5% em 2004 e passando a 15,5% em 2022 (PENSSAN, 2022).

Em se tratando de trajetória política, a noção já amplamente disseminada é de que os componentes do arcabouço jurídico (artigos constitucionais, resoluções e leis

infraconstitucionais) da SAN são um marco para a garantia de direito e exigência de ação do Estado (Denny *et al.*, 2017). Além de uma tentativa de vedação ao retrocesso (efeito *cliquet*), bastante comuns em países em desenvolvimento (Rodrigues; Comar, 2019).

Todavia, a própria alternância de governos e descontinuidade e/ou esvaziamento de políticas públicas de SAN (Silva; 2014), a expansão das *commodities* e do consumo dos produtos alimentícios ultraprocessados estão diretamente relacionadas às transições nutricional (Belik; Silva; Takagi, 2001; Hirai; Anjos, 2007; Louzada *et al.*, 2015; Jacob; Chaves, 2019) e epidemiológica, às quais o Brasil vem sendo lançado desde a década de 1990 (Bortolini *et al.*, 2020).

Essas transições nos apresentam dados que apontam para diminuição da desnutrição/subnutrição (Hirai; Anjos, 2007; Martins *et al.*, 2007) e aumento da prevalência de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas (Jara Guerrero, 2013; Bocchi *et al.*, 2019). Passam a conviver, num mesmo território, pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade alimentar (Belik; Silva; Takagi, 2001; REDESAN, 2011; Sousa *et al.*, 2021), que podem ocasionar subnutrição, aumento de peso e déficit de micronutrientes (Louzada *et al.*, 2015; Burlandy *et al.*, 2016; Bortolini *et al.*, 2020).

As políticas públicas passam a ser desafiadas, em campos distintos, para que possam buscar soluções para a garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA), da Soberania Alimentar (SOBAL) brasileira, da sustentabilidade e da SAN (Valente, 2003; Burity *et al.*, 2010; Vasconcellos; Moura, 2018; Bocchi *et al.*, 2019) em diferentes contextos nutricionais.

Desta forma e baseada na contextualização acima, a pergunta desse artigo se compõe da seguinte forma: Como se deu a efetivação das políticas públicas e a construção de uma agenda de alimentação e nutrição no Brasil, de 2003 a 2022, em relação ao governo federal e qual sua importância para o contexto da SAN? Assim, apresentamos o objetivo geral deste artigo: Identificar teoricamente a agenda governamental federal da SAN brasileira, incluindo o combate à fome, mediante revisão narrativa, sobre as políticas públicas de alimentação e nutrição implementadas de 2003 a 2022.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Visando cumprir o objetivo proposto por este artigo, foi realizada uma revisão de literatura narrativa. Cabe salientar que uma revisão de literatura “[...] é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento à procura de resposta a uma pergunta específica” (Kauchakje; Rosa, 2020, p. 11). Segundo Cordeiro e colaboradores, esta metodologia pode ser descrita da seguinte maneira:

A revisão da literatura narrativa ou tradicional, quando comparada à revisão sistemática, apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva (Cordeiro *et al.*, 2007, p. 429 e 430).

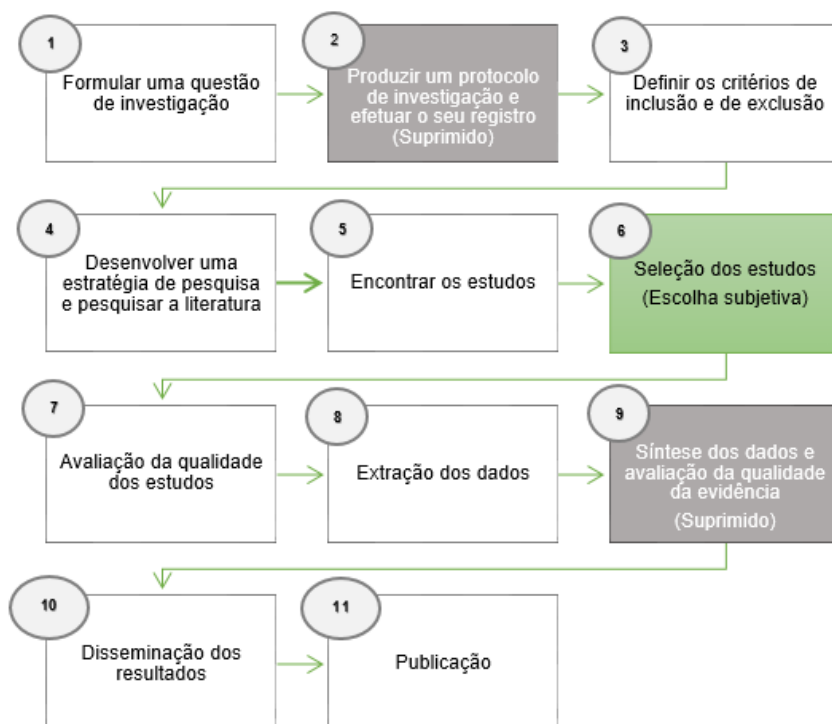
Martinelli e Cavalli definem as revisões narrativas, especialmente para a área da saúde:

[...] são publicações com a finalidade de descrever e discutir o estado da arte de um determinado assunto. Visto a abrangência da temática e a dificuldade em estabelecer uma pergunta de pesquisa precisa, a revisão narrativa foi utilizada por possibilitar uma discussão ampliada (2019, p. 4253).

Todavia, para esse artigo, adaptamos o protocolo de Revisão Sistemática de Literatura (RSL), utilizando para a revisão narrativa alguns procedimentos-padrão da RSL. A inclusão de um protocolo de busca trouxe ganhos na seleção e maior confiabilidade aos resultados obtidos. A supressão dos passos procurou não afetar a qualidade dos resultados, sendo uma escolha viável para oferecer respostas para a pergunta a qual o artigo se propõe.

Conforme a Figura 1, usamos critérios qualitativos e subjetivos para a escolha do corpus da pesquisa, conforme destacado no passo 6, e também suprimimos alguns passos (2 e 9) para viabilizar os resultados no formato narrativo escolhido.

Figura 1 – Passos da revisão sistemática aplicados à revisão narrativa sobre políticas públicas brasileiras de SAN



Fonte: Elaborado pela autora (2022), baseada em Kauchakje; Rosa (2020, p. 18).

Esta revisão foi realizada no período de 09 a 19 de dezembro de 2021, com nova busca de materiais em 20 a 30 de novembro de 2022, sendo incluído após a revisão um artigo do ano de 2023, proveniente de acervo pessoal, devido à sua relevância sobre o assunto. A busca foi realizada nas bases que pudessem ser relevantes para o campo de ciência política e planejamento territorial (Scopus, Web of Science e Scielo) e outros que fossem relevantes para ciências da saúde (Pubmed e Lilacs), complementada com o acervo pessoal sobre o tema.

A investigação incluiu as palavras-chave: segurança alimentar e nutricional, políticas públicas, alimentação, nutrição e Brasil, em português, inglês e espanhol. Sendo realizadas com filtro de limitação de data (2003 a 2022), coincidindo com os governos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, respectivamente, sem limitação de país de publicação do estudo ou área de conhecimento, desde que os estudos versassem sobre a realidade brasileira (Quadro 2).

Quadro 2 – Palavras-chave e critérios de exclusão da revisão narrativa sobre políticas públicas de SAN, realizada no período de 09 a 19 de dezembro de 2021 com nova busca de materiais em 20 a 30 de novembro de 2022

STRING DE BUSCA DO ARTIGO	
TÓPICOS	Título, resumo e palavras-chave
PORTUGUÊS	“segurança alimentar e nutricional” AND “políticas públicas” AND alimentação OR nutrição AND Brasil
INGLÊS	“food and nutritional security” AND “public polic*” AND food OR nutrition AND Brazil
ESPAÑHOL	“seguridad alimentaria y nutricional” AND “políticas públicas” AND alimentación OR nutrición AND Brasil
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	Artigos publicados fora do recorte temporal; Artigos sobre políticas públicas correlatas, mas fora do escopo da alimentação e nutrição; Artigos que fizessem análise de políticas públicas convergentes ao DHANA, mas sem menção expressa a alimentação e nutrição; Estudos clínicos que não estivessem claramente vinculados a análise de uma ou mais políticas públicas de SAN; Artigos nos quais o recorte temporal das políticas analisadas não ficasse claro.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Foram incluídos na pesquisa somente artigos científicos, artigos de revisão e/ou documentos oficiais nacionais nos idiomas inglês, espanhol e português (Quadro 3).

Quadro 3 – Resultado da busca das palavras-chave dos artigos do corpus da revisão narrativa sobre políticas públicas de SAN

BASE	Nº DE ARTIGOS INICIAL	Nº DE ARTIGOS APÓS EXCLUSÃO
SciELO	29	14
Lilacs	3299	02
WOS	91	01
PubMed	699	05
Scopus	06	03
Artigos de acervo	--	17
Total	4124	42

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Foi encontrado um número expressivo de publicações com as palavras-chave mencionadas, sendo aplicados os critérios de inclusão/exclusão mediante leitura do título, organizados com critério como “artigos mais relevantes”, nas 10 primeiras páginas das bases de busca citadas, com números superiores a 100 artigos. Após esse passo foi realizada a leitura dos resumos para separação final do corpus da pesquisa.

Por fim, selecionamos para este estudo 42 artigos e como suporte a revisão, utilizamos documentos oficiais que formam o arcabouço jurídico do DHANA brasileiro (leis, diretrizes, planos e decretos). Esses documentos fazem parte da análise documental e embasamento teórico para as políticas foco dos artigos selecionados.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO de 2003 a 2022

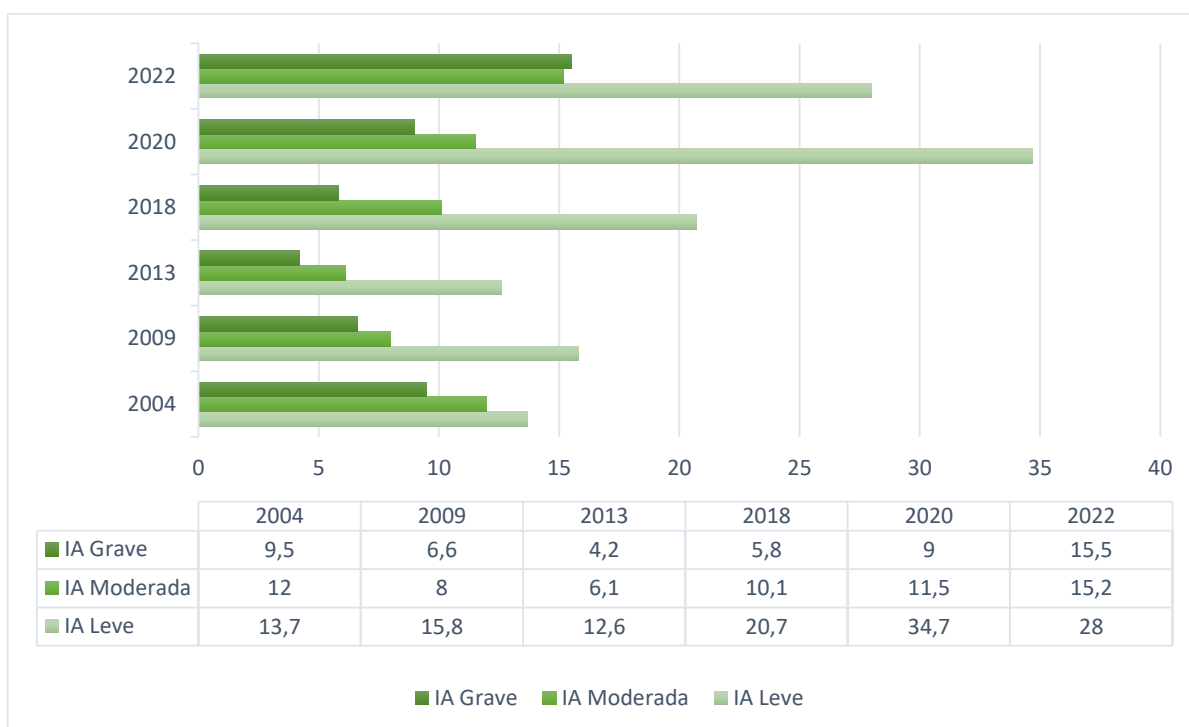
Contextualizando inicialmente o período, cabe trazermos à nossa revisão um recorte de mandatos anterior aos governantes que iremos analisar. Este trecho nos elucida como os caminhos das políticas públicas, em geral, são tortuosos e dependentes de acordos políticos, partidos e operadores do sistema político brasileiro (Couto, 2005), não sendo diferente na esfera da SAN e combate à fome:

No Brasil, as políticas de transferência de renda, de abrangência federal, foram inauguradas ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A primeira surgiu em 1996, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); a segunda foi o Programa Bolsa-Escola, seguido do Bolsa Alimentação, ambos criados em 2001. Em 2003, foi criado o Programa Cartão Alimentação. A partir de 2003, os quatro programas citados, mais o Vale-Gás, de 2002, foram unificados naquele que hoje é considerado o maior programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa Família (PBF) (Sousa; Dourado, 2015, p. 17).

O período de 2003 a 2022 é apontado como um dos mais promissores e contraditórios da SAN, já que contempla mudanças importantes no panorama político brasileiro (Delgado, 2022). Tivemos saída e retorno ao Mapa da Fome da FAO, com grande fomento no primeiro período e a desidratação na segunda década de políticas de SAN (Lupion, 2017). A ocupação dos cargos do executivo federal em alternância entre esquerda e direita (direita e extrema direita) trouxe aspectos relevantes à análise das políticas públicas de combate à fome e SAN.

Em relação aos dados da fome, observamos um panorama bastante diverso, com aumento, diminuição e novo aumento de pessoas em situação de IA durante esses 20 anos. Ao verificarmos pesquisas internas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos comprovar a flutuação da situação de SAN da população brasileira (Gráfico 1).

Gráfico 1 – % de dados da Insegurança Alimentar no Brasil no período de 2004 a 2022

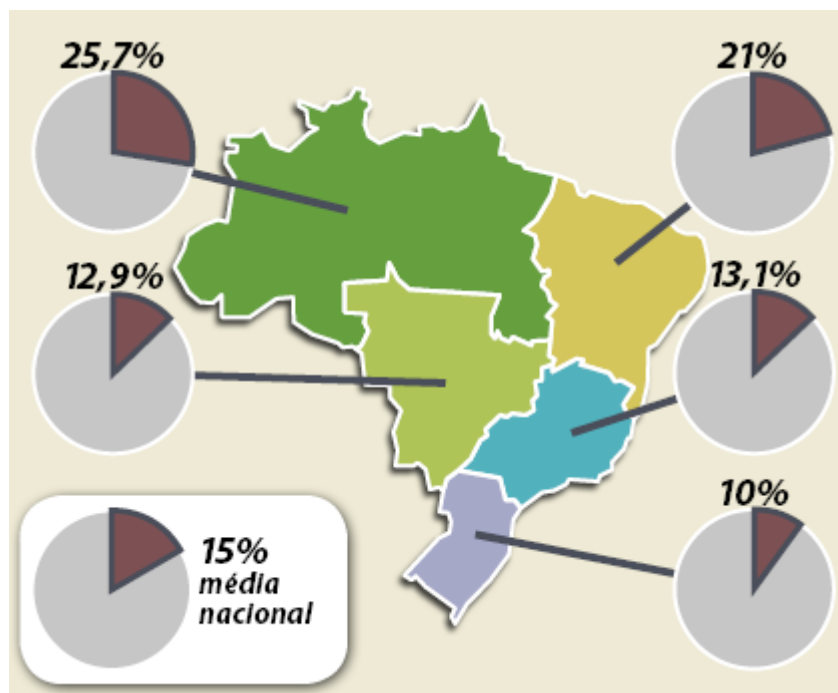


Fonte: PENSSAN (2022).

Cabe salientar, em relação aos dados apresentados, que os aumentos e reduções condizem com os avanços e retrocessos de implementação de políticas públicas de combate à fome e efetivação da SAN, bem como aumento e descumprimento/redução do arcabouço jurídico relacionado com a alimentação e nutrição dos brasileiros.

Ao analisarmos os anos de redução da IA temos governos de Lula (1º e 2º mandato) e Dilma (1º mandato), ambos do PT. Já em relação aos aumentos de pessoas em situação de IA, temos o segundo mandato de Dilma, o mandato de Temer e o de Bolsonaro. No ano de 2022 a conjunção explicitada anteriormente trouxe o Brasil novamente ao mapa da fome, com um panorama regional que nos faz refletir sobre a fome histórica e outros fatores como a taxa de desemprego, acesso a equipamentos públicos e efetivação de direitos fundamentais (figura 2).

Figura 2 – % de dados da fome regionalizados no ano de 2022 no Brasil.



Fonte: Rede PENSSAN, 2022.

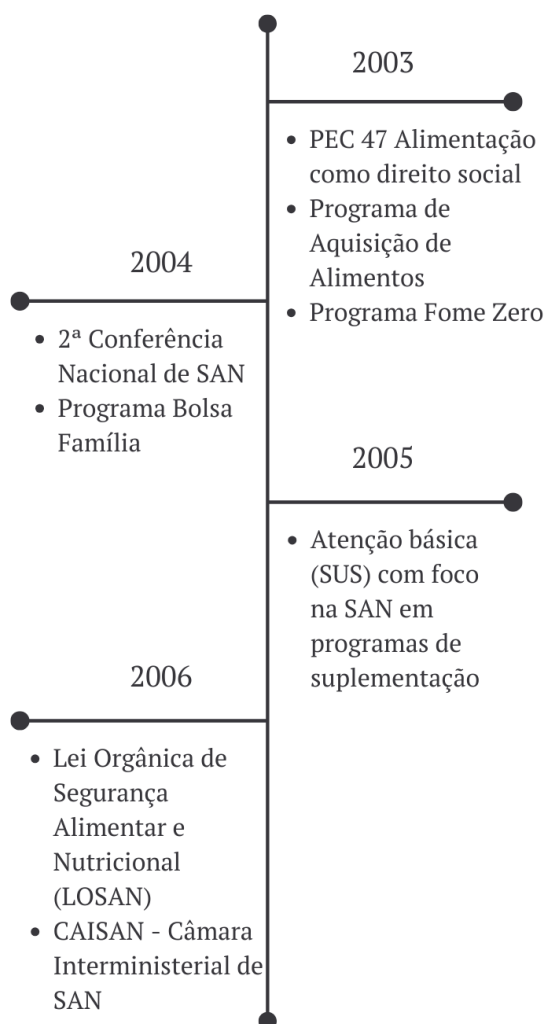
Passaremos agora a observar os resultados individualizados da efetivação das políticas públicas de SAN durante o recorte temporal selecionado.

2.2.1 Presidente Lula – PT: 2003 a 2010

Em 2002, a campanha de um presidenciável (Luiz Inácio Lula da Silva) carrega consigo a alcunha de combate à fome, na forma de um programa que foi efetivado no primeiro ano de seu mandato, em 2003: Programa Fome Zero - PFZ (Arruda; Arruda, 2007; Silva; 2014; Sousa *et al.*, 2021). Este programa, juntamente com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mostrou-se importante iniciativa da área do acesso e abastecimento de alimentos.

O nascimento dessa proposta (PFZ) está vinculado ao período do governo anterior e à participação de Lula junto ao movimento social que exigia demandas específicas do Estado para tratar da fome. Era o chamado “Governo paralelo” e o Instituto Ação da Cidadania (Souza, 1994), com forte participação nas ações de combate à fome de Herbert de Souza (Betinho). Ao observarmos a Figura 3, temos uma visão geral do primeiro governo de Lula na esfera da SAN e combate à fome.

Figura 3 – Políticas públicas de SAN efetivadas no primeiro mandato de Lula - PT, de 2003 a 2006



Fonte: Elaborado pela autora (2021), baseada em FIAN Brasil (2017; 2021); IPEA (2014); Bocchi *et al.* (2019); Bortolini *et al.* (2020).

Segundo Vasconcelos, no final do ano de 2003, e na soma de todas as mudanças ocorridas desde 1930, temos como saldo as seguintes políticas do macrocampo da SAN em vigência: “[...] o PNAE, o PAT e o Programa de Combate às Carências Nutricionais Específicas (anemias nutricionais, hipovitaminose A e bócio)” (2005, p. 453).

Voltando ao PFZ, o mesmo foi implementado de forma intersetorial e multidimensional, sendo absorvido pela criação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2004, com foco na redução da pobreza extrema e da situação de insegurança alimentar e nutricional da população. Para Tomazini e Leite, a importância do PFZ se dá da seguinte maneira:

Institucionalmente o PFZ contava com estruturas específicas como o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e com a presença de representantes da sociedade civil e do governo. As iniciativas do programa abrangiam um largo espectro de ações que envolviam desde formas de organização por bairro a assentamentos agrários e restaurantes populares, bancos de alimentos, transferências condicionadas à frequência escolar. Tamanha proporção demandava o envolvimento de vários ministérios e das três esferas do governo (2016, p. 22).

Discussões relacionadas a efetividade do programa e de sua implementação são foco de diversos estudos, que salientam o fator “político” como um dos motivos para a migração do PFZ para o PBF (Tomazini; Leite, 2016; Paiva *et al.*, 2021). Segundo Tomazini e Leite, são esses motivadores: “[...] a falta de coordenação institucional; a dificuldade de execução devido à complexidade da articulação exigida entre os arranjos ministeriais e federais” (2016, p. 14).

Seguiram sendo aprovados, nos mandatos de Lula, outros marcos jurídicos que foram responsáveis pelo aumento de equipamentos e condições de efetivação da SAN nas décadas seguintes:

- Programa de Cisternas, iniciado no ano de 2003, abrangendo áreas de seca com a construção de cisternas e transposição do Rio São Francisco (Santana; Arsky; Soares, 2011);
- Programa Nacional de Reforma Agrária e Regularização Fundiária (PNRAF);
- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (nº 11.346/2006), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e institui a CAISAN, responsável, entre outros instrumentos, pela formulação e implementação de políticas públicas e ainda do controle social e coleta de dados sobre a situação de SAN no país (BRASIL, 2006);
- Lei nº 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, com diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e complementada pelo programa Territórios da Cidadania (2008) com foco no desenvolvimento regional e aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- Lei do PNAE (nº 11.947/2009) que fomenta a alimentação escolar como direito de todos e efetiva compras obrigatórias da agricultura familiar;

- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN (Decreto nº 7.272/2010) (Libermann; Bertolini, 2015; Delgado, 2022).

O fim da década traz a inclusão da palavra alimentação, como direito social, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por meio da emenda nº 64 (Brasil, 2010), fato que reafirma o papel do Estado no fornecimento de garantia ao DHANA (Gurgel *et al.*, 2020).

Observamos que a soma de processos de produção legislativa se reverte, ainda que de maneira menos expressiva, em políticas e ações (Figura 4) com foco no estado nutricional da população, fortalecendo o sistema de SAN brasileiro. Os reflexos foram sentidos posteriormente, com aumento do número de pessoas em situação de segurança alimentar e nutricional.

Figura 4 – Políticas públicas de SAN efetivadas no segundo mandato de Lula - PT, de 2007 a 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021), baseada em IPEA (2014); FIAN Brasil (2017; 2021); Bocchi *et al.* (2019); Bortolini *et al.* (2020).

Especificamente na área da saúde outros pontos podem ser elencados como parte do fortalecimento da SAN no período até 2010: Fortalecimento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (Carvalho, 2013; Martins *et al.*, 2013), ampliação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) com a inclusão de nutricionistas no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) (Cruz; Melo Neto, 2015), políticas

de amamentação e cuidado materno-infantil, Programa Saúde na Escola e publicação do primeiro Guia Alimentar para População Brasileira em 2006 (Bortolini *et al.*, 2020).

Nos anos seguintes é o momento da ampliação e consolidação de algumas dessas propostas, como o NutriSUS, responsável pela correlação entre o Programa Saúde na Escola e o PNAE (Nogueira *et al.*, 2016; Rigon; Bógus, 2016), o fortalecimento da nutrição na atenção primária de saúde (APS), expansão dos dados epidemiológicos relacionados com a SAN (SISVAN).

Outro fato marcante é a expansão dos programas com foco nas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes, hipertensão e obesidade nas Unidades Básicas de Saúde (Louzada *et al.*, 2015). Buscando corrigir as falhas de políticas anteriores, que, associadas a outros fatores (expansão do consumo de ultraprocessados, envelhecimento da população, etc.), trouxeram consigo a mudança no perfil epidemiológico e nutricional brasileiro.

2.2.2 Presidenta Dilma – PT: 2011 a 2016

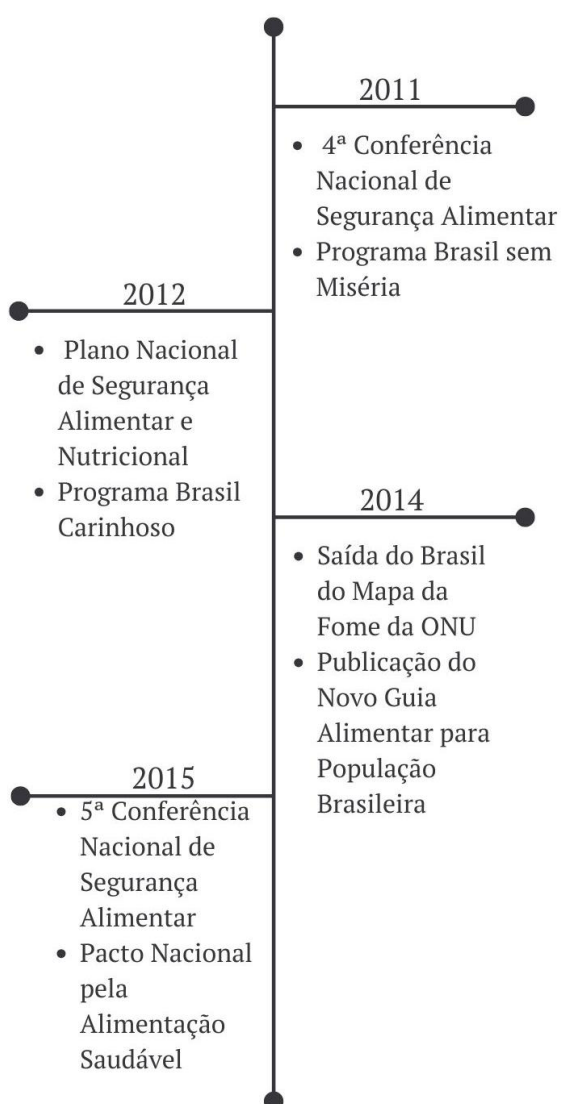
Os primeiros governos da década de 2010 complementaram o número de programas/políticas de SAN, sendo representantes destas políticas: Fortalecimento do PAA, Reformulações das leis e resoluções do PNAE (a exemplo da Resolução nº 04/2015 – alteração de artigos da lei e 01/2017 – aumento da verba) (Rezende *et al.*, 2022) e Programa Brasil sem Miséria (Martins *et al.*, 2013; Martins; Monteiro, 2016; Nogueira *et al.*, 2016; Dias *et al.*, 2018; Vasconcelos *et al.*, 2019).

O grande acontecimento da década é a saída do Mapa da Fome, publicado anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), constando, naquele momento, o Brasil com menos de 5% da população em situação de IA. A participação social continuou presente, fomentando discussões importantes para o planejamento, execução e acompanhamento de políticas de SAN, por meio dos conselhos de SAN e de alimentação escolar.

Trata-se de um momento discrepante, por um lado colhemos frutos da década anterior, como o prêmio *World Food Prize* em 2011, recebido pelo presidente Lula devido às repercussões internacionais do PFZ. E, por outro lado, os reflexos financeiros da crise de 2008 (Denny *et al.*, 2017), com a presença de desmontes financeiros e o baixo apoio no legislativo, que começam a se mostrar uma ameaça a pauta de SAN (Delgado, 2022).

Fatos diametralmente opostos marcam o período, com continuidade das conferências nacionais de SAN, lançamento do Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas (2012) e instituição de um Plano Nacional de SAN (2012-2015) como estratégia de avanço político. Doravante, o final da década acaba tornando-se problemático, já que os desmontes e descontinuidades se avolumam, principalmente após o primeiro mandato de Dilma (Figura 5).

Figura 5 – Políticas públicas de SAN efetivadas no primeiro e segundo mandato de Dilma – PT, de 2011 A 2015



Fonte: Elaborado pela autora (2021), baseada em IPEA (2014); FIAN Brasil (2017; 2021).

As questões financeiras são dados importantes nesse período, tanto nas contas públicas quanto nos investimentos em políticas sociais, mudando o foco das políticas distributivas e redistributivas para ações de fomento à alimentação saudável (Martins

et al., 2013; Bocchi *et al.*, 2019) e adequada (Louzada *et al.*, 2015; Paiva *et al.*, 2019; Bortolini *et al.*, 2020). O novo Guia Alimentar para População Brasileira pode ser citado como um marco deste período, em 2014 (Brasil, 2014; Reis; Jaime, 2019).

Um dos pontos que pode ser apontado neste período foi a tramitação de alguns projetos de lei que estavam diretamente conectados com as preocupações acerca da SAN. O primeiro deles tinha como mote a erradicação da fome por meio de um fundo social de alimentos (Projeto de Lei - PL 6867/2013), e os outros dois eram voltados ao desperdício de alimentos, um dos eixos notórios da IA no Brasil e no mundo (PL nº 672, de 2015 e PL nº 675, de 2015) (Denny *et al.*, 2017), ambos não aprovados.

A partir do segundo mandato de Dilma Rousseff (2014 - 2016), houve um claro esvaziamento das políticas públicas de SAN (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020), ainda que tenha havido a expansão do PBF, uma política convergente ao DHANA, e o incremento do Programa Brasil Carinhoso. Se, por um lado, já existiam retrações no campo da SAN, os reflexos das políticas anteriores permitiram a expansão das políticas públicas desta seara para áreas antes negligenciadas, como a Educação Alimentar e Nutricional e a Saúde.

A marcante questão política, durante o período final do mandato de Dilma, agravou o esvaziamento de políticas sociais, com reduções de verbas nas áreas de educação - 8,7%, assistência social - 9,2% e saúde - 9,5%, todos no ano de 2017 (Cunha, 2017). Muitas dessas políticas estavam diretamente ligadas à SAN e ao combate à fome, além de políticas que colaboravam para a obtenção do DHANA.

2.2.3. Governo Temer – MDB: 2016 a 2018

Após o golpe⁶ sofrido pela presidenta Dilma (Carvalho; Lima, 2023), em 31 de agosto de 2016, Michel Temer – MDB (2016 – 2018) passa a governar o país, com orientação à direita e propostas sob a égide do neoliberalismo. Notamos no recorte entre 2014-2016 que já havia uma redução do número de famílias atendidas pelo PBF⁷. Este processo, que continua em 2016, já sob novo governo, promoveu ainda um profundo esvaziamento do PAA e verbas para outras políticas de SAN.

⁶ Segundo Perissinotto, o impeachment de Dilma é considerado golpe pois “Um golpe é, essencialmente, a substituição de um governo por meio de procedimentos não previstos; um golpe de Estado é basicamente o rompimento das regras do jogo sucessório” (2016, p. 2).

⁷ A queda no número de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família entre 2014 e 2016 foi de 5,1%, de acordo com dados do Ministério da Cidadania. Em dezembro de 2014, o programa atendia 14,6 milhões de famílias, enquanto em dezembro de 2016 esse número havia recuado para 13,8 milhões.

O governo de Temer consolidou a volta de números expressivos de pessoas à situação de IA. Segundo Vasconcelos e colaboradores, os dados econômicos demonstravam essa fragilidade do sistema: “The budget cut in the Food and Nutrition Security of the Pluriannual Plan (PPA) in 2017 compared to 2014 was around 76%, while the external debt repayment budget increased by 344%⁸” (2019, p. 8). Sendo a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) uma das primeiras ações que causou danos ao sistema brasileiro de SAN, bem como a posterior aprovação da Emenda Constitucional 95, que congelou o teto de gastos públicos (Delgado, 2022).

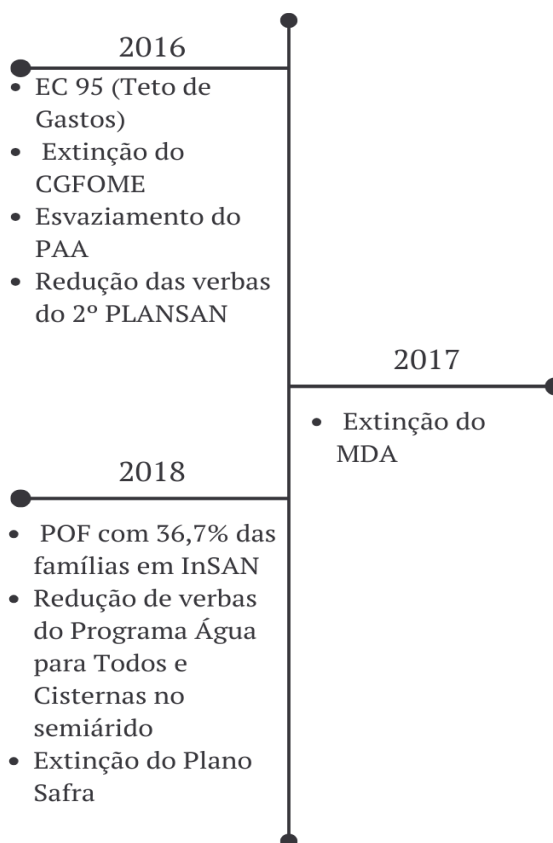
A desatualização dos dados sobre a fome e insegurança alimentar no Brasil é apontada como um dos “feitos” políticos desde 2018, com atraso na coleta de dados da PNAD e PNAD Contínua. Dados que alimentavam o SISVAN e o MapaSAN ficaram congelados, bem como os próprios dados de Censo.

Segundo documento publicado pelo governo brasileiro, em 2013, “O direito à segurança alimentar e nutricional é uma das pedras angulares de uma nação que se autodenomina *democrática*” (2013, p. 20, grifo nosso). Corroboram com este pensamento sobre o desmonte da SAN Belik, Silva e Takagi: “A dificuldade de medir, de forma direta, a quantidade de pessoas que passam fome é um problema generalizado em todos os países, pois exige pesquisas extensas e dispendiosas” (2001, p. 119).

Sem números e com redução dos investimentos, os traços das políticas do setor se enfraquecem, dando brechas para a descontinuidade e agravamento da situação de IA (Figura 6).

⁸ O corte orçamentário na Segurança Alimentar e Nutricional do Plano Plurianual (PPA) em 2017 em relação a 2014 foi de cerca de 76%, enquanto o orçamento de reembolso da dívida externa aumentou em 344% (Tradução livre da autora).

Figura 6 – Políticas públicas de SAN efetivadas no mandato de Temer - MDB, de 2016 A 2018⁹



Fonte: Elaborado pela autora (2021), baseada em FIAN Brasil (2017;2021); IPEA (2014).

Segundo Alves, Frey e Matos, observamos a desidratação da SAN brasileira sob o seguinte prisma:

A crise política também afetou a agenda da alimentação por meio do enfraquecimento da estrutura institucional e de importantes políticas e programas de promoção da produção da agricultura familiar, que se expressa no fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016), no baixo investimento no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (2021, p. 57).

Ainda em 2017, temos uma redução significativa no Plano Plurianual (PPA) na seara da SAN, em especial no campo da agricultura familiar (Teixeira, 2023), com redução de 76% das verbas quando comparado aos valores dispostos para a SAN em 2014 (Vasconcelos *et al.*, 2019). O viés neoliberal de Temer galga o país recém-saído do Mapa da Fome a um avanço “silencioso” no panorama internacional da má nutrição e vulnerabilidade alimentar.

⁹ CGFOME: Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome.

2.2.4 Presidente Bolsonaro – PSL/PL: 2019 a 2022

A extinção da participação social¹⁰, cortes de gastos e de investimentos em políticas sociais, esvaziamento dos estoques de alimentos e não renovação do Plano Nacional de SAN (2020-2023) demonstram os retrocessos (Delgado, 2022) do período de direita radical. Segundo levantamento da FIAN (2021), o desmonte das políticas públicas de SAN durante o governo Bolsonaro, desde o início do mandato, culminou no retorno ao mapa da fome e aumento da IA em todos os seus níveis (Melo; Oliveira; Pereira, 2021) (Figura 7).

Figura 7 – Políticas públicas de SAN efetivadas no primeiro mandato de Bolsonaro, de 2019 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2021), baseada em FIAN Brasil (2021); Bocchi et al. (2019); Bortolini et al. (2020).

As discontinuidades políticas e os poucos avanços, na prática, acabam por violar o direito ao não retrocesso (Silva; 2014), sendo a extinção do CONSEA, em seu

¹⁰ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é um instrumento de articulação entre o governo e a sociedade civil, na proposição de diretrizes para ações na área de alimentação e nutrição, dispondo de um caráter consultivo e de assessoria. O Conselho, instalado em 30 de janeiro de 2003, deve orientar a Presidência da República quanto à proposição e à definição de políticas públicas voltadas para a garantia do direito humano a uma alimentação adequada (BRASIL, 2013, p. 22).

primeiro dia de mandato, uma demonstração clara deste fato (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020). Sobre isto versa o trecho a seguir:

Por meio da Medida Provisória nº 870 (MP 870), editada pelo presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro dia de governo, o CONSEA foi extinto, o que fragiliza sobremaneira o funcionamento do SISAN e compromete processos de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas de governo (Castro, 2019, p. 2).

Seguiu-se por uma política neoliberal de austeridade fiscal, crises políticas e sanitárias importantes (covid-19) (Recine *et al.*, 2020; Luciano; Correa, 2022; Silva, 2023), desmantelamento e esvaziamento de outras políticas de SAN como PNAE, PBF, PAA e Agricultura Familiar, com consequente aumento da população em situação de vulnerabilidade (Bocchi *et al.*, 2019; Jacob; Chaves, 2019; Ribeiro-Silva *et al.*, 2020; Sousa *et al.*, 2021; Denny *et al.*, 2022). Mesmo com o aporte do auxílio emergencial durante a pandemia e criação do Programa Auxílio Brasil (Alves; Frey; Matos, 2021; Paiva *et al.*, 2021), os dados da fome continuaram crescentes.

Segundo Ribeiro-Silva, “Infelizmente, agricultores familiares ainda esperam que medidas emergenciais anunciadas pelo governo federal saiam do papel e cheguem ao campo. Promessas [...] esbarram na falta de regulamentação e de condições para a execução” (2020, p. 3426). Segundo Denny e colaboradores, este processo fragilizou a SAN no seguinte aspecto: “A estabilidade de uma economia local, decorre dos pequenos agricultores, responsáveis pela produção de alimentos primários que virão a ser comercializados e conseguem manter sua vida e sua família na área rural, garantindo também a qualidade sobre os alimentos” (2017, p. 133).

Ao observarmos a fome sob seu aspecto estrutural, o desmantelamento da agricultura familiar se dá em diferentes esferas: no aumento da comoditização das áreas de plantio, na interferência das transnacionais na soberania alimentar, na falta de condições básicas para a manutenção da agricultura familiar diversificada que perpassa a própria condição de vida dos agricultores (Silva Filho *et al.*, 2015).

O trecho de Denny e colaboradores esclarece esse viés:

O primeiro deles é o atual modelo do sistema internacional alimentar que está baseado em monoculturas altamente dependentes de agrotóxicos e sementes transgênicas (GMOs), cuja produção está voltada para a exportação; o segundo é que os principais atores neste sistema são as empresas transnacionais (ETNs), cuja finalidade precípua não é a erradicação da fome, mas a geração de lucros (2017, p. 127).

Ao prever, na premissa ultracapitalista, a acumulação do capital como princípio, meio e fim de um sistema, a erradicação da fome passa ao largo das iniciativas que visam apenas o acúmulo do capital, fragilizando todo o sistema de SAN (Oliveira, 2015).

Outros pontos de destaque no período de governo de Bolsonaro são: redução da previsão orçamentária para a compra de alimentos via PAA; redução dos estoques públicos de alimentos, em especial de arroz; e tentativa de privatização da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), como consta em sua proposta eleitoral de 2018; inação junto à reforma agrária; veto do reajuste do PNAE junto ao congresso; aumento da inflação dos alimentos e desemprego em altas taxas (Alves; Frey; Matos, 2021; Silva, 2023).

Programas de transferência de renda, como Benefício de Prestação Continuada (com mudanças nos critérios para recebimento), PBF e Auxílio Emergencial/Renda Básica Emergencial, somaram-se ao uso de equipamentos de SAN para a distribuição de alimentos prontos para o consumo ou cestas básicas, porém com verbas aquém das necessidades. Multiplicaram-se iniciativas em âmbito estadual e municipal para dar vazão a demandas de combate à fome durante a pandemia e preencher a lacuna deixada pelo governo federal (Gurgel *et al.*, 2020).

Configurando assim um contínuo e intenso processo de esvaziamento das políticas públicas de SAN, com saldo negativo na condição nutricional da população brasileira. As medidas replicadas durante a pandemia focaram na distribuição de alimentos como foco principal de ações e segundo Gurgel e colaboradores:

[...] as medidas governamentais adotadas no Brasil não são suficientes para evitar a IA decorrente da pandemia. Considerando as iniciativas que contribuem para a SAN, observou-se no país uma prevalência de ações direcionadas ao consumo, sem interferir na cadeia produtiva (2020, p. 4953).

O ano de 2021 foi finalizado com a apresentação da Proposta de Emenda Constitucional nº 023/2021, chamada PEC dos Precatórios, com o objetivo de custear o novo Bolsa Família, rebatizado de Programa Auxílio Brasil (PAB). Outro dado é que durante todo mandato constou sem renovação o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que deveria ter sido renovado para o ano de 2020.

A criação do auxílio emergencial e de um “Conselho de Solidariedade para Combate à COVID-19” (Alpino *et al.*, 2020, p. 13), bem como a distribuição de cestas

de alimentos no PNAE, são algumas das ações que visavam melhorar o panorama de insegurança alimentar (IA) brasileiro durante o governo de Bolsonaro. Porém, os mesmos se mostraram insuficientes frente ao problema, a baixa promoção dos direitos sociais, que se refletiu no desmonte que atingiu o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

Por fim, este panorama nos levou à situação presente no ano de 2020: “O cenário de retrocessos, que envolve congelamento dos gastos sociais, reformas da previdência social e da legislação trabalhista, vai afetar o acesso aos alimentos pelos mais pobres, recolocando o país no Mapa da Fome” (Alpino *et al.*, 2020, 16). Além de um enfraquecimento da pauta nas esferas estadual e municipal (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020; Maluf; Zimmermann; Jomalinis, 2021), geradora de aumento da IA (Paiva *et al.*, 2021; Silva, 2023).

Para Recine e colaboradores, os reflexos foram sentidos no momento descrito e serão sentidos no futuro:

A ausência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a fragilização do conjunto de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional têm mobilizado a sociedade civil para a defesa do direito humano à alimentação, da soberania alimentar e da própria democracia (2020, p. 2).

A baixa atenção e participação social históricas se refletem em panorama de violação a povos originários e minorias (Caldas; Santos, 2012), como resultado das escolhas políticas do final da década de 2020 (Silva, 2023). Os inúmeros casos de mortes e alto índice de ianomâmis em situação extrema de insegurança alimentar e nutricional, fato que vem se delineando desde os anos 2000, é um dos exemplos que configuram a soma do descaso político do período com problemas anteriores relacionados à fome.

O retorno do governo do Partido dos Trabalhadores, em 2023, em especial do presidente Lula, abriu possibilidades de avanços na pauta e análises mais aprofundadas, respaldadas por dados sobre a SAN no recorte de 2018-2022 (Silva, 2023). E deixando claro, de maneira antecipada, mediante as análises aqui realizadas, que as descontinuidades das políticas públicas têm papel importante no panorama da SAN e na garantia dos direitos fundamentais, em especial o DHANA.

2.3 REFLEXÕES FINAIS

Finalizamos este estudo passando a uma breve reflexão sobre como inter-relacionar a SAN e outras áreas que garantem o DHANA. E ainda fazer com que essas conexões sejam capazes de promover melhorias na qualidade de vida, respeito à soberania, cultura alimentar e promoção da redução das desigualdades nas quais a alimentação dos brasileiros está inserida.

A governança tem papel fundamental no acesso aos alimentos, mas para garantir a SAN deve ir além. Os aspectos múltiplos da SAN carecem de uma abordagem que seja multidisciplinar, regional, conectada ao global, sustentável, saudável, adequada, intersetorial e humana. Conectando também as ações de diversos segmentos para garantias e ampliação de direitos e das políticas estatais. São muitos os elementos que devem estar presentes, numa soma de saberes que possam colaborar para eliminar a fome de nosso mapa.

No Brasil, políticas de combate à fome e efetivação da SAN vinculadas à saúde, historicamente, iniciaram antes mesmo da criação do SUS. Sendo fundamental observar seu crescimento e efetivação após a consolidação do sistema (que ainda está em processo). Este é um bom exemplo de como seguimos caminhos nem sempre coerentes para a abordagem de um problema público. De forma similar, não é apenas uma área de conhecimento científico ou tradicional ou um único grupo profissional que é capaz de abarcar os saberes para a efetivação da SAN, no sentido da alimentação saudável e adequada para todos, de forma equânime, respeitando suas diversidades.

Especialmente nas sociedades atuais, esse processo é construído e garantido por opções político-partidárias que priorizam políticas públicas de caráter social e universal. No caso da SAN, a história aponta que as garantias universais de alimento e nutrição se dão por meio de políticas interfacetadas que disponham de recursos financeiros e de conhecimento condensados e providos pelo Estado de forma contínua e conectada, baseadas em planejamento territorial.

Ainda que, segundo os resultados dessa revisão, não se possa elencar somente a esquerda como promotora de políticas de SAN, observa-se que, em geral, os partidos localizados a partir do centro-esquerda dão maior profusão à pauta. Promovendo maiores avanços nas políticas públicas de SAN e combate à fome, inclusive quando se observa o arcabouço jurídico que sustenta a pauta.

Se compararmos ambos os mandatos do PT (Lula e Dilma), teremos essa resposta, ainda que haja menor adesão dos mandatos de Dilma à pauta de SAN, considerando que seu mandato teve maior foco no combate à miséria (fato que também combate à fome). Ao compararmos os políticos subsequentes – de direita, o volume de políticas públicas efetivadas é menor do que as dos governos de esquerda, confirmando nossa hipótese.

Os caminhos da SAN brasileira são também descaminhos, quando analisamos o recorte proposto por este artigo. A tarefa de resumir e analisar as políticas públicas de alimentação e nutrição desde 2003 é árdua, dada a multiplicidade de fatos e do panorama sócio-político brasileiro. Porém, trata-se de uma tarefa necessária se queremos compreender nosso passado, o momento atual e prospectar o futuro.

As discontinuidades das políticas públicas são presença constante, em especial quando há troca de ideologia política, validando o fato de que a pauta é flutuante, ficando em alta na agenda governamental em alguns momentos e em outros, adormecida ou negatizada. Esses esvaziamentos são provenientes de diversos fatores, como pudemos observar, porém as escolhas e decisões políticas se mostram como um dos elementos principais, bem como a possibilidade ou não de participação popular.

A fome dos brasileiros já foi considerada um fato infame, causador de vergonha e que figurou como assunto não grato em diversas esferas. Porém, devemos a Josué de Castro a saída da invisibilidade deste assunto, na década de 1940. Além de observar, pelos olhos deste pensador, a realidade brasileira no mapa, já que a fome tem hora, lugar e uma face: o povo brasileiro mais vulnerável, em especial mulheres, crianças, idosos e minorias (pretos, população LGBTQIAPN+ e indígenas).

As decisões tomadas durante os anos de 2003 a 2010 amenizaram as situações de desnutrição e má alimentação, mudando inclusive o perfil nutricional e epidemiológico da população brasileira. Ao verificarmos a convivência de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar com pessoas cujo estado nutricional varia desde a desnutrição até a obesidade, e a correlação desses fatos com os caminhos das políticas públicas de SAN, observamos que estamos em pleno descaminho. Isto é, a saída do eixo na busca por alimentar deixou de levar em consideração, por um bom tempo, alguns dos princípios básicos da nutrição – quantidade e qualidade, resultando em desvios nutricionais de grupos populacionais.

Em relação à pergunta feita no início do artigo, (Como se deu a efetivação das políticas públicas e a construção de uma agenda de alimentação e nutrição no Brasil, de 2003 a 2022, em relação ao governo federal e qual sua importância para o contexto da SAN?), pudemos observar os feitos em cada um dos mandatos analisados, notando a falta de continuidade em algumas políticas que poderiam ser consideradas carro-chefe dos respectivos governantes, combinadas com a alternância político-ideológica.

A análise feita nesse artigo mostrou-se bastante profícua, mas demonstrou que grandes recortes históricos não são tão comuns na agenda de pesquisa das ciências dos alimentos e nutrição. Abundam estudos que promovem o olhar sobre uma ou mais políticas, num recorte transversal. Porém, as séries históricas, longitudinais, ainda ficam legadas aos grandes nomes do ramo, como Josué de Castro, Renato Maluf e Francisco Vasconcelos, compondo poucos estudos e/ou dados.

Nos intriga este fato, o motivo pelo qual a agenda de pesquisa brasileira se distancia das questões históricas, se debruçando sobre o campo biológico e social (recente) de forma transversal e sincrônica, como fatos isolados de um mesmo problema. A busca, neste sentido, por intersectorialidade e transdisciplinaridade continua, insistentemente. Essa busca deve apropriar-se dos assuntos da nutrição e vice-versa, num avanço que poderá ser decisivo para a realidade científica brasileira.

3 PROPOSTAS ELEITORAIS BRASILEIRAS, TEORIAS E MÉTODOS: uma revisão de escopo

A agenda de pesquisa brasileira sobre propostas eleitorais tem se ampliado na última década (2012/2022). Participam deste processo grupos de investigadores, organizações da sociedade civil, agências de informação e a própria mídia (Gregório, 2024), que têm colocado as propostas eleitorais, nos períodos de campanha, em destaque. No panorama brasileiro, apresentam-se confusos os termos e teorias que podem colaborar para o crescimento das pesquisas sobre as propostas dos candidatos na arena eleitoral, além de conexões com as demais arenas políticas.

Fatos sobre informação e comunicação sobre as campanhas, o avanço das mídias sociais, propaganda eleitoral, comportamento de candidatos/eleitores e disputas de votos são campos abordados na agenda científica brasileira. Porém, as propostas eleitorais ainda computam poucas pesquisas (Diniz; Oliveira, 2021), sem o estabelecimento de bases teóricas e metodológicas que possam avolumar os conhecimentos nessa área.

O que sabemos até o momento é que esses documentos são obrigatórios para efetivar a candidatura de futuros incumbentes, com previsão em lei (nº 9504/1997), sendo o acréscimo do trecho que traz a obrigatoriedade contido no artigo nº11 do ano de 2009. Ainda que na lei supracitada o termo utilizado seja “propostas defendidas pelo candidato” (Brasil, 2009), são utilizados termos diferentes pelos pesquisadores brasileiros que se lançam a este campo de estudo.

Confundem-se os assuntos pertinentes a esses documentos, em especial das propostas eleitorais depositadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹¹, com os manifestos partidários, as políticas públicas ou programas de governo, propaganda eleitoral e horário eleitoral gratuito. Embora a maioria desses termos trafegue pelo campo da efetivação do pleito, são conceitos distintos, compostos por diferentes formas de comunicação entre os eleitores e candidatos, com formatos, fins e objetivos diferenciados (Salles, 2020).

Em relação a essas propostas, podemos trazer como objetivo principal do documento informar a população sobre as pautas que são de interesse de um candidato, do seu partido, da sua coligação, suas correlações com as possibilidades orçamentárias e com o contexto político-econômico do momento da proposição da

¹¹ Site específico do TSE denominado “Divulgacandcontas.com”.

candidatura. Segundo Madeira, Vieira e Tarouco, “[...] são elaborados em uma conjuntura específica e não refletem somente o posicionamento do partido, mas da coalizão eleitoral que apoia o candidato. [...] são de curta duração e estão relacionados ao governo da referida coalizão” (2017, p. 260 e 261).

Soriano *et al.*, corroboram com esse possível objetivo, trazendo que:

Embora os Planos de governo não representem, necessariamente, as medidas e as políticas [...] que serão adotadas nos respectivos mandatos, nem uma obrigatoriedade de que todas as propostas sejam executadas, são um importante veículo de comunicação para os candidatos apresentarem e discorrerem sobre suas preocupações, indicar ações prioritárias e para a condução de políticas de governo (2013, p. 527).

O futuro incumbente se comunica com seu eleitorado e busca a conquista de votos destinados a seus concorrentes por meio de campanha, sendo as propostas eleitorais uma das peças que compõem essa arena, porém não a principal (Diniz; Oliveira, 2020). Salles e Guarnieri colaboram estabelecendo que: “[...] não é consensual que uma dimensão da competição eleitoral se estabelece efetivamente em torno dos programas de governo. [...] a busca pelo eleitor mediano impõe a convergência programática entre os candidatos e partidos” (2019, p. 1).

Em face do exposto anteriormente, a presente revisão baseia-se na seguinte pergunta: Qual o perfil das pesquisas brasileiras que investigam as propostas eleitorais, apresentadas pelos candidatos aos pleitos do executivo e legislativo, em qualquer uma de suas esferas (federal, estadual e municipal)? Sendo seu objetivo: Realizar levantamento “estado da arte” do campo de pesquisa que investiga as propostas eleitorais, por meio de revisão de escopo, visando embasar teórica e metodologicamente a análise empírica da tese.

Investigar as propostas eleitorais, em uma revisão de literatura de escopo, torna-se fundamental para mapear os estudos sobre o assunto e coletar conceitos-chave das pesquisas brasileiras (Cordeiro; Soares, 2019). Cabe salientar que as revisões de escopo diferem das revisões sistemáticas, pois buscam encontrar brechas nos resultados de pesquisas numa determinada área (Vidal; Fukushima, 2021).

Ao observarmos as propostas eleitorais sob esta metodologia, podemos elencar o direcionamento que tem sido dado a esse campo de estudo, bem como as correlações que têm sido estabelecidas entre as áreas de pesquisa. Essas conclusões

nos permitem esclarecer novos campos de investigação, bem como a amplitude de assuntos que trafegam na interdisciplinaridade.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Essa revisão de literatura foi realizada utilizando a metodologia de *scoping review* (análise de escopo) sistematizada pelo Joanna Briggs Institute (JBI). A técnica de *scoping review* pode ser utilizada com a finalidade de sintetizar e disseminar os resultados de estudos a respeito de um determinado assunto (Aromataris; Munn, 2017). Segundo Ferraz, Pereira e Gomes Pereira:

O objetivo de uma análise de escopo é mapear, por meio de um método rigoroso e transparente, o estado da arte em uma área temática, pretendendo fornecer uma visão descritiva dos estudos revisados, sem avaliá-los criticamente ou sumarizar evidências de diferentes investigações, como ocorre em uma revisão sistemática (2019, p. 201 e 202).

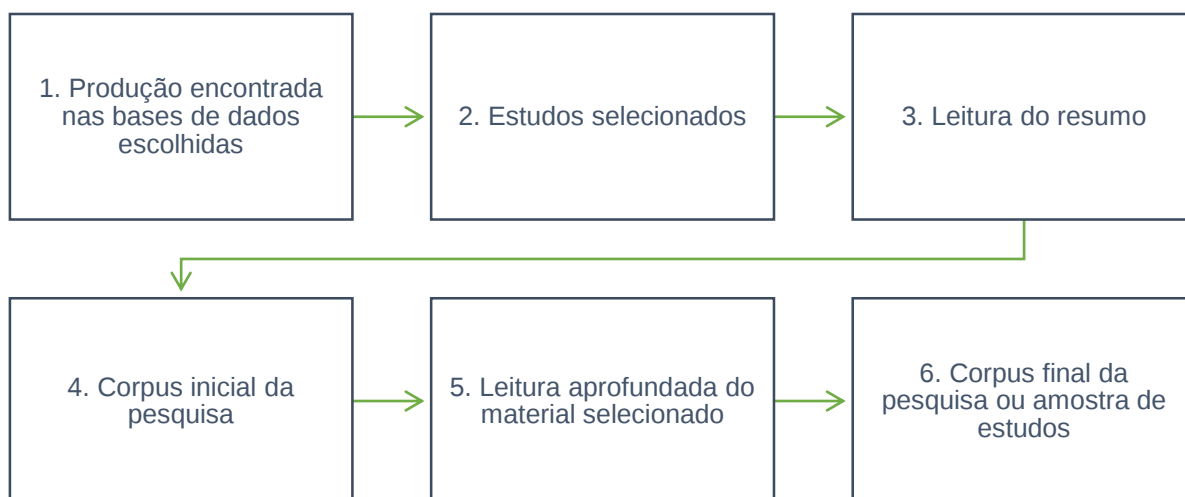
Importa compreendermos a natureza da pergunta e dos objetivos a ela atrelados para que possamos ser mais assertivos na escolha do método. Cabe o esclarecimento de que: “Caso pretendam compreender a extensão e natureza da literatura sobre um dado assunto para determinar [...] lacunas na literatura, então uma revisão de escopo provavelmente representaria a melhor abordagem para atender suas necessidades” (Vidal; Fukushima, 2021, p. 2).

Em relação às diferenças entre revisões sistemáticas e de escopo, o segundo formato não visa avaliar a qualidade das evidências disponíveis, mas objetiva mapear de forma rápida os principais conceitos que sustentam uma área de pesquisa. Diferindo ainda de revisões narrativas por envolver um procedimento sistemático e das revisões integrativas, pois não pretendem verificar, avaliar, validar ou incorporar procedimentos práticos em relação aos achados de pesquisa, tratando-se de uma revisão de cunho altamente teórico.

Para que uma revisão seja considerada de escopo, devemos seguir os protocolos propostos para tal fim, que segundo Cordeiro e Soares (2017, p. 39), partem da presença de “Título, Resumo, Introdução, Método, Resultados, Discussão e Financiamento” no corpo da revisão. Neste caso, foi escolhido o método PRISMA-ScR (*Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension*

for *Scoping Reviews - Checklist*), por se tratar de um modelo amplamente utilizado e validado (Figura 8).

Figura 8 – Fluxo de trabalho na revisão de escopo sobre as propostas eleitorais presidenciais de 2002 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2022), baseada em Aromataris; Munn, 2017.

As principais etapas que compõem o roteiro de busca desta revisão de escopo e que irão guiar a redação do relatório são:

- 1) Proposição da pergunta e objetivos de pesquisa;
- 2) Identificação de áreas de estudos relevantes, de modo abrangente, da pergunta da revisão;
- 3) Seleção de estudo, conforme os critérios predefinidos (exclusão e inclusão);
- 4) Mapeamento de dados;
- 5) Sumarização dos resultados (qualitativa relacionada aos objetivos e pergunta);
- 6) Apresentação dos resultados (refletindo sobre implicações políticas, práticas ou de pesquisa) (Tricco; Lillie; Zarin, 2018).

Deste modo, e de acordo com a pergunta apresentada na introdução deste artigo, são objetivos operacionais: (i) revisão dos estudos que versam sobre propostas eleitorais brasileiras; (ii) verificação dos teóricos elencados pelos autores dos estudos, bem como as teorias que dão suporte ao assunto; (iii) análise da aplicação de diferentes metodologias para o estudo do documento; (iv) investigação dos resultados desses estudos; (v) busca das correlações entre os estudos encontrados e a segurança alimentar e nutricional.

Seguimos agora com os dados pertinentes à sistematização desta revisão de escopo no Quadro 4:

Quadro 4 – Critérios de elegibilidade desta revisão de escopo sobre as propostas eleitorais

POPULAÇÃO	Propostas eleitorais
CONCEITO	Estado da arte das pesquisas que investiguem as propostas eleitorais em seu prisma pragmático, sua aplicação e suas reverberações na arena eleitoral e/ou governamental a partir do ano de 2009
CONTEXTO	Artigos originais que contemplem: revisões sistemáticas, ensaios críticos, pesquisas qualitativas, pesquisas quantitativas, pesquisas quali-quantitativas e revisões narrativas Estudos desenvolvidos por pesquisadores nacionais ou estrangeiros que tenham como foco as propostas eleitorais brasileiras Estudo indexados em bases de dados (WOS, Scielo – citation index, Lilacs, Pubmed, DOAJ, Scopus) Aplicação das palavras-chave no título, resumo e palavras-chave, sem especificação de áreas de conhecimento
STRING	<u>Em inglês:</u> “government* program*” OR “government’s program*” OR “government* proposal*” OR “government’s proposal*” OR “government* plan*” OR “government’s plan*” OR “campaign* pledge*” OR “election* pledge*” OR “elector* program*” AND Brazil <u>Em português:</u> “program* de governo” OR “propost* de govern*” OR “plan* de govern*” OR “plan* de campanha” OR “propost* de campanha” OR “program* eleitor*” OR “propost* eleitor*” AND Brazil

Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de Aromataris; Munn, 2017; Tricco; Lillie; Zarin, 2018.

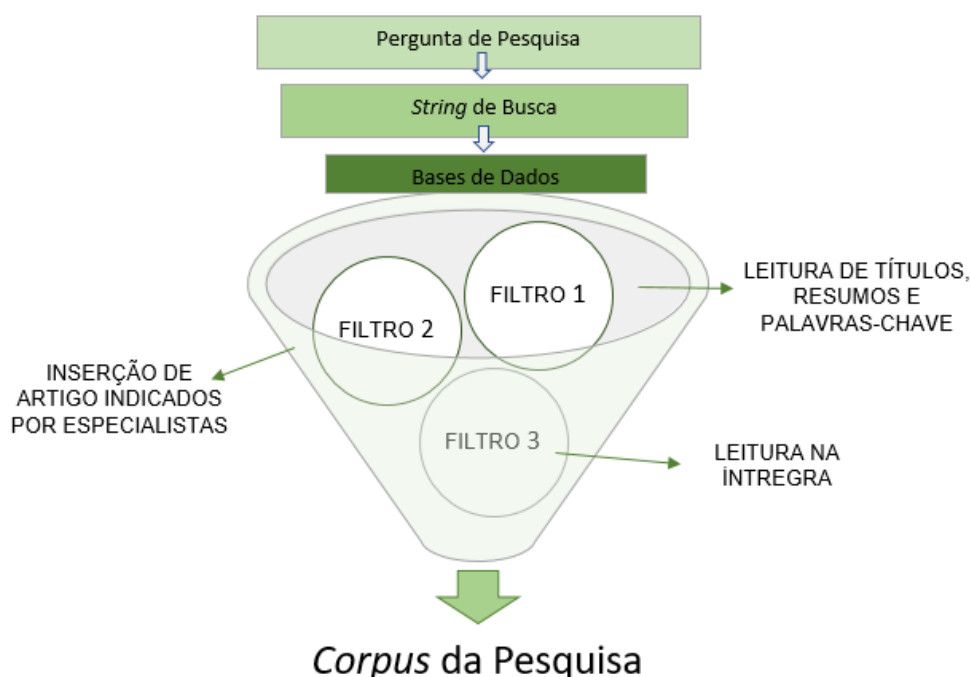
Os critérios de exclusão que compuseram a revisão foram: artigos que versassem sobre documentos eleitorais de outros países que não o Brasil ou comparações entre outros países e o Brasil; capítulos de livros, livros, editoriais, teses, dissertações e TCC; artigos que utilizassem “programa(s) de governo”, “plano(s) de governo”, “proposta(s) de governo” como sinônimo de políticas públicas ou manifestos partidários; artigos que usassem os termos da *string* como sinônimo de propaganda eleitoral; artigos publicados antes de 2009.

O protocolo estabelecido pelo JBI sugere que o título do artigo carregue consigo os elementos mnemônicos P (população), C (conceito) e Contexto (C), que orientam a pergunta da revisão (Aromataris; Munn, 2017). Sendo assim, o JBI propõe que sejam eleitos a população que irá compor o estudo, o conceito base que irá nortear os critérios de inclusão e exclusão do material e, por fim, o contexto no qual os artigos se inserem.

Como o foco desta revisão de escopo é compreender quais as lacunas e os avanços em relação ao estudo das propostas eleitorais em diversas áreas, todos os

tipos de revisão são aceitos, desde que versem sobre o contexto brasileiro deste documento eleitoral. Ainda que este foco esteja claramente estabelecido, outros artigos externos à revisão compõem o corpus, sendo elencados por meio de busca qualitativa, por indicação de especialistas ou que sejam relevantes na própria literatura encontrada na busca sistemática (Figura 9).

Figura 9 – Protocolo de busca da Revisão de Escopo sobre as propostas eleitorais presidenciais de 2002 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Temos como protocolo, seguindo a proposição do JBI, a realização de três varreduras, que juntas sistematizam o processo de revisão de escopo. No Quadro 5, observamos os resultados das varreduras, com aplicação dos critérios de inclusão e exclusão expostos anteriormente. As buscas foram realizadas no período de 30 de outubro a 28 de novembro de 2022, utilizando a *string* de busca referida no Quadro 5.

Quadro 5 – Procedimento de busca e seus resultados quantitativos da revisão de escopo sobre as propostas eleitorais

INDEXADOR	Identificação* 1ª varredura	Seleção** 2ª varredura	Inclusão 3ª varredura
SCIELO	1128	32	17
WOS	102	01	02
DOAJ	0	-	-
LILACS	0	-	-
PUBMED	284	0	-
SCOPUS	1404	05	-
	(n=2918)	(n=38)	(n=19)

*Sem verificação de duplicação dos artigos; ** Com verificação de duplicação de artigos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As bases elencadas para busca foram utilizadas a fim de identificar o maior número possível de artigos publicados por pesquisadores que versassem sobre as propostas eleitorais brasileiras, independentemente da localização de suas instituições de origem (nacionais ou estrangeiras). Foram incluídas bases da área da saúde, buscando as correlações com o objeto de estudo da tese, que são as propostas contidas na esfera da segurança alimentar e nutricional.

Os filtros utilizados nas varreduras foram: anos posteriores a 2009, tipo de literatura – artigo, área temática – todos e idioma – todos. Posteriormente, foram feitos os protocolos de criação do corpus da pesquisa, sendo elencados os principais eixos temáticos dos estudos, as áreas em que são publicados e a origem dos pesquisadores responsáveis pelas investigações. Por fim, os conteúdos foram lidos na íntegra, permitindo a criação de inferências que serão apresentadas no tópico seguinte.

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES: PESQUISAS SOBRE PROPOSTAS ELEITORAIS E SEU CONTEXTO

Podemos discutir inicialmente o fato de que tanto o termo para nomear o documento quanto as formas de os referenciar são distintos na maioria dos artigos. Em relação aos termos utilizados, há uma pulverização nos estudos brasileiros, sem um consenso sobre como esse documento pode ou deve ser nominado. Inúmeros sinônimos são utilizados, como: programas de governo, planos de governo, propostas de governo, promessas de campanha, proposições eleitorais, propostas de candidatura, entre outros. Este fato, por si só, dilui a produção científica, dificultando

o acesso aos materiais e o estabelecimento de uma agenda coesa de produção e difusão de conhecimento.

Outro ponto importante a levantar sobre a variedade de termos encontrados refere-se à área de maior concentração dos artigos encontrados – a ciência política. Diferentemente das ciências duras, as ciências sociais tendem a não ter uma generalização de termos (thesaurus uniformizado), característica expressa pela maior abordagem qualitativa dos estudos.

Em relação às formas de citação, trata-se de outra lacuna que a produção científica nos mostra junto ao estado da arte sobre as propostas eleitorais. Recorremos então à literatura especializada e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para construir uma forma de citação.

A ABNT não especifica esse documento em suas normas de referência, sendo os mesmos considerados documentos oficiais, já que são publicizados por órgão governamental – Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A discussão se desnova no entorno da autoria do documento, um dos pontos de interesse, por exemplo, para pesquisadores que desejam realizar análise de conteúdo e análise do discurso como ferramenta metodológica.

Conquanto a maioria das propostas eleitorais seja publicada com o nome e imagens do candidato principal e seu partido, o mesmo não configura como autor declarado do material. O documento pode ser encomendado para especialistas de diversas áreas (ciência política, marketing, comunicação social, entre outras), pode ser elaborado coletivamente pelo partido e suas coligações, consultas públicas, entre outras formas de elaboração (Madeira, Vieira, Tarouco, 2017).

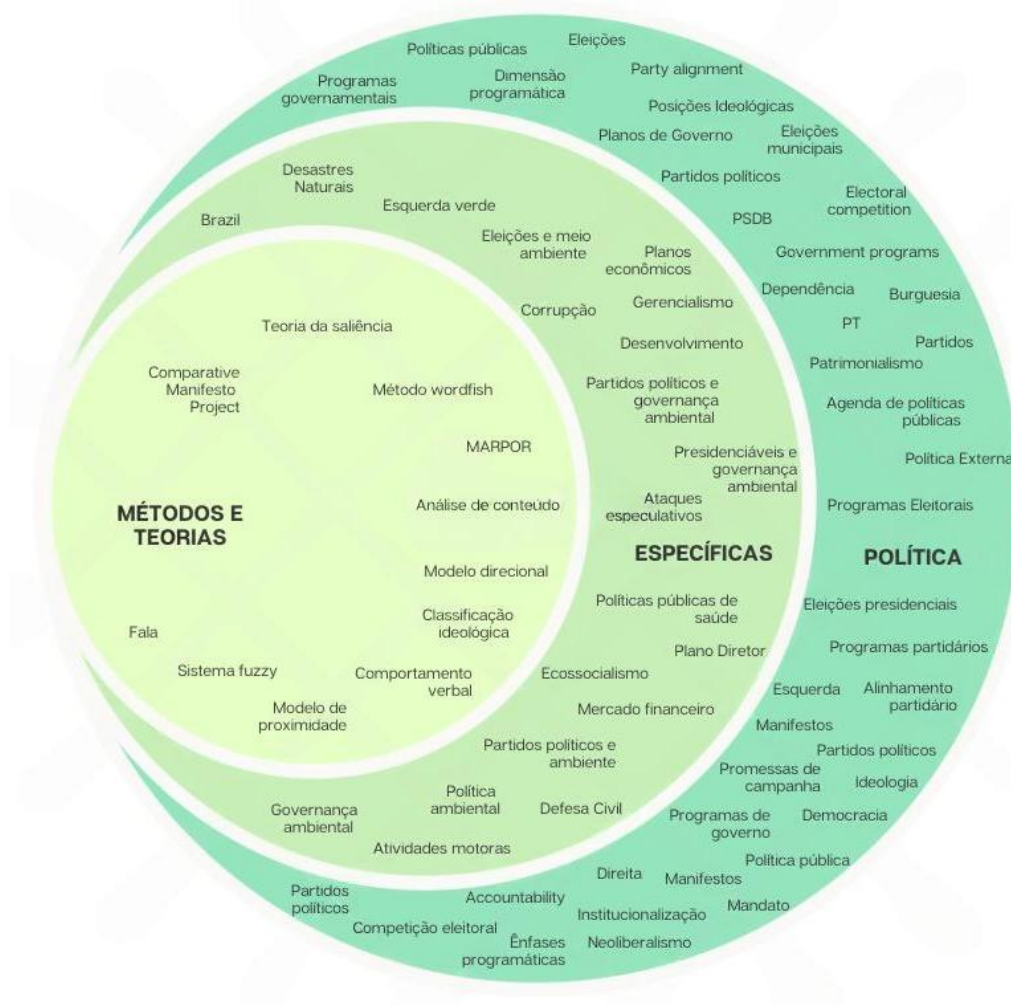
Segundo a ABNT, através da NBR 6023, podemos citar esses documentos, considerando uma autoria não declarada, da seguinte forma: transcrevendo a primeira palavra contida no título do documento. Neste caso, as propostas eleitorais não teriam uniformidade, já que em seu título trazem diferentes termos. Logo, recorreremos à mesma norma, que diz que no caso de um documento produzido por coletivo, devemos utilizar a entidade coletiva responsável, o que poderia ser a coligação ou nome do partido.

Nos estudos encontrados nesta revisão, temos diferentes formas de referenciar as propostas eleitorais, inclusive sem inclusão do documento nas referências. Como proposta de citação, oferecemos alguns exemplos, contidos nos artigos da revisão e outros elaborados pelas autoras:

- BRASIL; TSE. Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República (online). Programa de Jair Bolsonaro: O caminho da prosperidade, 2018 (Centeno; Bringhenti, 2021, p. 848);
- HADDAD, Fernando. Plano de governo 2019-2022: coligação “O povo feliz de novo”. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000629808/proposta_1536702143353.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020 (Dias; Oliveira; Pauli, 2021, p. 37);
- COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL. Proposta de governo da coligação unidos para transformar o Brasil. 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622171/proposta_1535040841979.pdf. Acesso em: 09 jul. 2019 (Guerra, Andrade, Loch, 2021, p. 22);
- TSE. Plano de governo Paranaguá. 2012. Candidato André Luiz Pioli Bernascki. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2012/1699/PR/77453/11/160000027402/proposta.pdf> Acesso em: 16 jul. 2019 (Rodrigues, 2020, p. 240);
- TSE. Propostas eleitorais do candidato Luis Inácio Lula da Silva, 2022 (online). Partido dos Trabalhadores e coligações. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/280001607829/pje-3b1196fd-Proposta%20de%20governo.pdf>.

As palavras-chave são outro ponto de interesse, já que por meio delas podemos encontrar artigos científicos nas buscas de revisão de literatura. Uma grande gama de palavras-chave foi encontrada, sendo as mesmas classificadas em três grandes polos descritivos (Figura 10).

Figura 10– Palavras-chave encontradas nos artigos que formam o corpus da revisão de escopo sobre propostas eleitorais de 2002 a 2022

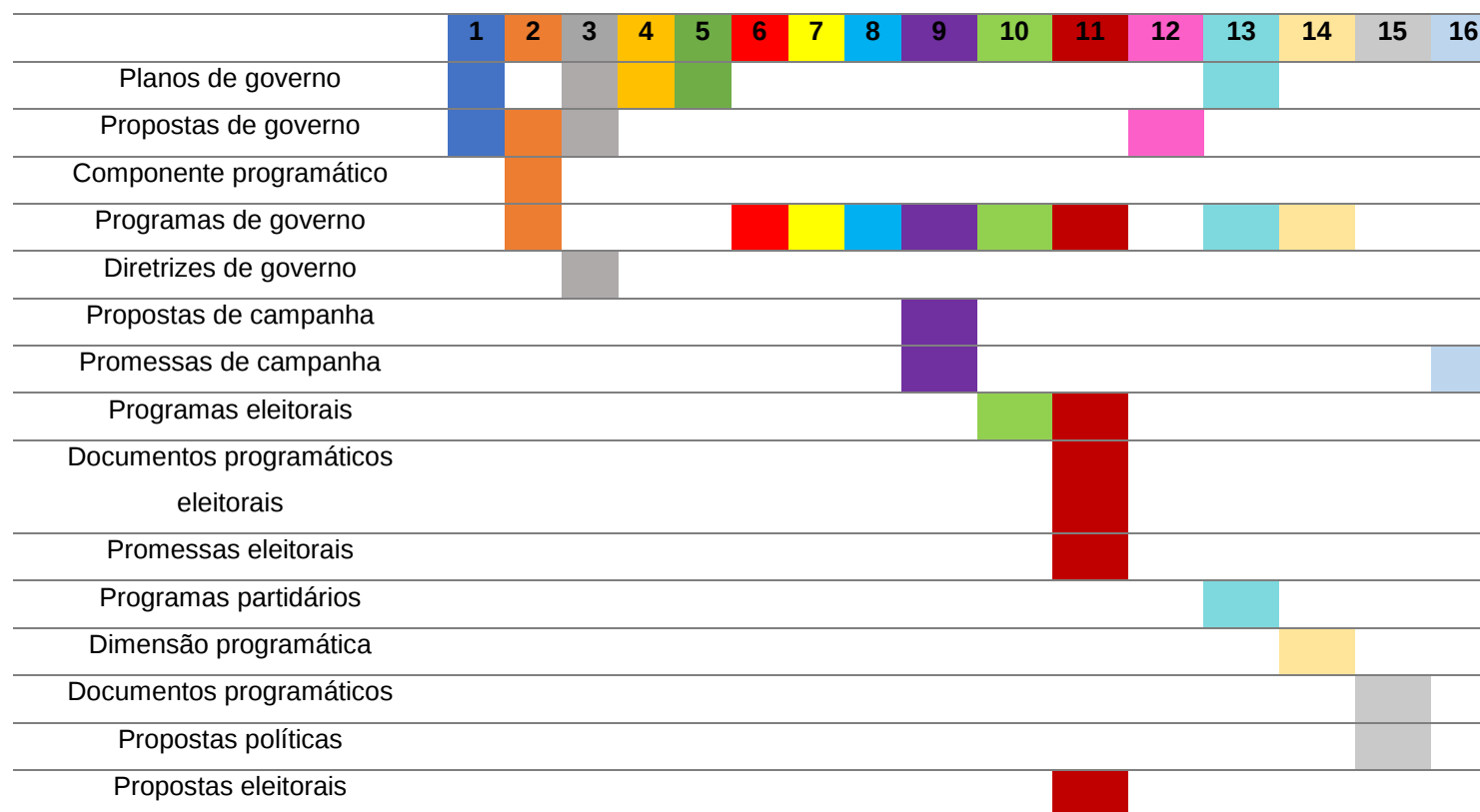


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Embora os polos possam representar certa uniformidade, há uma variedade de palavras-chave nos artigos encontrados. De modo geral, os termos que se referem às propostas eleitorais são maioria, mas figuram nessa classificação termos referentes à própria política, aos partidos analisados, ideologia política e termos específicos, quando os artigos fizeram estudos de caso temáticos (educação, saúde, meio ambiente).

Cabe retornarmos e aprofundarmos a discussão sobre os termos usados para nomear o documento foco do estudo, sendo que não foi encontrada uma uniformidade no corpus. Nesta revisão foram encontrados os seguintes termos para nomear o conjunto de propostas eleitorais defendidas pelos candidatos aos pleitos federais, estaduais e municipais (Gráfico 2):

Gráfico 2 – Nomenclatura utilizada pelos autores dos artigos do corpus da revisão de escopo para as propostas eleitorais de 2002 a 2022



Legenda: 1 - Centeno e Bringhenti; 2 - Salles e Guarnieri; 3 - Dias, Oliveira e Pauli; 4 - Soriano et al.; 5 - Carvalho; 6 - Mendes e Graça; 7 - Quirino et al.; 8 - Madeira, Vieira e Tarouco; 9 - Diniz e Oliveira; 10 - Jorge et al.; 11 - Garcia e Miranda; 12 - Guerra, Andrade e Loch; 13 - Barros; 14 - Salles; 15 - Tarouco e Madeira; 16 - Lagunes et al.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

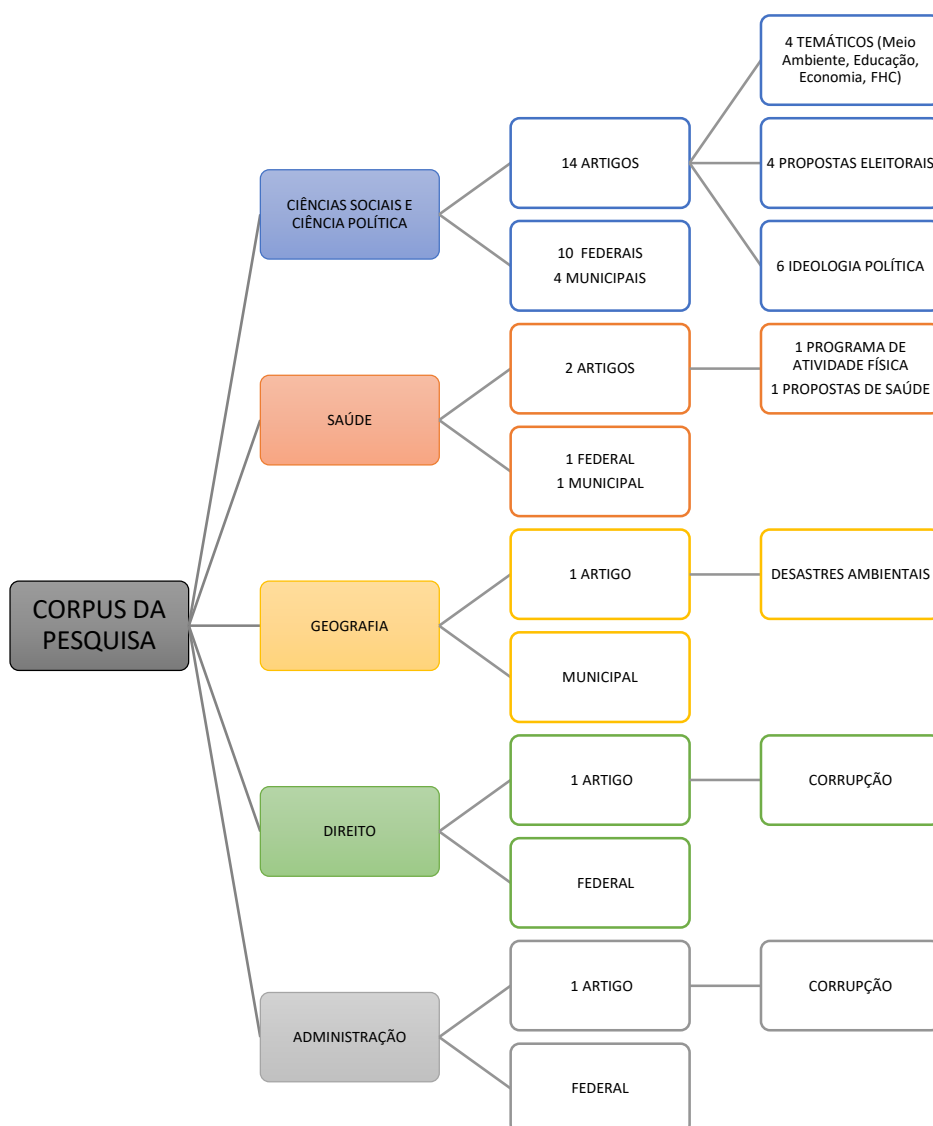
Podemos observar que, em sua maioria, a nomenclatura “programa(s) de governo” aparece no corpus da pesquisa como forma de nominar o documento depositado junto ao TSE, sendo usado em nove artigos. Porém, também fica clara a falta de uniformidade, já que um mesmo artigo usa diferentes termos, criando limites obnubilados entre manifestos, programas governamentais, políticas públicas, propaganda eleitoral e as propostas defendidas pelos candidatos durante o período eleitoral.

A sugestão para uniformização seria a escolha de uma nomenclatura que atenda às demandas do documento, bem como possa evitar que o mesmo seja confundido com outros tipos de documentos e comunicação eleitoral. Após investigação, propomos o uso do termo “propostas eleitorais” ou “conjuntos de propostas eleitorais” como forma de uniformização. Tendo em vista que este termo deixa claro o período a que o documento se destina (as eleições), evita confusão entre demais peças de propaganda política, e ainda, difere dos programas implementados pelos incumbentes (programas de governo e políticas públicas).

Esta proposição objetiva alavancar uma pauta em crescimento nos campos de pesquisa brasileiros, como forma de criar uma agenda de pesquisa coesa e que possa ser acessada por distintas áreas de conhecimento, trafegando na interseccionalidade e transdisciplinaridade. Este fato facilitaria a busca por estudos, nas bases de dados, que se dedicam a analisar as propostas eleitorais, com criação de palavras-chave e tradução das mesmas em diferentes línguas.

Findas as discussões de cunho técnico, passamos a analisar os resultados da revisão de escopo sob o viés quantitativo. Importa destacarmos que analisar a produção em suas múltiplas facetas facilita o entendimento sobre um campo ou assunto. Assim, observamos agora os resultados com um panorama geral das publicações encontradas sobre as propostas eleitorais brasileiras (Figura 11).

Figura 11 – Panorama dos estudos publicados sobre as propostas eleitorais de 2002 a 2022



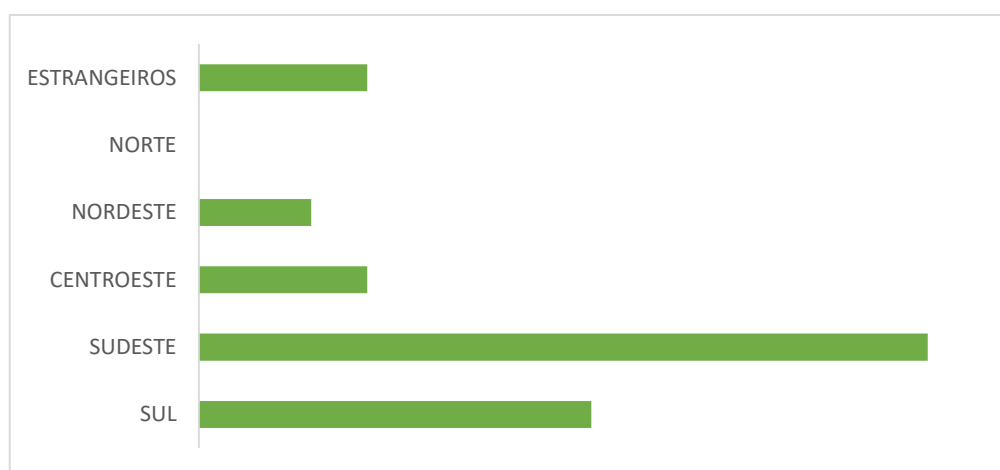
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Figura 10 nos mostra a maior concentração dos estudos¹² sobre propostas eleitorais junto às ciências sociais e ciência política. O fato se calca na base teórica apresentada pelos artigos, que, ainda que não trafeguem exclusivamente pela ciência política, usam conceitos pertinentes à área. São expoentes autores como Manin, Tarouco e Madeira, Downs, Grofman, Stokes, entre outros.

¹² As revistas onde os artigos foram publicada foram pesquisadas no site da CAPES para verificação da área de conhecimento em que se encontram.

Dados interessantes se mostraram presentes na revisão, e que colaboram com os dados gerais sobre produção de pesquisas científicas brasileiras, como, por exemplo, os locais das Instituições de Ensino Superior (IES) que encabeçam os maiores fluxos de publicações (Gráfico 3). Para Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016) e Sousa e colaboradores (2022), houve um aumento substancial na produção científica brasileira nas últimas décadas, porém a concentração em regiões como sul e sudeste ainda se mostra bastante expressiva, colaborando com os resultados obtidos nesta revisão.

Gráfico 3 – Regionalização dos estudos sobre Propostas eleitorais brasileiras segundo a localização das IES



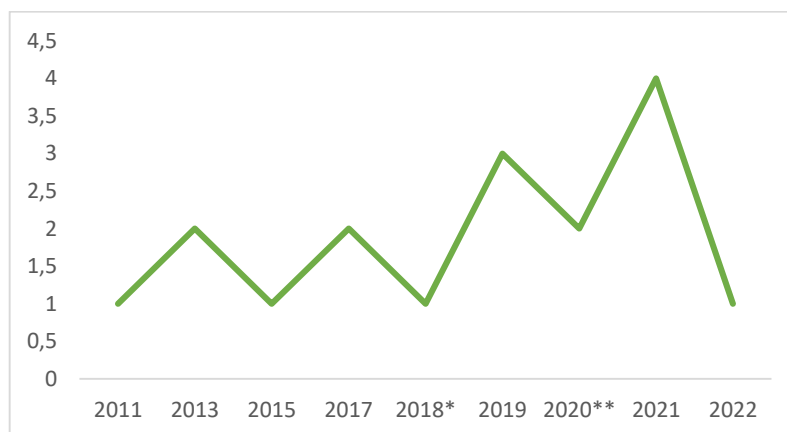
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Cabe destacar o envolvimento de cientistas estrangeiros, o que demonstra outra correlação com os dados de pesquisas sobre a produção científica brasileira: a cooperação internacional e a internacionalização dos estudos brasileiros (Sidone; Haddad; Mena-Chalco, 2016; Sousa *et al.*, 2022). Essa colaboração, em especial no trato das propostas eleitorais, é bastante interessante, uma vez que os teóricos e as teorias mais utilizadas nas pesquisas nacionais advêm de outros países.

Outro ponto interessante diz respeito à periodicidade com que os estudos têm sido publicados. Embora não tenha sido possível comprovar a premissa de que anos eleitorais fomentam mais estudos sobre propostas eleitorais, observamos no Gráfico 4 um aumento expressivo do número de estudos nos últimos anos, com alternância

de anos com alta pauta de pesquisa e anos de baixa, mas sempre com aumento, exceto pelo ano de 2022¹³.

Gráfico 4 – Periodicidade dos artigos publicados sobre propostas eleitorais brasileiras que compõem a revisão de escopo



Anos Eleitorais pós exigência de Propostas eleitorais junto ao TSE: *Federal e Estadual – 2010, 2014, 2018 e 2022; **Municipal – 2012, 2016, 2020.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em se tratando de produção nacional, ainda que os estudos sobre o assunto não sejam tão expressivos quanto outros assuntos relacionados à arena eleitoral, temos alguns pesquisadores proeminentes: Nara Salles (3 artigos), Barros e Madeira e Tarouco (2 artigos cada). Esses poucos autores se dedicam a dialogar sobre as propostas eleitorais e vão além, estabelecendo correlações com outros assuntos, e como principal contribuição, trazendo teorias robustas que embasam os estudos sobre propostas eleitorais.

Nara Salles tem uma produção potente sobre o assunto, sendo digno de nota que sua dissertação e tese têm o assunto como foco (principal ou adjacente). Notamos uma autora que tem movimentado as pesquisas sobre propostas eleitorais e faz boa correlação entre as teorias de ciência política em seus artigos. A mobilização desta autora faz com que sua produção seja composta tanto por artigos teóricos quanto por estudos de caso.

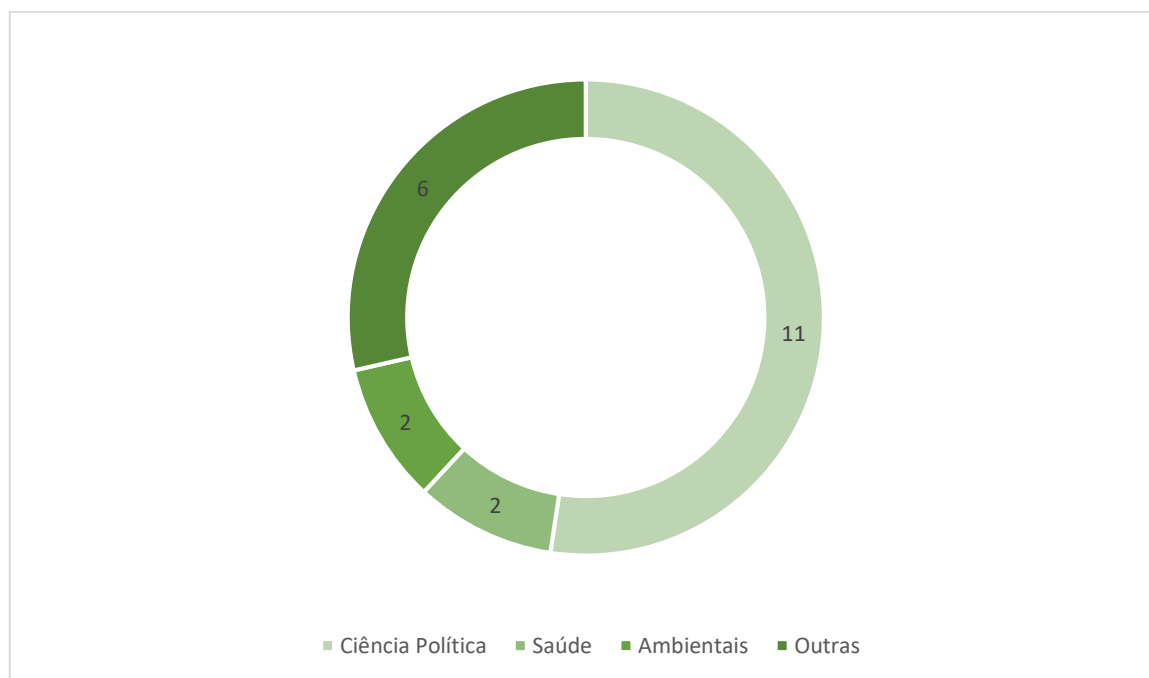
Antonio Teixeira de Barros, Gabriela Tarouco e Rafael Madeira ficam pareados em produção, porém o primeiro autor foca em assuntos relacionados ao meio ambiente, e suas análises tornam-se estritas à área de ciências ambientais.

¹³ Devemos esclarecer que o ano de 2022 pode apresentar um déficit já que a coleta dos dados para essa revisão foi realizando durante o próprio ano de 2022.

Diferentemente de Tarouco e Madeira, que versam sobre formas mais gerais de abordar as propostas eleitorais e são responsáveis por boa parte do arcabouço teórico da área.

Por fim, na análise quantitativa deste artigo, cabe observarmos as revistas que têm publicado sobre as propostas eleitorais (Gráfico 5). Elas são parte do contexto da disseminação da ciência e seus escopos podem permitir ou obstar determinadas publicações. Não cabe a este artigo problematizar as questões sobre a publicação científica brasileira, performance, compartilhamento e acesso, porém temos conhecimento da complexidade do assunto.

Gráfico 5 – Revistas científicas que publicaram os artigos que compõem o corpus da revisão de escopo sobre propostas eleitorais



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Notamos que revistas da área de ciência política são mais que metade das que publicam sobre o assunto. Os assuntos mais específicos, como saúde, meio ambiente e educação, tendem a ser publicados por revistas da área que estudam, já que alguns mesclam conhecimentos da ciência política aos do seu campo de origem ou apenas pincelam teorias políticas, dando ênfase aos assuntos abordados.

Superada a análise de cunho quantitativo da revisão, passaremos agora para uma análise qualitativa dos estudos encontrados. Versando sobre teóricos mobilizados, metodologias e resultados das investigações.

Os artigos que analisam aspectos envolvidos na ideologia partidária são volumosos no corpus, compondo 10 dos 19 artigos, alguns deles falam somente sobre a ideologia e outros a usam como pano de fundo das discussões. Em suas teorias, mobilizam aspectos do partidarismo, análises programáticas e, em especial, problematizam como classificar partidos brasileiros em uma escala esquerda-direita, principalmente na abordagem metodológica (Jorge *et al.*, 2018; Madeira; Vieira; Tarouco, 2017; Tarouco; Madeira, 2013).

Em relação às metodologias, elas são bastante empíricas, aplicando metodologias diversas a um mesmo tipo de documento. A análise de conteúdo (AC) é bastante utilizada quando observamos as propostas eleitorais, mas os achados corroboram com Sampaio e Lycarião (2021), que em sua pesquisa apontam o uso de manuais desatualizados e a falta de aplicação completa do método pelos pesquisadores brasileiros.

Ao todo são sete estudos (Centeno; Bringhenti, 2021; Guerra; Andrade; Loch, 2021; Diniz; Oliveira, 2020; Barros, 2017; Madeira; Vieira; Tarouco, 2017; Barros, 2018; Quirino *et al.*, 2018) que utilizam a metodologia de AC, porém em nenhuma delas os passos para realização da análise são claramente descritos, bem como não aparecem de forma completa nos resultados, tampouco são disponibilizados os livros de códigos.

Metodologias emergentes também aparecem na análise dos documentos, porém como são diversos os meios de investigar as propostas eleitorais, não há uniformidade. Sendo verificadas a aplicação de métodos como *Fuzzy*, *wordfish* ou MARPOR (Salles, 2019; Oliveira; Pauli, 2021; Madeira; Vieira; Tarouco, 2017; Salles; Guarnieri, 2019), sendo que os estudos, em sua maioria, finalizam como inconclusivos sobre a efetividade dos resultados com uso dessas metodologias para análise de propostas eleitorais, independe da pergunta feita.

Possivelmente o campo ainda incipiente de pesquisa necessite de mais estudos com aplicação dessas metodologias para que as mesmas possam se afirmar como cientificamente válidas para esse tipo de documento. Reforçamos a importância de que os métodos utilizados sejam satisfatoriamente descritos, de modo a permitir a replicabilidade em outros estudos.

Passamos a verificar alguns dos pontos levantados pelo conjunto de artigos analisados, compondo o campo teórico dos resultados:

- Os aspectos de análise, em especial quando relacionados à ideologia política, se diferenciam de acordo com o recorte geográfico analisado, sendo menos enfáticas nas análises dos municípios quando comparados a disputas federais¹⁴ (Salles; Guarnieri, 2019);
- Em geral, o eleitor mediano faz parte das discussões sobre as propostas eleitorais, já que ele é foco/destinatário do próprio documento e de seu conteúdo, com observação na obtenção de votos que o documento pode gerar (Diniz; Oliveira, 2020; Salles; Guarnieri, 2019; Salles, 2019);
- Artigos que buscam analisar questões específicas das propostas eleitorais, como aspectos de saúde, corrupção, atividades físicas ou desastres ambientais, fazem uma mobilização de arcabouço teórico de ciência política, mas mesclam esses conhecimentos com outros, das áreas que analisam. Trazem o viés da interdisciplinaridade aos estudos, endereçando as propostas específicas aos campos de interesse (Dias; Oliveira; Pauli, 2021; Guerra; Andrade; Loch, 2021; Garcia; Miranda, 2019; Barros, 2017; 2018);
- Nenhum dos artigos do corpus se dedica a problematizar e investigar o propósito das propostas eleitorais, tampouco teorias específicas sobre o assunto até o momento. Em geral, há estudos que correlacionam as propostas com aspectos históricos da política brasileira (Centeno; Bringhamti, 2021), detalhamento das propostas e viabilidade (Dias; Oliveira; Pauli, 2021), além de concentração ideológica em esquerda à direita, sendo esses a maioria dos estudos;
- Um artigo faz correlação entre *advocacy* e as propostas eleitorais, como forma de justificar seu papel na informação das pretendidas políticas públicas, vinculadas a macro áreas e aos eleitores (Guerra; Andrade; Loch, 2021);
- Alguns dos artigos mesclam teoria e estudos de caso, em especial da área de ciência política, e auxiliam na criação ou sintetização de conceitos sobre as propostas eleitorais (Diniz; Oliveira, 2020; Salles; Guarnieri, 2019; Salles, 2019; 2020; Tarouco; Madeira, 2013). Um bom exemplo é a correlação entre materialismo e pós-materialismo traçada por Madeira, Vieira e Tarouco (2017)

¹⁴ Esclarecemos que não foi encontrado nenhum artigo que versasse sobre disputas estaduais, abrindo possibilidade para estudos futuros.

e Barros (2018), bem como a teoria de partidarismo e comportamento eleitoral, utilizados na análise de ideologia política de Tarouco e Madeira (2013);

- Outros estudos temáticos se dedicam a correlacionar teorias específicas às propostas eleitorais, como a relação entre o institucionalismo e a corrupção (Quirino *et al.*, 2020);
- E por fim um dos achados mais expressivos, no estudo de Salles (2020), baseado na teoria de competição partidária de Downs (1957): o primeiro ponto diz respeito ao confronto de teorias de Grofman, Downs e Stokes, estabelecendo a dimensão programática nas eleições. E o segundo diz respeito aos *issues* que os partidos desenvolvem e que ocupam parte de suas propostas eleitorais. Segundo a autora, “[...] os estudos apresentados mostram que a dimensão programática tem papel relevante, de forma que a disputa eleitoral pode ser concebida como um espaço de mobilização de diversas estratégias, incluindo propostas de políticas públicas” (p. 126), fato que subsidia as análises do componente empírico dessa tese que será realizado no artigo seguinte;
- Segundo autores (Carvalho, 2022; Salles, 2020; Madeira; Vieira; Tarouco, 2017), de forma menos específica, as propagandas políticas e propaganda eleitoral do horário gratuito tendem a ter maior visibilidade e poder de persuasão do que as propostas eleitorais, e por tal motivo tanto estudos sobre o assunto quanto aporte de profissionais de mídia e *marketing* são aferidos a este momento da arena eleitoral. Cabe, neste caso em específico, problematizar inclusive o acesso aos conjuntos de propostas eleitorais, tanto físico quanto no meio eletrônico, fator que pode obstar a leitura e discussão das propostas ali contidas pelo eleitorado. Índices de acesso à internet, alfabetização, entre outros, podem colaborar para que possamos compreender, futuramente, se o acesso aos documentos pode ser obstado a parte da população brasileira.

Este artigo comprovou, em seus resultados, um aumento da pauta de pesquisas sobre as propostas eleitorais. Isto pode trazer uma premissa de que, nos próximos anos, partidos, eleitores, candidatos e pesquisadores passem a observar com maior atenção o documento em questão. Este evento poderá suscitar mudanças nas incertezas encontradas até o momento a respeito de terminologias, teorias e formatos atribuídos aos conjuntos de propostas eleitorais.

Mais do que compreender o objetivo do documento, despertamos para o fato de que este documento pode influenciar (ou já influencia) o comportamento eleitoral e a proposição/escopo de políticas públicas que possam ser auferidas após o processo eleitoral, como parte da participação social e análise da efetividade de cada um dos mandatos.

Finalizamos assim a análise qualitativa do corpus da pesquisa, com contribuições de diversos autores tanto sobre as teorias que sustentam a pesquisa das propostas eleitorais, quanto à importância de estudos sobre o assunto na dimensão da arena eleitoral e no próprio desempenho e efetivação de políticas públicas. Cabe avançar na problematização de diferentes polos, o dos eleitores e dos candidatos/partidos, já que diferentes fatores interferem tanto na decisão do que entra e o que sai na dimensão programática, como na própria decisão de voto baseada nessas propostas.

3.3 REFLEXÕES FINAIS

Inicialmente, voltamos à pergunta feita na introdução do artigo (Qual o perfil das pesquisas brasileiras que investigam as propostas eleitorais, apresentadas pelos candidatos aos pleitos do executivo, em qualquer uma de suas esferas (federal, estadual e municipal?), e apontamos ter encontrado um perfil múltiplo, com teorias difusas, presentes de forma mais intensa na ciência política. Essas teorias não são uniformes, versando desde materialismo e pós-materialismo até *issues* como forma de dar suporte aos estudos sobre propostas eleitorais.

Sendo o perfil das pesquisas voltado predominantemente ao comportamento eleitoral, medição de ideologia político-partidária por meio da análise dos conjuntos de propostas e análise temática de propostas (saúde, educação, meio ambiente, etc.). Comprovamos também nossa suposição de que a área da Ciência Política seria a grande produtora de artigos sobre o assunto.

Em relação às formas de nominar o documento, citado na lei como “propostas defendidas pelo candidato”, as mesmas variam de acordo com diferentes autores, assim como as formas de citação, fato que nos chamou a atenção dada a diversidade de nomenclaturas. Estes dois fatos apontam para uma das questões levantadas por esta revisão de escopo: trata-se de uma pauta de pesquisa emergente, que requer que sejam revisados e padronizados termos e formas de citação. Este fato, por si só,

não será capaz de sedimentar o documento em questão como foco de agendas de pesquisa, mas favorece a busca pela produção científica sobre o assunto e disseminação de estudos.

Da mesma forma como já ocorre com política (*policy, polity, politics*), que em português suscita uma série de diferentes interpretações; propostas, programas ou planos de governo são termos que têm sido usados como sinônimo de propaganda eleitoral, políticas públicas e programas propostos após a efetivação do pleito. O que causa diferentes interpretações de diversos leitores sobre o assunto, tanto estudiosos quanto o público não especializado.

Não negamos aqui que as propostas eleitorais transitam entre a arena eleitoral e a arena governamental, assim como não negamos o fato de que os termos com os quais esses documentos se confundem também fazem parte tanto do jogo eleitoral quanto das ações governamentais do incumbente. Porém, são documentos distintos, com previsão na lei eleitoral (caso das propostas eleitorais) e que têm características distintas por natureza, e por este motivo devem ter sua nomenclatura cuidadosamente verificada e discutida.

Outro fato que cabe destacarmos é que, de acordo com a literatura analisada, as propostas eleitorais podem ser levadas a cabo durante o mandato do incumbente, porém diversos fatores interferem nesse processo. Os passos da transformação de uma proposta eleitoral em uma proposta de política pública compõem em parte o próprio ciclo das políticas públicas, as instâncias de governabilidade e de governança, próprios da arena governamental, porém este assunto será discutido mais adiante, em artigo próprio¹⁵.

Deste modo, ao localizarmos o termo, antes dito como programas ou planos e agora sugerido como propostas eleitorais, na esfera da competição pelo pleito, damos a ele seu local ideal e foco, respectivo à arena eleitoral, à aquisição de votos e à competição entre candidatos, entre outras funções. Este fato não as isola, mas as localiza, de modo que podem, assim como outros documentos, transitar entre as arenas, e sofrer as já ditas influências para que sua efetivação ocorra ou não.

Voltando às pesquisas analisadas, ainda que sudeste e sul se mostrem mais proeminentes na produção científica sobre o assunto, notamos uma pulverização no uso de teóricos, teorias e palavras-chave, demonstrando a incipiência do assunto na

¹⁵ Artigo 2 da tese.

agenda de pesquisa brasileira. Ciência política é o grande polo produtor de pesquisas sobre propostas eleitorais, porém já há certa representatividade em áreas como a saúde e as ciências ambientais, o que comprova a possibilidade de um assunto interdisciplinar. Essa interdisciplinaridade pode favorecer a intersectorialidade, um dos requisitos da efetivação de políticas públicas.

Uma das indagações difusas de alguns artigos analisados é o propósito das propostas eleitorais, sendo que em alguns deles temos a análise de que se trata de um documento pertinente à disputa eleitoral e, por este motivo, sem modelo, padronização ou compromisso real, mantendo um caráter retórico. Em outros estudos, a pergunta queda sem resposta, ou perde-se em divagações sobre as possibilidades de estudar o objeto.

No entendimento desse artigo, essa é uma pergunta que segue sem resposta, tendo em vista a mera citação de obrigatoriedade na lei, sem parâmetros ou motivações para tal fim. Atentamos ao fato dos artigos encontrados nesta revisão não haverem problematizado especificamente o surgimento ou a obrigatoriedade e sim suas influências no campo das eleições.

Concluimos então que, de acordo com os artigos encontrados nesta revisão, as propostas eleitorais ainda figuram como um campo de estudo iniciante. Dessa maneira, (com)fundem-se métodos e teorias, e os resultados parecem ser inconclusivos para algumas das perguntas de pesquisa. Porém, as bases alicerçadas pelos estudos encontrados, podem ser fundantes para os que pretendem investigar este mote e avançar em conhecimento sobre o assunto.

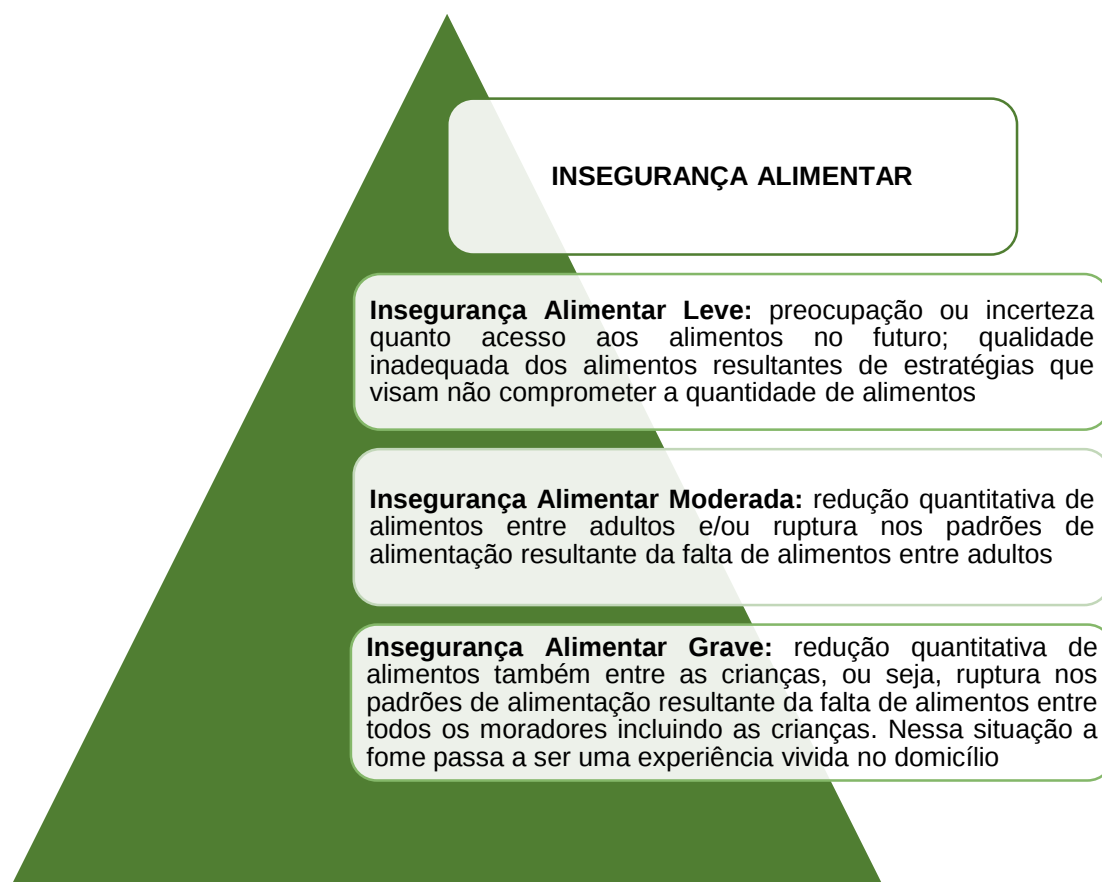
4 PROPOSTAS ELEITORAIS FEDERAIS DE COMBATE À FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM PANORAMA ENTRE 2002 A 2022

A fome é um problema público no Brasil há séculos, com relatos da época do Império, que já identificavam a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. De toda sorte, políticas públicas voltadas ao assunto passam a ser frequentes no início do Estado Novo (Hanner, 1993; Secreto, 2020), com pesquisas denunciando este fato que datam da década de 1940 (Castro, 1948).

Desde então, diferentes tipos de fome são identificados, sendo o fenômeno classificado cientificamente como Insegurança Alimentar (IA). Segundo documentos orientativos do extinto Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), podemos classificar a IA, com base na Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar e Fome (EBIA), das seguintes maneiras: “Segurança Alimentar (SA), Insegurança Alimentar Leve (IAL), Insegurança Moderada (IAM) e Insegurança Alimentar Grave (IAG)” (Brasil, 2010, p. 31).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) complementa a classificação, explicitando que a segurança alimentar trata de quando: “[...] a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (IBGE, 2020, p. 22). Bem como na Figura 12, encontramos a definição dos tipos de IA citados na EBIA:

Figura 12 – Níveis de insegurança alimentar segundo o IBGE



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em IBGE (2020, p. 22).

A segurança alimentar e nutricional (SAN), no Brasil, faz parte de um sistema composto por leis, resoluções e políticas públicas intersetoriais. A garantia de SAN é baseada na Constituição Federal de 1988, que afiança o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)¹⁶, como parte dos direitos sociais fundamentados na dignidade da pessoa humana (Siqueira, 2013).

O Estado é chamado a agir na grande maioria dos documentos norteadores da SAN, como podemos exemplificar com o trecho da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN): “A concretização dos direitos humanos, e mais particularmente no âmbito da alimentação e nutrição, compreende responsabilidades tanto por parte do Estado, quanto da sociedade e dos indivíduos” (Brasil, 1999, p. 11).

Desde a já citada PNAN até o Plano Brasil Sem Fome e o PlanSAN 2024-2027, encontramos informações de que as políticas de SAN devem compor um sistema que transite por setores e campos, envolvendo a sociedade civil e a participação social

¹⁶ Posteriormente renomeado como Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA), já citado anteriormente nessa tese.

(Brasil, 2025). Porém ainda carecemos de avanços, conforme já versava na década de 1940 Josué de Castro:

Esta dramática situação alimentar (...) impõe a necessidade inadiável de uma política alimentar mais efetiva, que não seja apenas de paliativos e de correção das falhas mais gritantes através de programas simplesmente assistenciais. Impõe-se uma política que, acelerando o processo de desenvolvimento, quebrando as mais reacionárias forças de contenção que impedem o acesso à economia do país a grupos e setores enormes da nacionalidade, venham a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões de alimentação (1946, p. 304).

Ainda que temporalmente distante, o trecho nos faz refletir, inclusive sob a ótica dos resultados dessa pesquisa, sobre a necessidade de que os avanços sejam blindados dos retrocessos e não norteados somente pelo eixo quase unidirecional bastante visto no campo da SAN, com amplas políticas de combate à fome e poucas políticas que efetivem a SAN de forma plena, com vistas à emancipação social¹⁷.

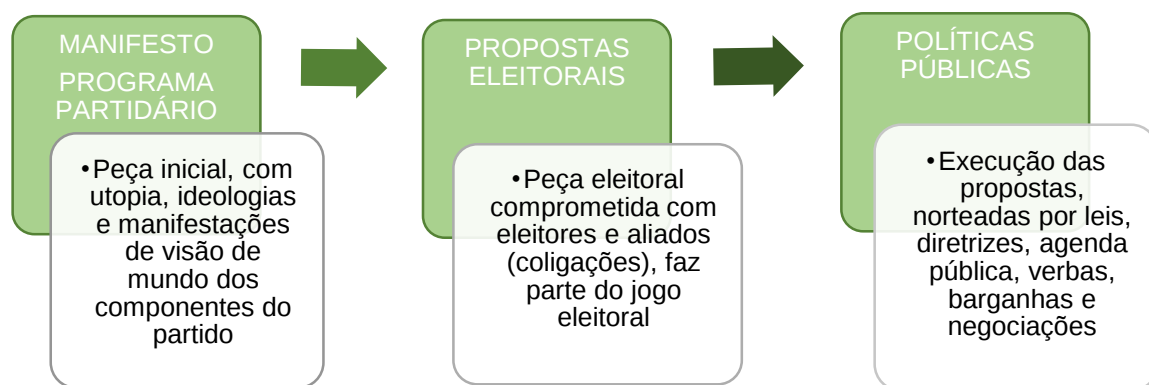
Para que haja implementação e fruição da SAN, são necessários alguns pilares¹⁸: disponibilidade, estabilidade, acesso e adequação (Brasil, 2006). Esses diferentes eixos representam abordagens distintas em políticas públicas de combate à fome e/ou SAN. Sendo considerado importante para a efetivação do DHANA que essas políticas sejam multissetoriais, considerem e envolvam participação de múltiplos atores e compreendam multiníveis.

Ao avançarmos na efetivação dessas ações na correlação com as propostas eleitorais, podemos trazer o ciclo das políticas públicas como uma das formas de analisar as atuações do Estado. No ciclo, composto por três fases (formulação, implementação e avaliação), se dá didaticamente o processo de governança (Secchi, 2012). Entendemos que, anterior ao próprio ciclo, se encontram as propostas eleitorais, que fazem parte da arena eleitoral e antecedem a arena governamental, mas que podem conectar ambas as arenas de diversas formas, conforme nos mostra a Figura 13:

¹⁷ Baseado nos resultados do artigo 1 da tese.

¹⁸ Cabe salientar que estudos atuais, sobre uma alimentação saudável e sustentável, preveem outros aspectos que devem ser considerados para segurança alimentar e nutricional. O relatório internacional “The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change” (Swinburn et al., 2019), considera pontos de negócios, de abastecimento e demanda alimentar, ecológicas, de saúde e de governança importantes para mudanças significativas na saúde alimentar humana e ambiental.

Figura 13 – Documentos político-partidários sob aspectos interpretativos de intencionalidade e usos



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Esclarecendo as correlações entre os documentos acima citados (manifesto partidário, propostas eleitorais e políticas públicas), Tarouco (2011) salienta que os manifestos partidários têm estreita relação com o momento histórico em que são escritos, sendo os dos partidos brasileiros diretamente relacionados, em suas primeiras versões, com o processo de redemocratização. A autora ainda afirma que manifestos partidários e propostas eleitorais estão diretamente correlacionados.

As propostas apresentadas na concorrência ao pleito compõem parte dos documentos obrigatórios à efetivação da candidatura, parte das peças de comunicação eleitoral (Tarouco; Madeira, 2013; Gregório, 2024) e podem ser parte do ciclo das políticas públicas quando da efetivação dessas propostas após a eleição.

Há correntes teóricas que entendem os conjuntos de propostas eleitorais como documentos retóricos¹⁹, posto que fazem parte da competição eleitoral e que, por este motivo, são movidos mais pela competição do que pelo compromisso de efetivação (Diniz; Oliveira, 2020; Soriano *et al.*, 2013).

Outros autores concordam que as propostas eleitorais fazem parte do processo de competição eleitoral, mas podem ser precursores de políticas públicas, demonstrando o interesse do candidato, seu partido e coligações, com determinados problemas públicos (Salles, 2020; Madeira, Vieira, Tarouco, 2017; Thomson, 2001).

Neste artigo, assumimos a corrente que vê os conjuntos de propostas eleitorais como possíveis precursores de políticas públicas, que podem conter o todo de uma proposta ou parte dela. Utilizando a definição de Thomson, propostas eleitorais são:

¹⁹ Baseado nos resultados do artigo 1 da tese.

“[...] compromissos específicos para promulgar e produzir determinadas políticas ou resultados” (2001, p. 173).

E ainda, aceitamos como parte do jogo governamental o fato de que incumbentes não governam sozinhos, mas em relação com outras instâncias políticas, como cita Power:

As coalizões formadas pelos presidentes apresentam forte natureza conflitiva e que podem ser melhor entendidas a partir dos esforços de integração e estabilidade feitos pelos presidentes. Dessa forma, além de se preocuparem com o tamanho de sua aliança e a coalescência de seu gabinete, os presidentes precisam concentrar-se em administrar coalizões instáveis com outras formas de artifício político, tais como o poder de agenda e o uso seletivo de prerrogativas presidenciais (2015, p. 32).

As questões políticas são fundamentais na interpretação dos resultados, tendo em vista que, a partir da fala de Power, compreendemos que coalizões importam e interferem diretamente nas chances de efetivação dos conjuntos de propostas. Sendo assim, analisaremos o recorte de 2002 a 2022 sob orientação da escala de ideologia político-partidária de Zucco e Power (2024)²⁰, complementando o período com o estudo de Bolonhesi, Ribeiro e Codato (2022).

Por fim, e devido ao foco do estudo serem as proposições de combate à fome e efetivação da SAN, importa olharmos para os dados da fome, tanto nacionais quanto internacionais. Já que uma das hipóteses é de que os dados são influentes no processo de escolha do que entra e o que sai tanto da agenda governamental quanto eleitoral.

Esses dados são considerados norteadores de necessidade de ação (Tarouco, 2011), em especial após a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN²¹, em 2006. Os dados nacionais são fornecidos por uma rede de instituições (governamentais e da sociedade civil) e colaboram para a compreensão do panorama interno e devem fomentar o ciclo das políticas públicas, em especial a avaliação e reformulação (Secchi, 2012). Os dados internacionais abrem janelas de

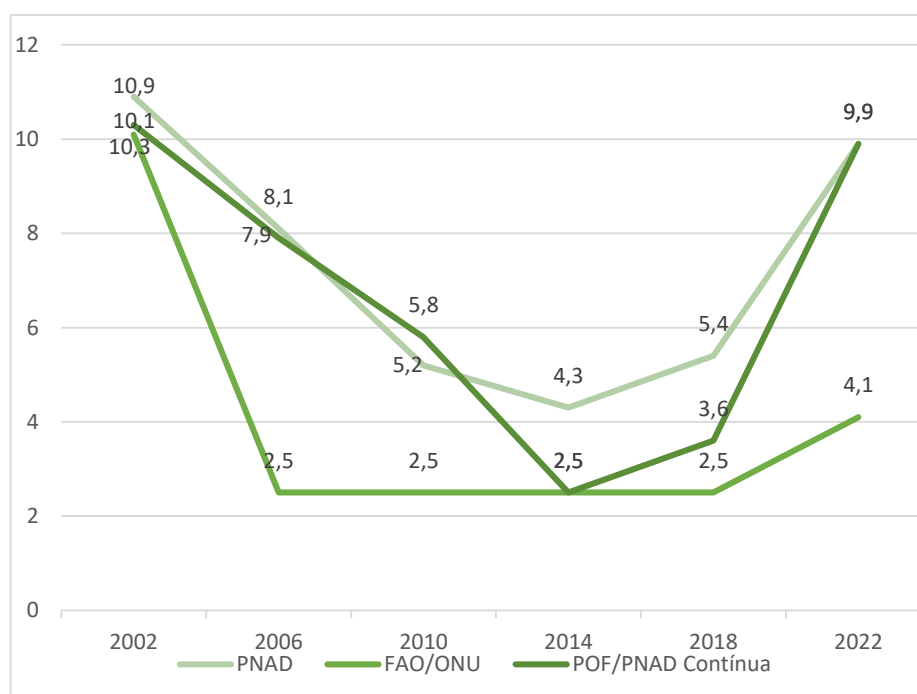
²⁰ Artigo que analisa o recorte temporal de 1985 a 2021.

²¹ O sistema de SAN brasileiro funciona, de forma resumida, da seguinte forma: a PNAN traz diretrizes e objetivos para assegurar a SAN em 1999; a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN de 2006 assegura o DHAA e cria o SISVAN, que fornece dados e, junto com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) de 2010, norteiam a criação dos Planos Nacionais de SAN.

oportunidade para que a agenda se estabeleça, com base em documentos e acordos internacionais (Wu, 2014; Dias; Oliveira; Pauli, 2021).

Ao observarmos os dados da fome (Gráficos 6 e 7), concretizamos a observação do contexto social e político, pano de fundo para compreender se as ações foram propostas e se, após proposição, foram efetivas na esfera do combate à fome e SAN²². A conjuntura torna-se essencial para que possamos compreender documentos e políticas, localizando-os em um momento histórico específico (Souza, 2014).

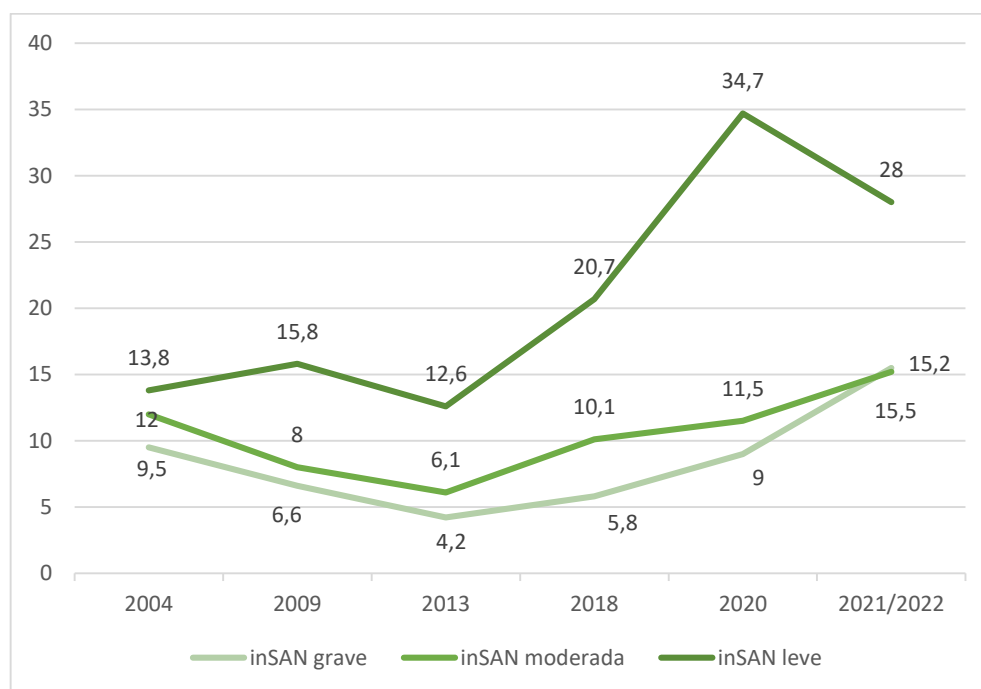
Gráfico 6 – Comparação entre % de dados nacionais e internacionais das pessoas em situação de fome entre os anos de 2003 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em PNAD (2006; 2009; 2015); POF, (2006; 2009; 2013); PNAD Contínua, (2015; 2019); Relatório Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional, (2022); FAO, (2020; 2022).

²² Observações realizada a partir dos resultados do artigo 1 da tese.

Gráfico 7 – Dados internos dos diferentes níveis de IA no Brasil entre os anos de 2002 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em VigiSAN (2020; 2022); PNAD (2006; 2010; 2013; 2014; 2018); POF (2006; 2009; 2013).

Ao observarmos o conjunto de dados no Gráfico 6, percebemos discrepâncias entre os nacionais (mais apurados) e os internacionais (mais generalistas). Interpretamos que há diferentes metodologias na coleta desses dados, bem como diferentes linhas de corte para estimar se uma população está ou não em IA. O fato de os dados relacionarem a fome também nos traz informações, já que a escala de IA é mais específica nas diferentes esferas do fenômeno.

Esclarecemos ainda que os dados internos se tornam mais eficazes por dois motivos: a coleta *in loco* com maior especificidade e a interpretação do contexto brasileiro da SAN, que culminou em uma escala própria de análise (EBIA), fazendo os dados mais assertivos na medida da IA.

Correlacionando os dados ao corpus da pesquisa, podemos confirmar inicialmente a premissa de que as proposições de políticas públicas na esfera da SAN têm uma relação proporcionalmente direta com os números de pessoas em situação de IA. Buscaremos nos resultados deste artigo confirmar essa premissa de forma mais substancial.

Passando aos objetivos e questionamentos desse artigo, eles surgem da junção de três assuntos: segurança alimentar e nutricional, políticas públicas e propostas eleitorais. Logo, a pergunta orientadora do artigo foi: Como (e se) o combate

à fome e a efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se encontram presentes, e qual seu conteúdo, nos conjuntos de propostas eleitorais dos candidatos e candidata vitoriosos nos pleitos de 2002 a 2018 e dos candidatos à reeleição no pleito de 2022, no Brasil? Em que medida a conjuntura dos dados da fome e a ideologia político-partidária serão uma influência na quantidade e conteúdo de propostas na seara da alimentação e nutrição?

A hipótese 1 é de que em relação ao “se estarão presentes”, as propostas de políticas relacionadas à alimentação e nutrição estarão contidas em todos os documentos analisados, e em relação ao “como”, propostas em áreas como distribuição de alimentos, agricultura familiar e alimentação escolar estarão mais presentes. Em relação ao conteúdo, serão mais abundantes propostas com linhas gerais do que aquelas mais específicas, que caracterizem o problema público e a proposição de solução, para que as propostas não sejam vinculativas.

Na hipótese 2, de acordo com os dados internos da fome, serão mais abundantes as proposições quanto maiores forem os números de pessoas em situação de IA (em qualquer uma de suas classificações). A hipótese 3 é de que as proposições de SAN se tornam mais quantitativa e qualitativamente representativas nas propostas eleitorais de partidos que estão localizados a partir do centro-esquerda na escala político-ideológica, para o recorte de partidos analisado.

Das perguntas centrais derivam os objetivos operacionais:

- Separação das propostas de combate à fome e/ou SAN nos conjuntos de propostas eleitorais dos candidatos à presidência brasileira de 2002 a 2022 (candidatos vencedores de 2002 a 2018 e os candidatos colocados em primeiro e segundo lugar nas eleições de 2022);
- Análise quantitativa das proposições sobre o combate à fome e a SAN nos conjuntos de propostas eleitorais dos candidatos Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Messias Bolsonaro, de 2002 a 2022;
- Verificação da proporção das propostas de SAN em relação ao total de propostas do documento e quantificação das palavras-chave relacionadas a SAN e/ou combate à fome;
- Análise do conteúdo das propostas apresentadas no escopo da SAN, mediante análise de conteúdo quantitativa e qualitativa;
- Separação das políticas de acordo com a classificação adaptada da literatura especializada (Silva Filho *et al.*, 2015; Delgado, 2022) e análise dos resultados;

- Avaliação das quantidades de propostas e da qualidade das mesmas de acordo com a ideologia política de cada um dos candidatos;
- Correlação entre a quantidade de proposições e o panorama dos dados da fome.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A escolha dos métodos e candidatos eleitos no recorte de 2002 a 2018 se deu devido à década de maior avanço no campo do combate à fome e construção da SAN no contexto brasileiro. Seguido pelo recorte das eleições de 2022, no qual foram analisados os candidatos primeiro e segundo lugar no pleito, devido à presença no recorte anterior (Lula 2002 e 2006 e Bolsonaro 2018).

Em termos de desempenho no campo da alimentação e nutrição temos Lula como maior precursor de políticas públicas de SAN, em seus primeiros dois mandatos, e Bolsonaro com o pior desempenho e retorno do Brasil ao mapa da fome na finalização do seu mandato²³.

O cotejo entre ambos (métodos e recortes) nos permitiu um avanço na associação entre proposições e conjuntura, elucidando em parte alguns dos objetivos da publicação de conjuntos de propostas eleitorais. Buscando ainda as respostas para as perguntas feitas pelo artigo, de forma cientificamente válida.

4.1.1. Método de coleta e fontes

Juntamente com a análise das políticas públicas implementadas no período de 2002 a 2022²⁴, este artigo permite que sejam investigados tanto o campo do combate à fome quanto as proposições que alavancaram a Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira nas últimas duas décadas.

Trata-se de uma amostragem intencional de propostas eleitorais, coadunando com dois momentos históricos da SAN brasileira: a saída e o retorno do Brasil ao mapa da fome da ONU. Os incumbentes foram escolhidos não somente de acordo com a cronologia dos eventos, mas pela preparação, ações e inações que culminaram nos eventos supracitados.

²³ Baseada nos resultados do artigo 1 da tese.

²⁴ Idem.

Os dados foram coletados junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em sua plataforma “Divulgacand²⁵”, repositório onde são publicizados os conjuntos de propostas eleitorais. Nos casos de candidaturas em que o documento não era obrigatório (campanha Lula 2002), o documento foi coletado junto ao site do partido.

Em relação ao método de coleta dos dados, foi elaborada uma lista dos candidatos vencedores dos pleitos de 2003 a 2018, e do primeiro e segundo colocados da eleição de 2022 segundo informações oficiais do TSE, sendo coletados os conjuntos de propostas eleitorais de todos os participantes citados acima, dentro do recorte temporal, em âmbito nacional, ou seja, nas eleições ao pleito federal (presidência da república).

A forma de separação das proposições relacionadas ao combate à fome e segurança alimentar e nutricional do conjunto de propostas será mais bem explicitada junto ao próximo tópico, para fins de unidade e replicabilidade do método de análise.

4.1.2. Método de análise

O conteúdo alvo da pesquisa foi investigado mediante a técnica de análise de conteúdo. A escolha do método se deu devido a sua especificidade para conteúdos escritos, permitindo a criação de conjuntos, inferências e categorias de análise que levam a resultados que vão além da mera observação do conteúdo escrito (Sampaio, 2021), observando dados correlatos, intencionalidades e conjuntura envolvidos.

Iniciamos com fases sugeridas como pré-análise, leitura flutuante e composição do corpus a ser avaliado (Bardin, 2016). Após a escolha dos conjuntos de propostas eleitorais dos candidatos vencedores das eleições presidenciais de 2003 a 2018, e dos candidatos primeiro e segundo lugar nas eleições de 2022, foi realizada a aplicação das regras a seguir:

- Regra da exaustividade - todos os conjuntos de propostas eleitorais foram analisados (?);
- Regra da homogeneidade - todas as propostas que versavam sobre combate à fome e/ou segurança alimentar e nutricional foram separadas (?);
- Regra da pertinência - os documentos guardam coerência com o objetivo geral (?).

²⁵ <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>

Tais regras permitiram, assim, que a análise completa do conteúdo fosse feita sem prejuízo dos resultados obtidos. As análises logradas por meio dos resultados, que serão apresentados posteriormente neste artigo, são, em parte, um cruzamento dos dados obtidos nos resultados da análise de conteúdo das propostas com dados das políticas públicas implementadas no recorte mencionado acima.

Após a fase de pré-análise, resultamos na extração das propostas que contivessem palavras-chave relacionadas ao combate à fome e/ou a SAN. As palavras-chave elencadas são aquelas que norteiam os eixos da SAN (disponibilidade, estabilidade, acesso e adequação). Foram definidas as unidades necessárias à análise (unidade amostral, unidade de análise e unidade de contexto), bem como a forma de análise que foi executada junto ao corpus da pesquisa (Quadro 6).

Quadro 6 – Unidades da análise de conteúdo e avaliação do conjunto de propostas eleitorais de 2002 a 2022

UNIDADE AMOSTRAL
Conjuntos de propostas eleitorais presidenciais
UNIDADE DE ANÁLISE
Propostas de combate à fome e efetivação da SAN contidas nos conjuntos de propostas eleitorais presidenciais
UNIDADE DE CONTEXTO
Definição de Segurança Alimentar e Nutricional contida na LOSAN: Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006) - disponibilidade, estabilidade, acesso e adequação.
FORMA DE AVALIAÇÃO
Análise de frases dentro do conjunto de propostas eleitorais que tenham como mote o combate à fome ou efetivação da SAN, com análise de palavras-chave contidas nessas frases.
Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em Sampaio (2021).

As palavras-chave (códigos) que compõem os eixos das propostas foram usadas para criar o livro de códigos (Anexo A), associado às categorias e tema das propostas. Cabe ressaltar que as palavras-chave foram extraídas das propostas, após leitura flutuante, com checagem após finalização da extração do corpus com base nos pilares da SAN, tendo relação direta ou indireta com unidade de contexto e sendo retroalimentadas.

A escolha das palavras-chave atende aos critérios propostos por Bardin (2016) quanto à qualidade das categorias: exclusão mútua; pertinência; objetividade, fidelidade; produtividade. Formando um livro de códigos de forma dedutiva-indutiva,

já que a teoria embasou os eixos de palavras-chave e o material (corpus) forneceu as palavras exatas usadas como referência para categorização.

Nesta fase os excertos foram compilados em planilhas do Excel, e os textos na íntegra foram analisados por inteligência artificial (Gemini® e ChatGPT®)²⁶ para conferência da extração de todos os termos referentes aos eixos e palavras-chave. Sendo assim obtivemos o banco de dados para a fase de exploração do material. Seguimos então pela observação e análise aprofundada do material, sob a égide do referencial teórico e as hipóteses levantadas a partir das perguntas de pesquisa.

Foram definidas as categorias de análise, sendo as propostas separadas de acordo com os pilares da SAN constante na LOSAN, utilizando duas proposições teóricas de classificação de políticas públicas de combate à fome e/ou SAN, trazidas por Delgado (2022) e Silva Filho e colaboradores (2017). Houve a junção de ambas classificações, pela autora, para criação de um conjunto de categorias que explicitasse os pilares de forma mais clara e com critério de exclusão mútua. Houve a inclusão de uma categoria “Outros” para propostas que não pudessem ser encaixadas em nenhuma das categorias teóricas.

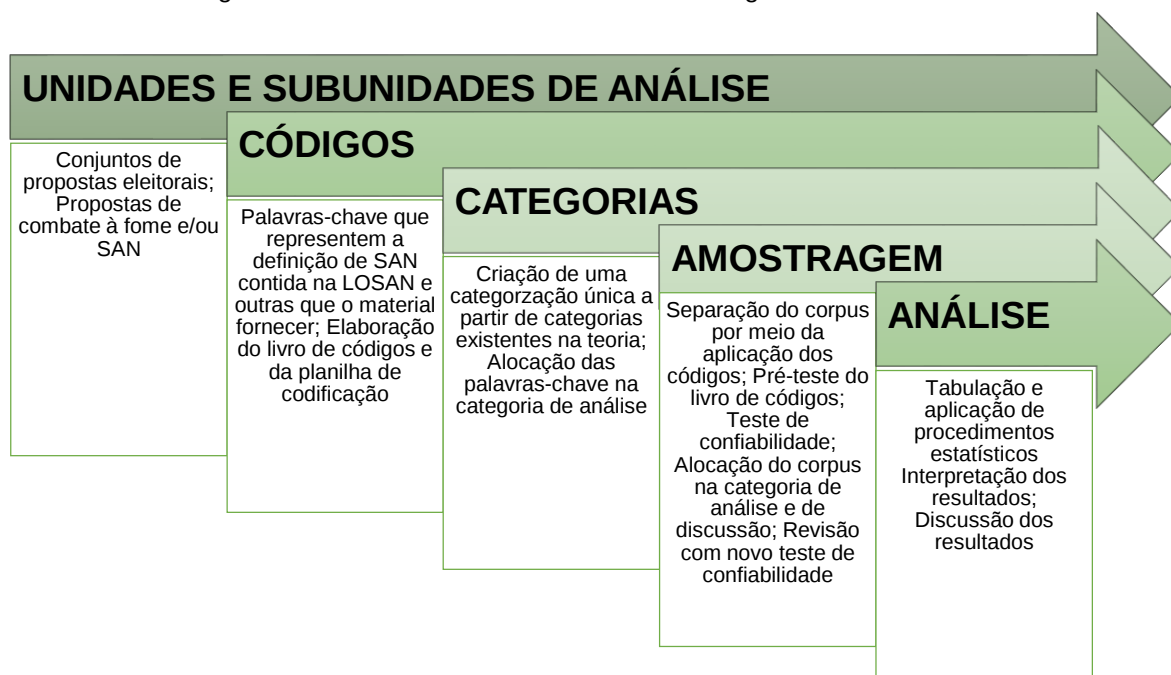
Em seguida realizamos a análise e reagrupamento das propostas de acordo com as categorias. Para fins de contagem de frequência foram destacadas, em cada uma das propostas, as palavras-chave relacionadas ao conjunto mencionado anteriormente, a fim de criar unidade de registro para as análises quantitativas.

Os dados dessas unidades foram mantidos individualizados para cada um dos candidatos(as) e seus respectivos conjuntos de propostas. A análise foi finalizada com o tratamento dos dados obtidos e criação de inferências, que serão apresentados de forma qualitativa e quantitativa nos resultados do artigo.

Para esta fase Bardin enfatiza que os resultados brutos devem ser analisados, de modo a serem “significativos e válidos” (2016, p. 127), fato que permitirá observar além do que os documentos apresentam em suas expressões verbais. Condensar e destacar é o objetivo de tão minuciosa análise, a criação de categorias e inferências a partir de um documento ou de recortes deste documento (sintagmas) (Figura 14).

²⁶ O processo foi realizado mediante uso do documento nas plataformas da IA, com o comando de localização e grifo das palavras-chave contidas no livro de códigos, em cada uma de suas categorias. Seguido de conferência manual dos achados da IA versus os excertos que compunham o corpus da pesquisa. O uso de duas diferentes plataformas teve como intuito um processo duplo-cego de verificação.

Figura 14 – Passos da análise de conteúdo segundo Manual Teórico



Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em Sampaio (2021).

4.1.3 Categorias de análise

Para categorização do conteúdo foco da análise, foram eleitos conjuntos de categorias presentes na literatura que pudessem abarcar os princípios da segurança alimentar e nutricional (acesso, estabilidade, disponibilidade e adequação), contidos no artigo 3 da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (nº 11.346):

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Sendo escolhidos dois autores, Delgado (2022) e Silva Filho e colaboradores (2015), para compor as classes²⁷ presentes no livro de códigos, de modo que as categorias pudessem ser instrumentos de esclarecimento e organização dos eixos de atuação das propostas. As categorias abarcaram as palavras-chave que foram norteadoras para a separação de quais propostas estavam contidas na esfera do

²⁷ As categorias de análise utilizadas foram: Distribuição direta de alimentos; Transferência monetária; Alimentação escolar; Estímulo à produção, comercialização e abastecimento alimentar; Estímulo a práticas alimentares saudáveis; Difusão de equipamentos públicos; Políticas e programas de ajuda humanitária e nutricional; Alimentos como arma política.

combate à fome e da SAN, junto ao material eleitoral dos candidatos pertencentes ao recorte escolhido.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES: CANDIDATOS E SUAS PROPOSTAS

Os resultados e discussões se seguirão da seguinte maneira: iniciaremos o tópico com a apresentação e discussão dos dados quantitativos, relacionados com o foco do estudo (combate à fome e promoção da SAN) e demais assuntos que possam ser pertinentes ao estudo. Em seguida partiremos para os dados qualitativos da análise de conteúdo. E finalizaremos com uma abordagem quali-quantitativa, onde serão mesclados achados dos dados qualitativos e quantitativos, a fim de compor a parte final dos resultados.

Em todos os casos serão feitas discussões com a literatura e correlações com os artigos anteriores, em especial com dados da revisão de escopo, com o objetivo de resgatar achados que possam colaborar com a discussão da parte empírica da tese, comprovar ou refutar hipóteses.

4.2.1 Resultados Quantitativos

Iniciaremos a apresentação dos resultados com o panorama geral dos sete conjuntos de propostas (Lula 2002, 2006, 2022, Dilma 2010, 2014 e Bolsonaro 2018, 2022). A análise das quantidades de palavras nos traz a perspectiva do todo e do alvo da investigação. Numa visão global de palavras²⁸, palavras-chave de SAN²⁹ e composição dos conjuntos de propostas, podemos observar as correlações métricas no Quadro 7:

²⁸ Todas as palavras foram contadas, excluindo-se os artigos, conectores e preposições. Utilizado o aplicativo Grupo de Linguística da Insite para contagem das palavras. Disponível em: <https://linguistica.insite.com.br/corpus.php>

²⁹ Foram retiradas da contagem de palavras-chave aquelas que usassem termos relacionados à alimentação e nutrição, mas de forma diferente do que efetivação da SAN ou combate à fome. Como, por exemplo, “alimentar o sistema de dados”.

Quadro 7 – Análise quantitativa integral dos conjuntos de propostas eleitorais

PROPOSTAS ELEITORAIS	Nº DE PÁGINAS	PALAVRAS-CHAVE DE SAN	TOTAL DE PALAVRAS	% DE PALAVRAS-CHAVE DE SAN
LULA 2002	73	72	16.429	0,44
LULA 2006	34	31	6.589	0,47
DILMA 2010	23	21	6.928	0,30
DILMA 2014	25	3	8.899	0,03
BOLSONARO 2018	81	13	6.587	0,20
LULA 2022	21	48	8.642	0,56
BOLSONARO 2022	48	35	21.517	0,16

Legenda: em verde as eleições nas quais os números de pessoas em insegurança alimentar e nutricional estavam acima do ideal (>5%), em branco as eleições nas quais os números de pessoas em insegurança alimentar e nutricional estavam abaixo do recomendado (<5%) de acordo com dados da PNAD Contínua e POF.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Destacados em negrito no quadro estão os maiores números de páginas, de palavras-chave de SAN, de porcentagem das mesmas em relação ao todo e total de palavras contidas no documento. Nas métricas, o número de páginas e total de palavras nos informam sobre o formato dos conjuntos de propostas eleitorais e se ocorreram mudanças no decorrer do recorte temporal.

A primeira observação pertinente ao todo diz respeito à redução generalizada de páginas no decorrer das candidaturas. No caso analisado há duas exceções: Dilma 2014 e Bolsonaro 2022. A primeira aumentou discretamente o número de páginas de uma candidatura para outra (de 23 para 25) e o segundo aumentou consideravelmente o número de palavras (6.587 para 21.517) em seu segundo conjunto de propostas, mas manteve a redução no número de páginas (de 81 para 48).

Estes fatos podem ser justificados pela vinculação e atenção que os conjuntos de propostas passam a ter (Gregório, 2024), e que pode gerar ganhos ou perdas na competição eleitoral (Diniz; Oliveira, 2020). O aumento de outras formas de comunicação eleitoral por meio das mídias sociais, também pode influenciar o comportamento dos candidatos e de sua forma de fazer campanha, se correlacionando com os dados encontrados.

Fazendo conexão com a revisão de escopo, Salles e Guarnieri (2019) observaram a ocorrência aqui encontrada, já que analisando conjuntos de propostas municipais, perceberam certa homogeneidade na composição dos mesmos em

termos de volume de palavras. Encontrando (os articulistas) discretas discrepâncias em alguns casos, assim como encontramos em nossos dados.

Em relação a esfera do combate à fome e SAN nos interessam números de palavras-chave que tem relação direta com o assunto e a porcentagem dessas palavras em relação ao número total de palavras do documento. Podemos perceber que Lula figura como o candidato com maior número de destaque no campo da SAN, sendo superior tanto em número de palavras-chave quanto em proporção das mesmas em relação ao todo.

O candidato citado traz o maior número de palavras-chave de SAN em dois conjuntos, 2002 (72 palavras) e 2022 (48 palavras). Vale atentar ao fato de que em 2022 o candidato reduziu substancialmente seu número de páginas (21), quando comparado a 2002 (73 páginas), mas apresentou um aumento da porcentagem de palavras-chave (de 0,44% para 0,56%), demonstrando maior centralidade da pauta em relação ao todo.

Esses dados nos atentam para o fato de que Lula é o candidato que tem maior familiaridade com o tema e engajamento com a pauta, com início de sua história no combate à fome junto ao Instituto Ação da Cidadania, com parceria com José Graziano (Instituto Fome Zero) e Herbert de Souza (Vasconcelos, 2005). Numa ligação externa ao corpus, o conjunto de propostas eleitorais de Lula em 1999 já versava sobre o assunto, citando o combate à fome como uma das suas plataformas (Maciel, 2003).

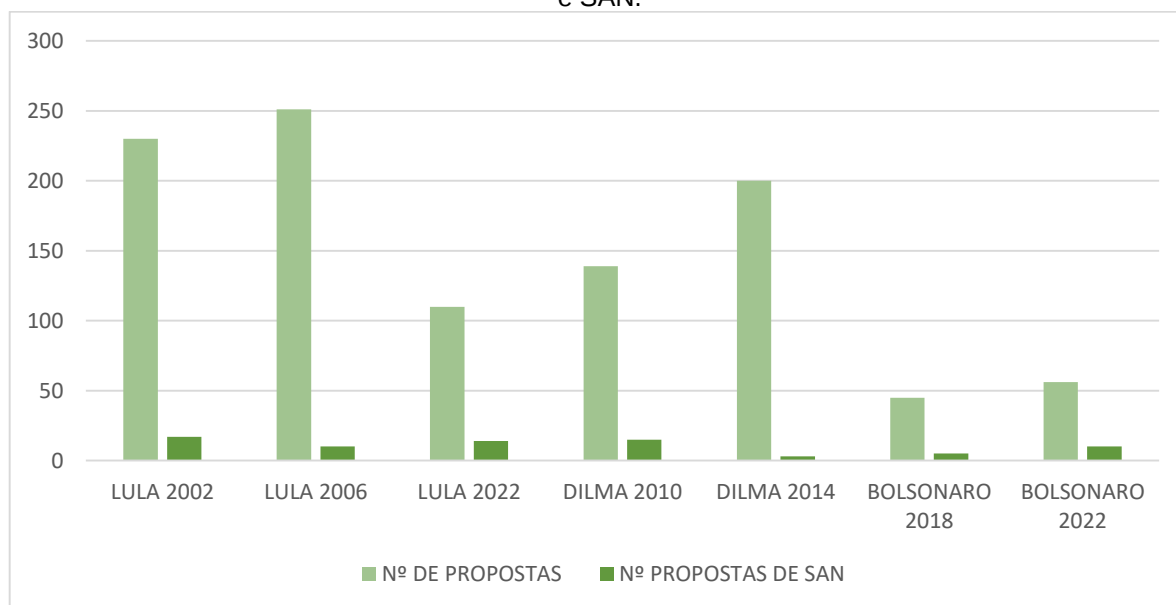
Vale constar também sua participação na elaboração de políticas públicas para combate à fome, conforme trecho a seguir: “Em 1991, o Partido dos Trabalhadores (PT), que forjou um governo paralelo, elaborou uma proposta de política nacional de segurança alimentar e nutricional, que foi apresentada ao governo Collor [...]” (Silva, 2023, p. 293).

Os achados apontam para o fato de que a pauta pertence mais ao candidato do que ao partido, se compararmos com os dados de Dilma (2010 e 2014). Em todos os anos (2002, 2006 e 2022) o combate à fome esteve presente nas propostas de Lula e foi quantitativa e qualitativamente representativo em relação aos demais candidatos. Outro detalhe é a correlação com o artigo 1 da tese, que comprova a abundância de efetivação de políticas no campo da SAN por parte do candidato em seus dois mandatos.

Numa comparação entre Bolsonaro 2022 e Lula 2022, observamos que, ainda que Bolsonaro tenha mais que triplicado seu número total de palavras (21.517), o mesmo apresentou 0,16% dessas palavras ligadas ao combate à fome e a SAN. Já Lula apresentou o segundo menor número de palavras totais (8.642) de sua tríade de propostas, porém aumentou substancialmente a proporção de palavras-chave de SAN, chegando a 0,56%.

Agora passamos a observar o Gráfico 8, com o número total de propostas em cada conjunto e o número de propostas de combate à fome e SAN, nos permitindo observar a proporção do assunto frente ao todo do documento, estritamente no quesito propostas:

Gráfico 8 – Número total de propostas de cada candidato e número de propostas de combate à fome e SAN.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Duas percepções são permitidas: a primeira relacionada com o pequeno espaço que a SAN supostamente ocupa em todos os conjuntos de propostas, não chegando a 10% das propostas em nenhum deles. O outro fato é em relação aos segundos mandatos (tentativas de reeleição), todos os candidatos apresentaram mais propostas gerais, porém, ao observarmos a SAN, em todos os casos, exceto Bolsonaro 2022, os candidatos apresentaram números menores de propostas de SAN.

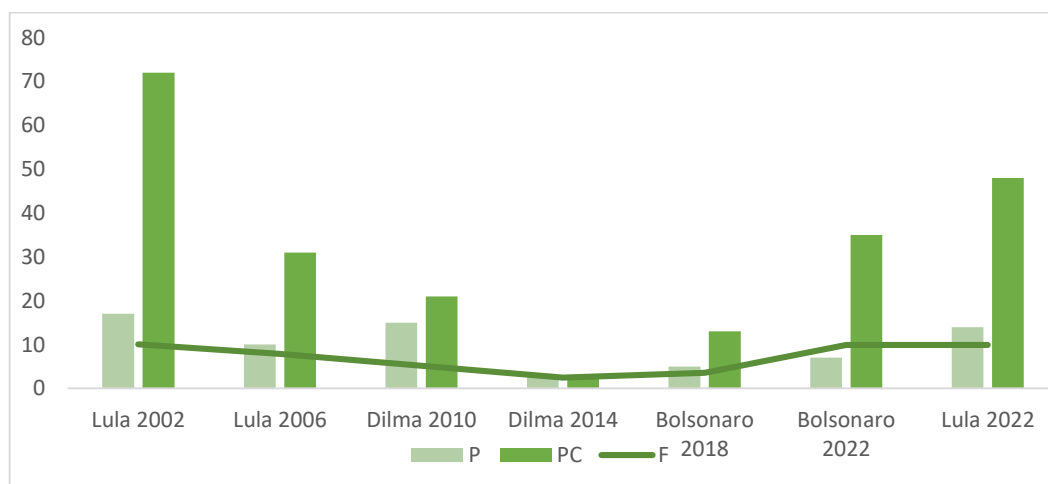
Para melhor observação das propostas de SAN em relação ao todo, sugerimos num estudo futuro, a contagem de propostas em cada uma das áreas, podendo assim

verificar se temos pouco de muitos assuntos ou se alguns assuntos são predominantes na pauta das eleições. Este fato poderá esclarecer de forma mais profunda o espaço da SAN em relação ao todo de um conjunto de propostas.

Quando voltamos a lançar mão dos dados da fome, observamos que esses dados têm certa relevância em relação às proposições, porém apontamos a incongruência entre dados internos e externos como uma das dúvidas sobre quais (e se) os dados podem ter baseado as ações dos candidatos.

Escolhendo³⁰ apenas um conjunto de dados da fome (interno) para fazer inferência, observamos que o volume de propostas e o número de palavras-chave de SAN seguem um padrão pre-estabelecido. Havendo aumento e diminuição no número de proposições no decorrer das duas décadas analisadas, acompanhando os dados da fome, conforme podemos observar no Gráfico 9:

Gráfico 9 – % de número de propostas de SAN (P), palavras-chave de SAN (PC) e dados da fome (F)



Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em POF, (2006; 2009; 2013); PNAD Contínua, (2015; 2019).

Ao observarmos tentativas de segundos mandatos, percebemos junto ao PT, uma redução no número de propostas de SAN, fato que pode se relacionar com a continuidade das políticas já implementadas, que neste sentido não necessitariam figurar como novas propostas (Brambor; Ceneviva, 2014). Chamamos a atenção para o ano de 2014, quando houve a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização

³⁰ Escolha baseada na relevância para a SAN da entidade (IBGE) que realizou a coleta de dados e sua acurácia.

das Nações Unidas (ONU), com Dilma apresentando o menor número de propostas de todo o recorte.

Bolsonaro nos traz a inversão, apresentando poucas propostas no primeiro pleito e mais propostas no segundo. Porém essa inversão coaduna com os dados, já que em 2018 dados externos eram de 2,5% e internos de 3,6% e 5,4% e em 2022 tínhamos 9,9% internos e 4,1% externos, combinando com maior e menor número de propostas do candidato.

Verificando os dados e as propostas de Lula, em seus três pleitos, os mesmos são coerentes com os dados internos da fome, já que o maior número de propostas é em 2002, quando os índices de fome eram acima de 10%, seguido por 2022 onde os números eram de 9,9% e o menor número em 2006 com índices de 7,9%.

Pudemos, de forma empírica, relacionar dados de IA com aumentos e reduções de proposições, mesmo havendo discrepância entre os diferentes dados apresentados. A própria literatura, neste momento, nos dá o suporte para fazer analogia das ações de governo com base em dados:

Na gestão pública, os indicadores são a linha de base para o início da sistematização das informações e, em um segundo momento, para um planejamento mais consistente das ações de governo – processo fundamental para a inclusão de temas relevantes nas agendas públicas governamentais (PCS, 2020, p. 6).

A literatura ainda nos traz a seguinte informação sobre a conexão entre dados ou demandas da população e sua influência nas propostas eleitorais:

Dado seu papel de representantes dos partidos, os candidatos devem ofertar um quadro variado de políticas, as quais devem refletir variações tanto nas demandas de seus eleitores, quanto diante de alterações contextuais – políticas e econômicas (Gregório, 2024, p. 5).

Estas afirmações se complementam com o trecho de Salles e Guarnieri, ao referirem a teoria da saliência como uma das formas de analisar o material em questão: “[...] partidos definem as suas políticas enfatizando mais determinados assuntos em detrimento de outros” (2019, p. 3). Teoria que também aparece nos estudos de Diniz e Oliveira (2020), comprovando que dados importam nas tomadas de decisão de partidos e ações políticas.

Afirmamos assim, que todos os candidatos, segundo os resultados apresentados, seguem a linha de aumento e redução do número de pessoas em IA,

comprovamos a hipótese lançada no início do estudo, de que os dados e o número de propostas guardariam relação. Porém, percebemos uma relação fraca (ainda que a literatura colabore) entre os dados como único fator para que um assunto esteja presente nas propostas. Eles podem ser influentes, mas outros fatores irão contribuir para o que entra e o que não entra na plataforma de um candidato (Diniz; Oliveira, 2020; Guarnieri; Figueiredo, 2022).

Finalizamos as análises quantitativas do corpus com a observação sobre ideologia, relacionando outra das hipóteses levantadas anteriormente. De acordo com os resultados até aqui analisados, o partido avaliado mais à esquerda do recorte na escala político-ideológica (PT) foi mais representativo em relação às proposições de SAN.

Quando comparamos, num mesmo ano (2022), diferentes ideologias (Bolonhesi; Ribeiro; Codato, 2022; Zucco; Power, 2024), nos conjuntos de Lula (PT) e Bolsonaro (PL), temos o primeiro apresentando 14 propostas e o segundo 10, apontando para o fato de que o alinhamento influencia na escolha da pauta. Ao observarmos o estudo de Lemos e Tarouco (2023), percebemos este mesmo desfecho, baseados na teoria da saliência, sobre as decisões dos candidatos relacionada com a ideologia do partido.

Ao compararmos de diferentes formas, primeiros mandatos, por exemplo, percebemos que Lula (PT) tem 17 propostas, Dilma (PT) tem 15 propostas e Bolsonaro (PSL) tem apenas 5 propostas, confirmando a primeira comparação. Apenas ao observarmos as segundas candidaturas, temos uma inversão, com Lula e Bolsonaro empatados com 10 propostas e Dilma com 3 propostas.

Mesmo tratando-se de uma observação parcial, tendo em vista que, por serem diferentes anos, com diferentes candidatos concorrendo ao pleito e diferentes números de IA, podemos ter variações, mas, de forma geral, os partidos mais à esquerda propõem mais em termos de SAN. E de acordo com o artigo 1 da tese, também são os que mais efetivam políticas públicas no campo da alimentação e nutrição ao serem eleitos.

4.2.2 Resultados Qualitativos

Os formatos dos conjuntos de propostas chamam a atenção e podemos analisá-los caso a caso. Lula iniciou o recorte (2002) com um conjunto majoritariamente composto de textos, num formato textual que não abre espaço para

mudanças estilísticas ou destaques. Sua contextualização histórica e política é grande e antecede blocos de propostas, contendo um sumário para orientação do leitor.

Na relação com a SAN, o conjunto de propostas destaca a intersectorialidade da SAN, articulando-a com reforma agrária, emprego e abastecimento. O Fome Zero aparece como eixo estruturante, com foco na distribuição direta de alimentos e apoio à agricultura familiar. Os trechos enfatizam o papel da agricultura familiar na segurança alimentar e a necessidade de assistência técnica para pequenos produtores, demonstrando a preocupação do candidato com ações mais estruturantes da SAN.

Corroboram com este fato (estruturação da SAN) os escritos de Denny e colaboradores:

Desse modo, a comodificação dos alimentos que ocorre a partir da adoção do modelo da monocultura está no centro do debate sobre a segurança alimentar, pois coloca o debate entre os dois paradigmas: um centrado no mercado global voltado à exportação, cujo objetivo principal não é a erradicação da fome e que coloca em perigo a biodiversidade; e outro voltado para a produção e distribuição no mercado local, que preserva a biodiversidade e protege o conhecimento tradicional da agricultura familiar” (DENNY et al., 2017, p. 127).

Seu segundo conjunto traz um formato totalmente diferente, composto por várias imagens, uso da identidade nacional (bandeira do Brasil) e outras fotos usando as cores da bandeira. O texto é dividido em duas colunas, num formato mais jornalístico, sendo que não apresenta sumário. Há uma redução de mais de 10.000 palavras, se compararmos ao conjunto anterior, e as contextualizações são mais discretas, com destaques de trechos do texto em letra aumentada.

Inferimos que o candidato, agora já eleito, tem maior liberdade de apresentar suas propostas sem a necessidade de se apresentar, contar sua história e a do partido aos seus futuros eleitores. Seria o caso de manter os eleitores que já haviam votado no pleito anterior e conquistar os eleitores que ainda não haviam votado nele. Este fato é comprovado já que constam os feitos do mandato anterior como uma forma de chancelar sua eficiência para continuar no cargo.

Aqui fazemos um adendo interrompendo a sequência do candidato para falar sobre a transição Lula-Dilma, que ocorre após a finalização do mandato iniciado em 2006. Há neste momento a mudança no foco de “combate à fome” para o “combate à miséria e/ou pobreza” que será a marca do conjunto de propostas de Dilma. Este fato

já começa a se mostrar presente na forma de avanço do Programa Bolsa Família (PBF) e menores proposições na seara da SAN no conjunto de Lula.

Voltando a Lula, seu último conjunto (2022) retorna ao padrão inicial, com nenhuma figura presente, texto justificado e a novidade de tópicos dividindo contextualizações sucintas e as propostas. Não há sumário, mas sim um adendo inicial apresentando a coligação e trechos de apelo emocional para a retomada da democracia e o projeto de crescimento chamado de “Reconstrução e Transformação do Brasil”.

Correlacionando com os dados quantitativos apresentados anteriormente, duas métricas se mostram interessantes: a primeira tem relação com o número de páginas, que começa maior e vem diminuindo a cada pleito. E o segundo tem relação com a proporção de palavras-chave de SAN, que vai crescendo no decorrer do período. Importa observarmos que esses dados guardam relação com os números da IA, já que em todas as candidaturas de Lula os números internos estavam acima de 5%, ou seja, altos.

Quando observamos os conjuntos de Dilma, em 2010, o texto se apresenta na forma justificada e com tópicos para identificação de contextualizações e/ou propostas. Não apresenta sumário, tampouco imagens e traz a rubrica da candidata e seu vice em todas as suas vias. Este fato pode nos apresentar a demanda de que o documento fosse considerado oficial, tendo em vista que no ano de 2009 houve a publicação da obrigatoriedade de depósito no TSE para validação da candidatura (lei nº 12.034).

Complementando o caso de Dilma, segundo Gomes e Sant’Ana (2012), o compromisso principal de campanha e das ações posteriores era a erradicação da miséria, ainda que os mesmos autores citem que a presidenta eleita desejava, segundo relatos midiáticos, dar continuidade aos programas de governo de seu antecessor e mentor Lula. As mudanças de perspectiva alteram consideravelmente o foco das propostas, bem como carregam relação com a redução nos dados da fome.

O conjunto de 2014 ainda mantém o mesmo padrão de texto corrido do anterior, mas traz palavras em destaque em cada um dos parágrafos, na cor azul, com um visual mais limpo e moderno. O conjunto menciona avanços na infraestrutura, e enfatiza a importância da segurança hídrica e do saneamento básico para a segurança alimentar, na forma de propostas de universalização do abastecimento de água tratada e saneamento básico.

Voltando as correlações, o candidato Lula teve durante seus mandatos várias falas e a implementação de um programa bastante importante para a segurança hídrica, a transposição do rio São Francisco e o programa de cisternas. Destes dois feitos, a transposição gerou ruídos importantes em sua reputação, reverberando inclusive na campanha de Lula e Bolsonaro em 2022.

Retornando a Dilma 2014, seu conjunto de propostas traz um parágrafo inicial justificando ser um documento provisório, uma vez que o documento final será construído com os partidos que compõem a coligação, fato que também ocorre no conjunto de 2010. Esclarece o possível objetivo desse fato o trecho de Dias, Oliveira e Pauli (2021, p. 5): “[...] a inclusão de uma agenda mais participativa por parte dos eventuais elegíveis teria o intuito de evidenciar a preocupação destes com uma agenda transparentemente participativa e democrática”.

O fato é que participativo ou não, o conjunto de propostas com as colaborações do coletivo não foi publicado junto ao TSE e seriam necessárias mais investigações para recuperar esse dado. Questionamos esse procedimento, dialogando novamente com o objetivo de tal documento e de sua inclusão no rol de documentos obrigatórios de campanha. Lançamos para investigações futuras a correlação com o estelionato eleitoral (*policy switch*) como uma das possibilidades de sanar a dúvida da intencionalidade do documento.

Voltando novamente a linha do tempo das candidaturas, em 2016 houve o golpe político³¹ e verificamos junto ao artigo 1 da tese que, além de propor pouco, a candidata Dilma efetivou pouco devido ao caos político que seu segundo mandato se deu. Ainda que não tenhamos um conjunto de propostas de Temer, observamos que seu mandato foi marcado, na esfera da SAN, por esvaziamentos que refletiram no período posterior, como veremos mais adiante.

No caso de Bolsonaro temos seu primeiro conjunto (2018) bastante semelhante a uma apresentação PowerPoint, inclusive no formato (orientação paisagem) e tamanho da letra. Os destaques de texto, gráficos e imagens são utilizados como ferramenta de comunicação. O slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” é repetido como cabeçalho em todas as páginas, bem como as imagens utilizadas guardam relação com religião, pátria e família.

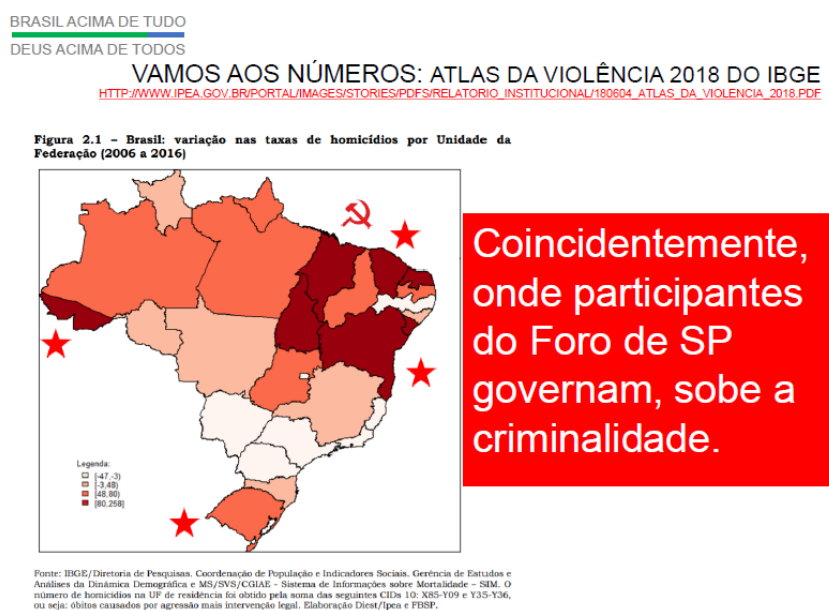
³¹ Vide definição de golpe político no artigo 1 da tese.

Outro dado geral que podemos observar é o trecho a seguir: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará. João 8:32”. Esta frase finaliza o conjunto, nos faz refletir sobre a correlação com o slogan de campanha e nos traz um questionamento sobre a concepção do Estado laico. Para Lagunes e colaboradores (2021), a questão religião, verdade e combate à corrupção são o carro chefe da candidatura inicial de Bolsonaro, pretendendo quebrar a “ditadura” do Partido Trabalhista após 14 anos no poder.

Interessa observarmos os resultados do estudo citado acima, já que os autores relatam que apesar da pauta forte de combate à corrupção, foram elencados pontos nos dois primeiros anos do mandato do candidato que contradizem sua efetivação. Os autores citam medidas que enfraqueceram o acesso à informação, encerramento da operação Lava-jato, não demissão de membros ligados ao governo que cometeram atos de corrupção (como Onyx Lorenzoni e Marcelo Álvaro Antonio), entre outras ações (Lagunes *et. al*, 2021).

As cores da bandeira do Brasil são utilizadas com frequência, ainda que a própria bandeira não esteja presente. E o vermelho é usado como símbolo de falha, erro, degradação e comunismo, como podemos ver na Figura 15:

Figura 15 – Uso da cor vermelha no conjunto de propostas eleitorais de Bolsonaro 2018.



Fonte: Bolsonaro (2018, p. 27).

Passando para Bolsonaro 2022, o material ganha sofisticação, e se assemelha ao conjunto de Lula 2006, principalmente nos destaques de texto e formato jornalístico. São abandonadas as cores da bandeira e as imagens são vinculadas em preto e branco, sendo o candidato o destaque da capa. O conjunto passa a contar com um sumário e volta a utilizar gráficos e dados em suas contextualizações.

O candidato, neste sentido, tem suas duas candidaturas em momentos distintos quando relacionamos os dados da IA. Se no primeiro ano (2018) o país ainda surfa a onda da saída do mapa da fome, ainda que os desmontes já tenham começado a mostrar seus danos, em 2022 a crise alimentar já se encontra plenamente instaurada, fato que não parece ser tão relevante ao observarmos a qualidade da pauta no documento.

Há um subtópico dedicado a alimentação e nutrição, intitulado “Promover a Segurança Alimentar e a Alimentação Saudável”, inserido de forma bastante controversa no tópico de Segurança e Defesa. As propostas continuam com foco na produção agrícola (agronegócio) voltada para exportação, mencionando segurança alimentar em um contexto de sustentabilidade econômica.

Retomando os dados quantitativos que se fazem necessários neste momento, e se compararmos ambos os candidatos de 2022, teremos a palavra fome mais presente no conjunto de Lula, sendo citada 11 vezes durante o texto, já Bolsonaro apresenta apenas 1 citação. A palavra fome é bastante representativa para falar da SAN num contexto mais honesto e abrangente, já que, segundo Escoda (2003), usar o termo insegurança alimentar é um eufemismo para falar da fome.

Se por um lado temos o conjunto de Lula, em seus três anos de pleito, com a centralidade da pauta de combate à fome e promoção da SAN em destaque, temos no conjunto de Bolsonaro um olhar focado no mercado de alimentos. A fome não figura como um problema central, mas derivado de baixa produção (agronegócio³²), baixa comercialização (mercado), baixo estímulo (agro), fatos que suas propostas pretendem sanar.

³² Do ponto de vista do sistema econômico, o agronegócio é um conjunto de empresas que concentra grande poder financeiro e controla o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura, pecuária e indústria, induzindo a população ao consumo de alimentos industrializados. Nas últimas décadas tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão das monoculturas com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos (ABRA, 2007, p. 22).

Em termos de narrativa, não podemos deixar de correlacionar as interpretações dos resultados relacionados a 2022 com a pandemia do covid-19. Se no conjunto de Lula há a expressão de uma necessidade pungente de reconstrução após este evento, Bolsonaro faz uma apresentação da crise sanitária unida a Guerra da Ucrânia como agentes externos que influenciaram fortemente seu governo num baixo desempenho, se colocando como uma suposta vítima desses eventos.

Observamos ainda de forma individualizada que no conjunto de 2018, uma das propostas na área da SAN do candidato Bolsonaro é a privatização da Companhia brasileira de Abastecimento (CONAB), órgão alvo de esvaziamentos desde 2016 e que representa grande retrocesso no campo da alimentação e nutrição (Vasconcelos; Moura, 2018). Em 2022 a culpa da falta de alimentos e/ou preços altos, fato que ele julga como causador da fome, é atribuída a Guerra da Ucrânia e da relação do agronegócio brasileiro com o país fornecedor de insumos para o plantio.

Sim, o fato guarda alguma correlação com a fome, porém está longe de ser o principal causador do aumento de dados da IA. Ao rememorarmos os resultados do artigo 1 da tese verificamos que a literatura nos trouxe informações sobre os desmontes iniciados com a crise política de 2016 e o quanto esses desmontes foram destinados a áreas como a SAN (Cunha, 2017), eis o reflexo expresso em aumento nos dados da fome em 2022.

Desse modo, ainda que o candidato se refira a esses fatores como preponderantes nos resultados do aumento de brasileiros em IA, ambos (pandemia e guerra) são apenas um dos fatores, sendo a inação política em seu primeiro mandato e os desmontes prevalentes desde 2016 mais responsáveis pelo retorno do país ao mapa da fome (Santos *et. al*, 2022; Alves; Frey; Matos, 2021; Alpino, 2020).

E ao voltarmos ao artigo 2, após esses achados da pesquisa, podemos trazer o trecho de Salles e Guarnieri como parte da explicação sobre as mudanças e convergências de alguns conjuntos de propostas, em especial a semelhança de aumento de propostas de SAN tanto em Lula quanto Bolsonaro em 2022: “[...] a regra no que se refere aos programas é convergir em vez de competir” (2019, p. 3).

Podemos passar agora a observar as combinações relacionadas às coligações, fato que pode influenciar diretamente a tomada de decisão dos candidatos na formulação de seus conjuntos de propostas (Gregório, 2024). As diferentes orientações ideológicas dos partidos que apoiam os candidatos poderão exercer influência tanto na formação da coalizão quando na execução do mandato e, desta

forma, na efetivação das propostas feitas na campanha (Guarnieri; Figueiredo, 2022; Diniz; Oliveira, 2020; Madeira; Tarouco; Vieira, 2017).

No Quadro 8, percebemos que o Partido dos Trabalhadores, tanto em Lula quanto em Dilma, mobiliza partidos de diferentes orientações ideológicas (Zucco; Power, 2024) para compor sua coligação. Em maior ou menor grau, se alia a ideologias diferentes das suas, assim como referido no estudo de Madeira, Vieira, Tarouco (2017). Fato que poderá influenciar diretamente a eleição (força dos aliados) e refletir na distribuição de pastas para futura relação parlamentar e execução de políticas públicas (Gregório, 2024; Power, 2015; Rebello, 2012).

Quadro 8 – Partidos de Coligações e Vice-Presidentes

Candidato	Ano	Partidos da Coligação	Vice
Lula	2002	PT, PCdoB, PL, PMN, PCB	José Alencar
Lula	2006	PT, PCdoB, PRB	José Alencar
Dilma	2010	PRB, PDT, PT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB, PCdoB	Michel Temer
Dilma	2014	PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PC do B, PRB	Michel Temer
Bolsonaro	2018	PSL, PRTB	General Mourão
Lula	2022	PT, PSB, PCdoB, PV, PSOL, REDE, SOL, AVT, AGR	Geraldo Alckmin
Bolsonaro	2022	PL, PP, Republicano	Walter B. Netto

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Já o candidato Bolsonaro, que teve troca de partido (PSL e PL) nas duas eleições em que concorreu, trafega entre coligações com partidos de centro-direita e direita, mantendo o alinhamento ideológico (Bolonhesi; Ribeiro; Codato, 2022; Zucco; Power, 2024). Certamente tivemos durante o mandato de Bolsonaro 2018 um período em que o candidato governou sem partido, e este fato pode ser correlacionado num estudo futuro sobre sua força na aprovação de políticas públicas.

Em relação a coalizão há corroboração da literatura para compreendermos o momento pós-eleição:

Conjecturamos que as narrativas políticas provavelmente influenciam a mudança política e os resultados indiretamente, principalmente por meio de influências sobre a composição da coalizão (Jones; Mcbeth, 2010, p. 345).

Voltando a pauta foco do estudo e associando o efeito “narrativa”, notamos que Lula mantém um enfoque relacionado ao combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional durante todas suas candidaturas. Ao observarmos seus atos,

após os mandatos pleiteados em que foi vitorioso, verificamos a promoção a agenda de SAN (Criação do arcabouço jurídico entre 2003 e 2010 e reativação do CONSEA em 2023 são exemplos) com claros resultados para a área quando falamos do período de 2003 a 2014.

Corroborando com esses dados temos o seguinte estudo sobre o assunto:

Ainda que a temática da segurança alimentar tenha se tornado uma bandeira do governo Lula em 2003, alguns dos entrevistados insistem no fato da proposta estar mais atrelada à figura do Lula e ao Instituto de Cidadania e menos à orientação programática partidária do PT” (Tomazini; Leite, 2016, p. 22).

Inferimos que a narrativa construída pelo candidato tem relação direta com sua história de vida (estrato social, localização geográfica na infância, situação de insegurança alimentar vivida), política e o público com o qual se identificava no início da sua carreira (trabalhador, metalúrgico, dirigente sindical, fundador do partido dos trabalhadores). As influências partidária e ideológica colaboram para a construção dessa narrativa (Centeno; Bringhenti, 2021) e sua coerência. Porém os estudos de Manin (2013) apontam para o uso dos partidos dessa personalidade em favor das eleições.

Se nos debruçarmos as teorias relacionadas ao estudo das narrativas e da filiação partidária e ideológica como influentes na construção dos discursos de candidatos, podemos trazer a colaboração de Lakoff para comparar Lula e Bolsonaro: “[...] à direita, moralidade paterna estrita (SFM) e à esquerda, moralidade parental nutridora (NPM)” (2002, p. 66).

Podemos perceber que ao analisar as propostas de Bolsonaro, ainda que o mesmo não tenha uma identidade partidária forte, há uma intensa identificação com os valores de direita. Voltando a Lakoff percebemos total alinhamento no primeiro mandato com a moralidade paterna estrita (provedora) em suas propostas, já que as mesmas versavam mais sobre o alimento como um produto de e para o mercado/capital.

No segundo pleito houve um distanciamento deste espectro, dada a concorrência com o candidato que sempre apresentou o combate à fome como pauta, fazendo com que, possivelmente motivado pela conquista do eleitor mediano e teoria da saliência (Salles; Guarnieri, 2019), Bolsonaro apresentasse maiores números de propostas com cunho de moralidade paternal nutridora (Lakoff, 2002).

Concluimos então que, as coligações e coalizões geram alterações na pauta das propostas conforme afirmado nos estudos de Madeira, Vieira, Tarouco (2017). O alinhamento ideológico carrega influência sobre os assuntos da pauta, a competição eleitoral e o jogo político modificam as ênfases da pauta (seja durante a própria eleição ou em eleições posteriores) e a conjuntura em que as propostas são criadas, apresentadas e depois efetivadas, também conferem interferências em seu teor.

A análise qualitativa nos traz outros dados sobre o conteúdo das propostas, e cabe observarmos um quadro com os eixos da classificação teórica que mais ocorreram em cada um dos conjuntos, podendo inferir sobre os problemas públicos e se os mesmos têm relação direta com o alinhamento ideológico de cada um dos candidatos (Quadro 9).

Quadro 9 – Candidatos e a classificação teórica das propostas de SAN em seus conjuntos de propostas eleitorais de 2002 a 2022.

(continua)

LULA 2002				
CATEGORIA		OCORRÊNCIA	PALAVRAS-CHAVE PRESENTES NAS PROPOSTAS	
Estímulo à produção, comercialização e abastecimento	12	Reforma agrária, agricultura familiar, alimentos, renda, assistência técnica, extensão rural, alimentares, segurança alimentar, abastecimento, distribuição de terras , agrícolas, extensão agrícola, pequenos agricultores, água potável, água tratada		
Transferência Monetária	3	Combate à fome, renda, bolsa família, bolsa alimentação, combater a fome, fome, bolsas		
Distribuição Direta de alimentos	1	Cesta básica , combater a fome, alimentação adequada, agricultura familiar, arroz e feijão , combatendo a fome		
Outros	1	Fome, agricultura familiar, renda, merenda escolar , restaurantes populares, bancos de alimentos, abastecimento, agricultura urbana, autoconsumo alimentar , cartão alimentação, alimentos		
LULA 2006				
Estímulo à produção, comercialização e abastecimento	6	Pesca, segurança alimentar, agricultura familiar, reforma agrária, alimentos, agricultores familiares, aquicultura, pescado, segurança alimentar e nutricional, consumo alimentar , alimentos, abastecimento		
Transferência Monetária	4	Fome, bolsa família, combate à fome, alimentação, alimentação escolar, alimentos, restaurantes populares, reforma agrária, renda, educação alimentar		
LULA 2022				
Estímulo à produção, comercialização e abastecimento	7	Alimentos, abastecimento, pequenos agricultores, agricultura orgânica , soberania alimentar, reforma agrária, agroecológica, alimentares, agrícola, pequenos produtores, alimentação, produção orgânica, segurança alimentar, fome, alimentos saudáveis, água		
Transferência Monetária	3	Bolsa família, renda, fome, alimentação		
Estímulos à práticas alimentares saudáveis	3	Segurança alimentar, fome, segurança alimentar e nutricional, comida , alimentação, soberania, refeições		
Outros	1	Fome		
DILMA 2010				
Estímulo à produção, comercialização e abastecimento	12	Assentamentos, apoio técnico, reforma agrária, agricultura familiar, agroecológica, renda, soberania alimentar e nutricional, agrário, aquicultura, pesca, agrícola, desenvolvimento rural sustentável , segurança alimentar, água potável, água		
Transferência Monetária	3	Transferência de renda, bolsa família, fome, renda básica de cidadania		

(conclusão)

DILMA 2014				
CATEGORIA		OCORRÊNCIA	PALAVRAS-CHAVE PRESENTES NAS PROPOSTAS	
Estímulo à produção, comercialização e abastecimento		3	Água tratada, água	
BOLSONARO 2018				
Estímulo à produção, comercialização e abastecimento		2	Agrícola, segurança alimentar, pesca, piscicultura , questão agrária	
Transferência Monetária		1	Bolsa família, renda	
Alimento como arma		1	Abastecimento	
Outros		1	Não contém palavras-chave	
BOLSONARO 2022				
Outros		4	Nutricionistas , segurança alimentar, alimentos, alimentação, alimentação escolar, pequenos produtores, agricultura familiar, nutrição , alimentação saudável, calorias , alimento, alimenta, agricultores familiares, segurança alimentar e nutricional	
Transferência Monetária		3	Segurança alimentar, auxílio-brasil, gás de cozinha , gás	
Estímulo à produção, comercialização e abastecimento		2	Alimentos, segurança alimentar, cereais , leguminosas , oleaginosas , agricultores familiares, agricultura familiar	
Alimentação Escolar		1	Alimentação escolar	

Legenda: as palavras em negrito são aquelas que somente o candidato mencionou em seus conjuntos de propostas.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Podemos perceber uma precarização da pauta de Lula pós Programa Fome Zero (PFZ), se em 2002 tínhamos uma pauta mais diversa em termos de propostas e áreas, a mesma chega a 2006 com apenas duas áreas. Uma discreta redução nos dados da fome pode ser observada, além do fator continuidade. Já em 2022 a pauta volta a números idênticos aos de 2002, com quatro áreas predominantes. Estímulo a produção e transferência monetária são as que mais aparecem no total dos três conjuntos.

Nas palavras é que podemos observar um alinhamento ideológico, já que são citadas palavras como reforma agrária, arroz e feijão, distribuição de terras, cesta básica e equipamentos de SAN, fortemente relacionadas com o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) (FIAN, 2024). O conteúdo total das propostas também versa mais sobre o alimento com o direito do que como mercadoria, contemplando um olhar mais à esquerda na escala ideológica.

Bolsonaro mantém o mesmo padrão, diferindo de 2018 para 2022 na troca de Alimento como Arma Política por Alimentação Escolar. Os demais campos (Estímulo à produção, comercialização e abastecimento; Transferência Monetária; Outros) permanecem os mesmos, mas alternam nas quantidades. Uma forte característica de Bolsonaro é a mescla de diversos assuntos em uma mesma política, em especial em 2022, já que 4 de suas propostas são classificadas como “Outros” por este motivo.

O traço da direita e do ultraliberalismo (Gomes *et. al*, 2020) se dá, na esfera da SAN, na presença de poucas palavras-chave, na presença de uma proposta sem nenhuma palavra-chave, na troca de reforma agrária pela lacônica “questão agrária” e uso de palavras como cereais, leguminosas e oleaginosas, bastante relacionados com o agronegócio e *commodities*.

Vejamos, se pegarmos somente a citação de palavras-chave como “arroz e feijão” de Lula e “calorias” de Bolsonaro, a visão alimentar fica clara. Em um tratamos do comer, da cultura alimentar brasileira e do alimentar coletivo e no outro tratamos do nutricionismo (Scrinis, 2021), com termos mais técnicos, porém usados de forma esvaziada de SAN.

Dilma prioriza o Estímulo à produção, comercialização e abastecimento, já que o campo é prevalente em seus dois conjuntos de propostas. O segundo ponto elencado nas propostas de Dilma é a Transferência monetária, pela qual responde o PBF e propostas de renda mínima. Podemos destacar em relação as suas palavras-

chave o uso do desenvolvimento rural sustentável, coadunando com sua pauta mais voltada ao crescimento e desenvolvimento.

De forma geral vemos pouca diferenciação programática entre os candidatos, contrapondo-se aos achados de Salles e Guarnieri (2019), no qual, em municípios brasileiros o estudo dos conteúdos programáticos não demonstra a presença massiva de clientelismo e sim uma forte distinção programática. No caso federal o clientelismo supostamente aparece em duas áreas, Transferência monetária e Distribuição direta de alimentos e os conjuntos não apresentam grandes diferenças em termos de áreas e palavras-chave.

Em relação ao estudo citado acima, importa pensarmos em estudos comparativos entre as três esferas: municipal, estadual e federal. Podendo assim observar melhor as diferenças e semelhanças entre as três instâncias de governo. Já que sabemos que apesar de serem distintas em termos de competição e governança, interferem umas nas outras, inclusive na esfera do planejamento e da SAN.

Se puxarmos o fio da ideologia encontramos um fato, o eixo Alimentos como arma política, que aparece exclusivamente em Bolsonaro em 2014. Esclarecendo que a definição teórica aponta o uso do alimento por países e organizações em situações específicas (compra de terras por agentes estrangeiros para produção de commodities), porém inferimos o alimento como arma ao ocorrer o esvaziamento das políticas públicas de SAN (Maluf; Zimmermann; Jomalini, 2021), bem como redução de renda, poder de compra e inflação de alimentos por inação política.

Já no ano de 2022 este eixo é trocado pela Alimentação escolar, uma área diametralmente oposta por se tratar de uma política bastante estabelecida e com forte êxito no Brasil (Burlandy *et. al*, 2016). Este fato parece demonstrar um Bolsonaro mais autêntico num primeiro pleito (2018), com candidatos de menor peso político³³ e um Bolsonaro mais social em 2022, no pleito em que concorre com Lula.

O Estímulo à produção, comercialização e abastecimento (categoria IV) foi o grande destaque entre os proponentes, sendo uma categoria com grandes variações de temas, indo desde a reforma agrária (esquerda) até defesa agropecuária (direita). Ainda que a categoria tenha se destacado como eixo prioritário, ao analisarmos o conteúdo das propostas, as mesmas figuram mais como retórica do que possibilidade

³³ Cabe rememorarmos o fato de que o candidato Lula foi impedido de disputar essa eleição.

de ação. Neste sentido, são poucos os casos em que os candidatos se dedicam a elencar público alvo, questões orçamentárias e resultados esperados.

As categorias nulas foram as de Políticas e programas de ajuda humanitária e nutricional e Difusão de equipamentos públicos. Em relação a primeira categoria nula, o item “ajuda humanitária” pode ser referido como parcerias com instituições e/ou governos de outros países, que de forma mais ampla pode ser encontrado como propostas de cooperação internacional, não necessariamente no campo da SAN.

Em relação a segunda categoria nula, os equipamentos públicos de SAN aparecem em propostas de Lula 2002 numa mesma proposta e como comentário à uma proposta em 2006, sendo elencada como “Outros”. Dados do extinto Ministério do Desenvolvimento Social, intitulado Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição: resultados de avaliações (MDS, 2010) e também relatórios das conferências de SAN demonstram a ampliação do número de equipamentos público implementados no período de 2004 a 2014, sendo também presente nos resultados do artigo 1 dessa tese.

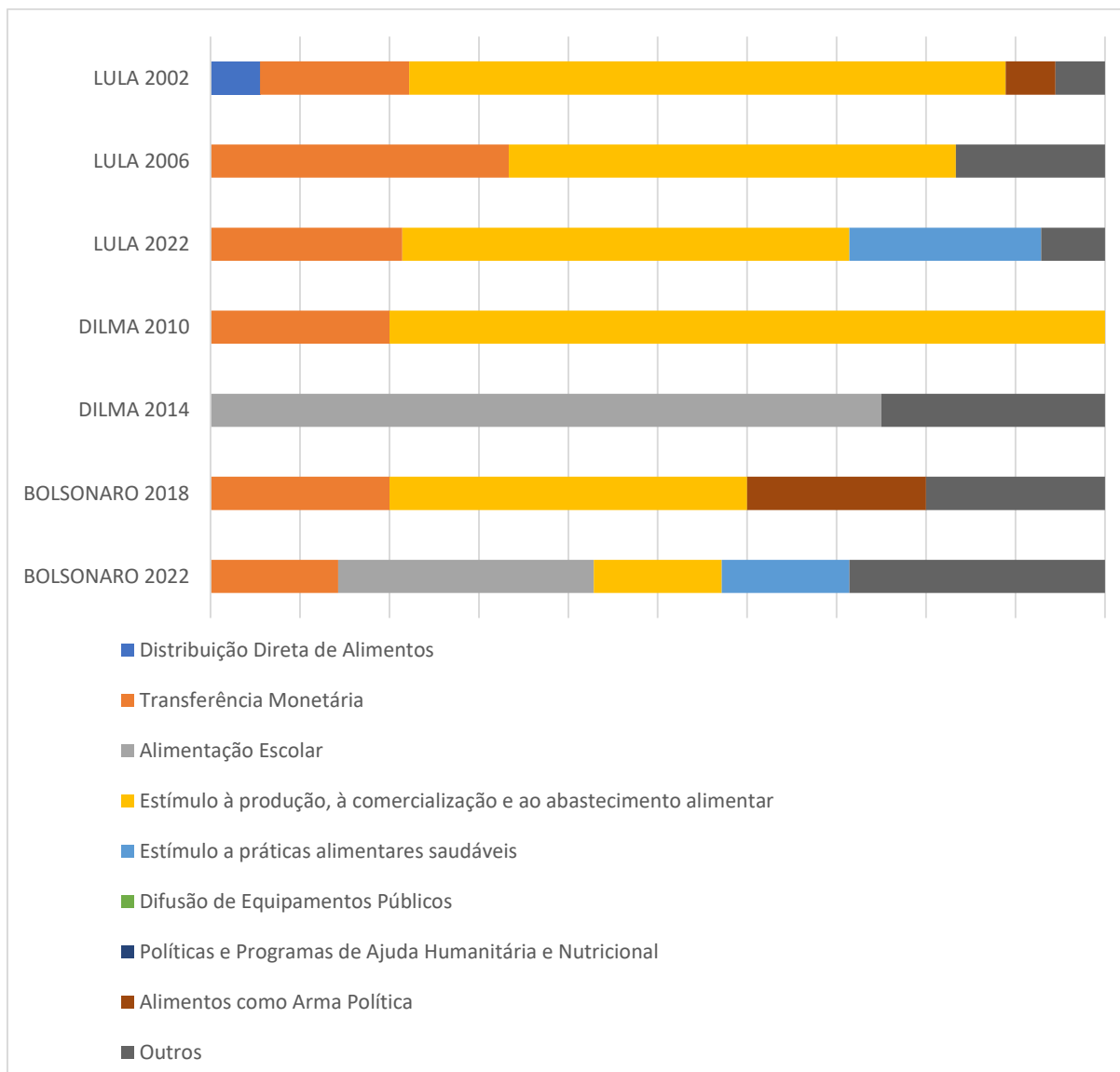
Ao final da análise qualitativa podemos afirmar com segurança que o partido de esquerda (PT), ainda que tenha caminhado no espectro político mais para a centro-esquerda (Bolonhesi; Ribeiro; Codato, 2022; Zucco; Power, 2024), manteve a qualidade absoluta das propostas quando comparado com os partidos de direita. Este fato ocorre tanto no apontamento de dados que possam ser subsídio para a tomada de decisão, quanto na especificidade das propostas e no conhecimento da teoria sobre o combate à fome e a SAN.

4.2.3 Resultados quali-quantitativos

A articulação entre abordagens qualitativa e quantitativa constitui uma estratégia metodológica pertinente para estabelecer relações entre os achados empíricos e as interpretações contextuais. No presente estudo, dada a natureza predominantemente textual do corpus analisado, tal integração mostra-se especialmente relevante, destacando-se o uso da análise de conteúdo categorial como instrumento central na interpretação dos dados.

No Gráfico 10 temos o panorama geral do número de proposições por área da classificação teórica de cada um dos candidatos:

Gráfico 10 – Proporção de proposições em cada área da classificação teórica, por candidato, nas propostas de SAN



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao observarmos o gráfico podemos ter a visão do conteúdo associado a qualidade da informação. A análise geral da distribuição das propostas, aliada à análise qualitativa, demonstrou que políticas de eixo estruturante ficam em primeiro plano nas proposições, mas perdem espaço quando se trata do conteúdo. E que poucos eixos dominam os conteúdos das propostas da grande maioria dos conjuntos, em especial nos candidatos do PT.

Quando observamos Bolsonaro, em seus dois pleitos, verificamos certa homogeneidade de propostas em relação a alguns eixos teóricos, porém ao analisar qualitativamente percebemos o vazio dessas proposições, sendo mais superficiais e

desprovidas de conhecimento sobre a pauta. Em 2018 fica marcada no conjunto do candidato a presença do uso do alimento como arma política e em 2022 o eixo “Outros”, que no caso dele representa a mistura de diversos assuntos e propostas em uma mesma proposição, fato que deixa a leitura confusa e a sugestão vazia de significado (Diniz; Oliveira, 2020).

Os eixos historicamente estruturais como a Alimentação escolar, carecem de observação de seu conteúdo, já que não estão tão presentes. Devemos observar que o programa passou por esvaziamentos importantes durante o recorte temporal que impediram sua plena execução (Servo, 2019; Silva, 2021). A este fato que podemos aliar aos resultados do artigo 1, na qual Alves, Frey e Matos trazem à baila o baixo investimento à alimentação escolar a partir de 2016.

Vejamos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, no Brasil, é uma das políticas públicas de maior repercussão nacional e internacional, sendo uma plataforma política bastante utilizada para captação de votos (Peixinho, 2013; Burlandy, 2016). Porém o programa aparece três vezes em todos os conjuntos, a primeira em 2002, em Lula, ainda sob o nome de “merenda escolar”, uma em Lula 2006 e outra em Bolsonaro 2022.

Somente no conjunto de propostas de Bolsonaro a palavra-chave aparece de forma isolada, compondo uma proposição, mas, ainda que a sigla esteja correta (PNAE), na descrição o candidato comete o erro de nomear o P como Política e não como Programa, demonstrando mais uma vez seu desconhecimento (ou descaso?) relacionado a pauta.

Ao analisarmos o todo, a Transferência monetária é a mais frequente entre os candidatos (ainda que não figure como o maior número de propostas, vide quadro 9), sendo uma importante plataforma, independente da orientação ideológica. Os PFZ e PBF podem ter relação direta com esse achado, já que foram programas icônicos e de grande repercussão.

O Estímulo à produção, comercialização e abastecimento alimentar também deve ser analisado, pois, em relação ao conteúdo tem como base a produção agrícola. Neste caso, ao observarmos caso a caso, percebemos uma diferença entre o estímulo focado na agricultura familiar, mais comum ao partido de esquerda, e o estímulo voltado ao agronegócio e *commodities*, mais comum aos partidos de direita (Centeno; Bringhenti, 2021).

Nos aprofundando ainda mais nesse fato, verificamos que Lula soma mais de 25 propostas nesse eixo e o faz sempre com protagonismo da agricultura familiar, da reforma agrária, da sustentabilidade e do desenvolvimento rural. Dilma também apresenta um grande volume, já que 12 de suas propostas de 2014 são neste eixo. A candidata amplia ainda mais a qualidade das propostas e palavras-chave, trazendo o desenvolvimento rural sustentável, agroecologia e os assentamentos para além da mera citação de reforma agrária.

Bolsonaro inicia em 2018 com somente 2 propostas nesse eixo, e que tem relação direta com “Política e Economia Agrícola” e trata supostamente a reforma agrária como “questão agrária”, sendo bastante lacônico em suas propostas. Ainda que utilize o desenvolvimento sustentável, o mesmo suprime o rural e em nenhum momento a palavra-chave “agricultores familiares” ou algo semelhante aparece.

Já em 2022 o perfil muda, embora ele apresente o mesmo número de propostas, tanto nas classificadas no eixo, quando nas que são classificadas como “Outros”, ele faz menção a agricultores familiares, agricultura familiar, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pequenos produtores e por fim lança o Programa Alimenta Brasil (com foco em compras públicas para melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares – papel que o Programa de Aquisição de Alimentos já faz).

Ao observar todos esses dados, percebemos a captura de conceitos, a cópia de políticas sob outros nomes e a observação do comportamento de outros candidatos e eleições como forte motor para mudanças nos assuntos e volumes de propostas em diferentes eixos.

Outra questão a mencionar é que os candidatos tiveram como prioridade as mesmas categorias: Estímulo à produção, comercialização e abastecimento alimentar; Transferência monetária; Outros. Fato que corrobora com a percepção de Salles (2020) ao estudar a competição programática e os *issues* que candidatos desenvolvem para fomentar a competição pelo eleitor mediano.

Em relação a categoria “Outros” cabe salientar que os estudos de Jorge e colaboradores (2018, p. 12) tem achados semelhantes, onde “[...] metade das codificações dos programas de governo de ambos os candidatos se refere à categoria

‘Outros’”. Passamos agora a observar os dados quali-quantitativos relacionados com as palavras-chave e seu volume por meio de nuvens de palavras³⁴ (Figura 16).

³⁴ Nuvem de palavras elaborada a partir do software Mentimeter®.

Figura 16 – Palavras-chave contidas nos conjuntos de propostas eleitorais, por candidato.

Lula 2002



Lula 2006



Lula 2022



Dilma 2010



Dilma 2014



Bolsonaro 2018



Bolsonaro 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Observamos nas figuras anteriores que Lula tem uma predominância de palavras como “aliment*”, “reforma agrária” e “agricultura familiar” em todos os seus conjuntos de propostas, mostrando a coesão de sua pauta em relação à SAN. As palavras-chave que mais aparecem coadunam com os eixos em que ele mais propõem, demonstrando a coerência entre as propostas e a definição de um eixo de atuação.

Ainda em relação as palavras “reforma agrária” e “agricultura familiar”, essas são palavras que apontam para a segurança alimentar a longo prazo, já que promovem o acesso à terra e aos recursos agrícolas para pequenos agricultores (Silva Filho et al., 2015), e estão contidas no eixo de estruturação da SAN. Os agricultores familiares são responsáveis por uma grande parte da produção de alimentos no mundo (em quantidade e diversidade), e eles são mais propensos a produzir alimentos para subsistência do que para o grande mercado (Servo, 2019; Fernandes, 2013; Maluf; Reis, 2013).

Já em relação a palavra aliment*, que pode variar dentro do verbo alimentar e outras derivações, percebemos uma gama de possíveis políticas, mas em especial as de eixo emergencial, como distribuição de alimentos, garantia de alimentação, entre outras. Ao olhar para as nuvens de palavras do candidato, a palavra aliment* vai ganhando espaço e em 2022 figura junto a palavra fome, reforçando as propostas emergenciais (Delgado, 2022). Um dos slogans de campanha de Lula era sobre os brasileiros voltarem a ter comida na mesa, que representa bem o destaque dessas duas palavras e o momento histórico de fome no país.

Ao verificarmos as palavras em destaque de Dilma, temos uma mudança significativa, que, como expressamos anteriormente, pode ter relação com a saída do Brasil do Mapa da Fome. A candidata inicia com uma pauta voltada ao Bolsa Família e engaja a pauta anterior do partido/candidato da agricultura familiar, porém em seu segundo pleito somente a água tem espaço dentro da SAN.

Sobre este fato podemos trazer duas questões relacionadas aos achados das palavras-chave. O primeiro tem relação com a palavra água, que ainda que figure como destaque somente em Dilma 2014, aparece de forma importante em ambos os candidatos do PT, com ocorrência total de 6 vezes em Lula e 5 em Dilma. A água costuma não ser elencada como primeira escolha de palavra quando falamos de SAN, mas ela é um ponto chave tanto para a saúde humana quanto para a garantia da SAN.

Quando observamos o conjunto de palavras de Bolsonaro, percebemos que sua entrada traz o Bolsa Família, um programa importante implementado pelo PT como destaque. Vemos que “renda” é a segunda palavra em destaque, que no caso da proposta do candidato está associada ao Bolsa Família.

Os achados de Madeira, Vieira, Tarouco (2017, p. 268) a partir da “[...] *saliency theory*, de que os partidos escolhem enfatizar temas em que veem mais chance de serem percebidos como bem-sucedidos e preterem temas em que seus adversários aparentam maior competência” nos alertam para o fato de ser o pleito de estreia de Bolsonaro e a possível opção de elencar algo bem-sucedido do candidato anterior.

No segundo pleito, o candidato expande as palavras e traz “aliment*” em primeiro lugar, tal qual Lula nas eleições de 2006 e 2022, incluindo também a agricultura familiar em sua pauta, reforçando que faz uso de políticas e assuntos de outros partidos e candidatos na busca pelo voto.

Diferentemente da análise das propostas em si, nas palavras-chave Bolsonaro acaba por optar por um posicionamento supostamente mais à esquerda, contraponto seu alinhamento à direita. Importa pensarmos na análise somente das palavras e como ela nos traz uma visão do conteúdo e a análise do todo, que pode trazer outras questões, mas confirmar uma pauta de SAN contraditória junto ao candidato.

De forma geral, a maioria dos conjuntos trafega nas mesmas palavras-chave em destaque, fato que pode ser imputado aos assuntos mais comuns nas abordagens de políticas públicas de SAN no Brasil, mas também na afirmação de autores do artigo 2, de que o eleitor mediano impulsiona a convergência da pauta para obtenção do voto (Diniz; Oliveira, 2020; Salles; Guarnieri, 2019; Salles, 2019).

4.3 REFLEXÕES FINAIS

Os dados apontam para uma variação significativa no volume e no enfoque das propostas ao longo do período analisado. Em 2014, por exemplo, o número de propostas atingiu seu patamar mais baixo durante o governo Dilma Rousseff, momento em que o Brasil saiu do Mapa da Fome. E em 2002 seu momento mais alto, juntamente com os altos índices de IA, em ambos os casos o governo era do PT.

A análise também revelou que as propostas dos candidatos variam conforme suas orientações ideológicas. Governos de viés mais à esquerda enfatizaram a estruturação de programas de transferência de renda e ampliação do DHANA,

enquanto candidatos mais conservadores (à direita) priorizaram o fortalecimento do setor produtivo (agronegócio) e a desburocratização do abastecimento alimentar baseado em um sistema mercadológico.

A análise de conteúdo dos programas de governo revelou que a maioria dos candidatos priorizou as categorias de Estímulo à produção, comercialização e abastecimento alimentar e Transferência monetária. Essas categorias estão bastante relacionadas ao combate à fome e à pobreza, que foram temas centrais nas eleições presidenciais brasileiras nos últimos anos. Porém o conteúdo de algumas propostas nos mostra tentativas de consolidação da SAN, fato importante para o fortalecimento do sistema.

Segundo Josué de Castro, os problemas de distribuição são pungentes quando falamos de alimentação e fome. A concentração de riquezas e a má distribuição de alimentos responde à questão, desmistificando discursos como o tamanho da população versus quantidade de alimentos produzidos. Esse fato tem relação com os resultados encontrados e nos faz retornar a discussão do viés das propostas de esquerda e de direita.

A distribuição de alimentos passa pela estruturação de políticas públicas de redistribuição de terra (reforma agrária), subsídios para produção, estímulo para as cadeias curtas de consumo, entre outras questões. Essa estruturação deve conceber planejamento a curto, médio e longo prazo, já que as demandas da fome decorrem desde o total não acesso à alimentos até a necessidade de políticas sociais de fomento ao emprego e renda, seguidos ou concomitantes a políticas de educação alimentar e nutricional – a exemplo do Guia Alimentar.

Todos esses fatores devem estar aliados a mudanças no sistema agroalimentar praticado para um sistema mais justo que possa atender diferentes demandas de produção e alimentação saudável e adequada. Os primeiros anos analisados na tese demonstram que o planejamento é fundamental e envolve a criação de leis e resoluções e a efetivação de políticas de diferentes áreas para a realização da SAN e do DHANA.

A análise por candidato revelou que houve algumas diferenças nas prioridades de cada um deles, porém discretas. O que muda é no panorama qualitativo, já que a análise de conteúdo demonstrou maior familiaridade de Lula com a pauta, tendo propostas com maior suporte e possibilidade de efetivação dada a profundidade dessas e sua coerência com os pilares da SAN, principalmente em seu primeiro pleito.

O conjunto pode ser interpretado como um início de caminhada em busca da efetivação da SAN, fato que se comprova com o artigo 1 da tese, que nos traz dados sobre a quantidade de documentos e leis efetivadas durante o mandato do candidato em questão. Esses documentos refletem diretamente na saída do país do mapa da fome, porém ainda carecem de proteção contra o efeito *cliquet*, ou seja, vedação ao retrocesso, como verificamos durante a análise dos anos posteriores e com o retorno do Brasil aos altos índices de IA.

A evolução das propostas reflete mudanças na abordagem da SAN, de um enfoque estruturante no início dos anos 2000 para uma abordagem mais assistencialista em alguns períodos e mercadocêntrica em outros. O retorno de Lula em 2022 sugere uma retomada da centralidade da SAN na agenda política nacional. De forma geral, nos candidatos de esquerda percebemos uma especialização na questão de real sustentabilidade, fato não observado em Bolsonaro.

Trata-se, por parte do PT, de um preparar de terreno para o plantio de políticas públicas que possam, de forma imediata, amainar a fome, e num segundo momento, promover outros aspectos da SAN, como estabilidade de fornecimento e preços, a educação alimentar e nutricional e a própria sustentabilidade (agroecologia e reforma agrária). Porém este caminho se mostra entrecortado pelas trocas de governantes e suas diferentes abordagens para o problema.

Em relação à pergunta feita para este artigo (Como (e se) o combate à fome e a efetivação da SAN se encontram presentes nos conjuntos de propostas eleitorais, e qual seu conteúdo, junto aos candidatos e candidatas vitoriosos nos pleitos de 2002 a 2018 e dos candidatos à reeleição no pleito de 2022, no Brasil? E em que medida há correlações com os dados da fome e a ideologia político-partidária?), as hipóteses foram parcialmente confirmadas, já que encontramos proposições de combate à fome e SAN no corpus analisado e, em relação ao conteúdo, tivemos predominância de áreas como a produção, comercialização e abastecimento de alimentos e transferência de renda. Já a alimentação escolar não foi predominante, como imaginado anteriormente.

Em relação ao recorte ideológico, foi confirmada a hipótese de que partidos mais à esquerda na escala ideológica tendem a propor mais políticas de SAN, alinhadas com os valores de direitos humanos e fundamentais. Porém, há discrepâncias na análise quando observamos o segundo mandato de Dilma e o segundo mandato de Bolsonaro.

A análise revela ainda que as propostas de segurança alimentar e nutricional variam conforme a ideologia e o contexto político de cada candidato. Enquanto Lula e Dilma focam em políticas sociais e distribuição de renda, Bolsonaro prioriza o agronegócio, privatização e a exportação de alimentos.

A agricultura familiar e a reforma agrária são temas recorrentes nas propostas de Lula, enquanto Bolsonaro enfatiza a modernização e a eficiência do setor agrícola. A transferência monetária, especialmente por meio de programas como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, é uma constante em todas as propostas analisadas. Demonstrando que políticas “famosas” podem gerar engajamento e aumento dos votos, estando presentes em boa parte dos conjuntos de proposições.

Ressaltamos ainda que, em relação ao conjunto analisado, o mesmo pode ser complementado com outras técnicas de análise, como a análise de discurso e a análise de redes sociais. Essas técnicas podem fornecer informações adicionais sobre as prioridades dos candidatos e sobre os temas centrais das eleições presidenciais brasileiras.

Percebemos que muitas das ações realizadas durante os mandatos não estão contidas nos conjuntos de propostas eleitorais, conforme resultados do artigo 1. Demonstrando que, conforme elencado no artigo 2 da tese, trata-se de um documento com intenções e proposições iniciais, que poderão se transformar em políticas públicas a partir do contexto da governabilidade do candidato, coalizões e demais fatores que interferem em seu mandato.

Outro ponto interessante para reflexão é o fato de que um recorte intencional por assunto, como foi feito a partir da perspectiva do combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional, torna-se incipiente para chegar a conclusões mais gerais. Bem como o fato de terem sido analisados somente os candidatos de três diferentes partidos, influenciando sobre a qualidade dos achados em relação à ideologia.

Importa ainda ressaltar que este trabalho não permite generalizações sobre a competição programática ou ideologia, e não pretendeu tal feito, mas sim observar esses assuntos em relação a pauta de combate à fome e SAN, num estudo longitudinal, sob o viés das propostas eleitorais. O estudo elucida sobre quantidades e qualidades de propostas por verificar um grande espaço temporal, porém não abarca todos os partidos ou candidatos do recorte, sendo essa uma fragilidade do corpus.

O estudo revela que as propostas eleitorais sobre SAN são altamente contextuais e sofrem influência tanto do ciclo político quanto das condições econômicas e institucionais. A literatura acadêmica reforça que a concretização dessas promessas depende de fatores como coalizões partidárias, capacidade administrativa e pressão social.

A partir desses achados, recomendamos que futuras pesquisas explorem a interseção entre as teorias da ciência política em diferentes vieses como comunicação eleitoral, presidencialismo de coalizão, comportamento eleitoral. Na esfera do planejamento sugerimos estudos que explorem a formulação e avaliação de políticas públicas, especialmente no que tange à segurança alimentar e nutricional como um direito social efetivo.

Passaremos agora as considerações finais da tese, a fim de amalgamar e tornar mais complexos os conteúdos e resultados encontrados durante os três artigos, afirmando-os como começo, meio e fim do estudo. Assim como nos orienta Edgar Morin, formulando que “o todo é mais do que a soma das partes”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

A fome e a segurança alimentar e nutricional têm sido temas recorrentes nas campanhas, refletindo a relevância dessas questões na agenda pública e junto à sociedade brasileira. As propostas apresentadas pelos candidatos são moldadas por diversos fatores políticos, econômicos e institucionais que influenciam sua viabilidade e implementação pós-eleição.

O planejamento se mostra basilar na discussão, já que verificamos que quando esse planejamento ocorre de forma satisfatória, políticas de diferentes áreas se complementam e mudam a realidade de um problema público, como ocorreu em 2014 com a saída do Brasil do Mapa da Fome.

Dessarte, por meio da conjunção dos três artigos propostos, respondemos à pergunta maior da tese: Eleições Federais e Segurança Alimentar e Nutricional: política importa? E chegamos à conclusão de que política importa (em todas as suas instâncias), seja em relação aos dados que subsidiam as tomadas de decisão, seja em relação a ideologia política dos operadores da democracia e seus aliados (ou opositores), das questões conjunturais como economia e eventos. E ainda, define parte dos caminhos que a segurança alimentar e nutricional brasileira segue, interferindo na qualidade de vida e saúde da população brasileira.

Vejam os a seguir o caminho descritivo dessa resposta e a conexão entre os artigos como forma de elucidar a pergunta referida acima: O primeiro passo da tese foi estabelecer o panorama da segurança alimentar e nutricional no Brasil entre os anos de 2003 e 2022. Ele foi operacionalizado por intermédio de uma revisão de literatura narrativa, conferindo a liberdade do saber acumulado na nutrição, ciência mãe dessa pesquisa. Esse primeiro passo foi importante para, ao analisar as proposições, no final da tese, ter como respaldo as políticas públicas que foram implementadas e discutidas pela ciência neste interim.

A relação entre as propostas eleitorais e a implementação de políticas públicas contidas no artigo 1 da tese demonstra que entre a promessa e a efetivação há um longo caminho. Apontando para o fato de que inúmeros fatores contribuem para que um problema público chegue a ser uma política pública. E para além da provocação que ele incita, nos mostra o caminho que a SAN brasileira tem tomado nos últimos 20 anos.

Esse percurso se correlaciona com os caminhos que os conjuntos de propostas eleitorais do artigo 3 também tomam durante o mesmo recorte. Ao sobrepormos ambos percebemos discrepâncias entre o que se propõem e o que se efetiva. Tanto em termos de políticas que foram efetivadas e não foram propostas, quanto a propostas que não foram efetivadas.

Ainda em relação ao artigo 1, percebemos que ele nos aponta as implementações e repercussões que essas políticas tiveram, concluindo que a esquerda é a que efetiva mais. E ao efetivar cria arcabouço para consolidação da SAN, observando um sistema em constante transformação e com necessidade de ampliação e cuidado. Já os partidos de direita tendem a fomentar maior esvaziamento de políticas sociais, onde estão contidas a maioria das políticas de SAN, e operar de forma voltada ao ganho de capital, causando danos estruturais a alimentação e nutrição dos cidadãos brasileiros.

Este fato se conecta com a perspectiva de Levitsky e Ziblatt, que em “Como as democracias morrem” explanam sobre o projeto de políticos extremistas que de forma supostamente “legal e democrática” corroem democracias em prol de um esvaziamento de políticas basilares e dessa forma mantém sobrepujados os que dela dependem. Assim ocorre quando se tem fome, ou insegurança alimentar, quando não se sabe quando a comida virá e se virá ou se a comida que virá será suficiente ou a que você desejava e precisava comer. Lutam como os famintos?

O segundo passo, no artigo 2, foi a identificação teórica do documento que formou o corpus da análise empírica: os conjuntos de propostas eleitorais. Ele foi operacionalizado por meio de uma revisão de escopo, que nos permitiu, em seus resultados, compreender o que é esse documento e como os poucos pesquisadores que tem feito estudos com e/ou sobre ele tem lidado com esse corpus de forma teórica e metodológica.

Esse passo foi importante para elucidar provisoriamente se o documento é apenas retórico, uma peça do jogo eleitoral ou se permanece vivo após o pleito. Provisório pois carece tanto de outros estudos, inclusive puramente teóricos, quanto de *surveys* e etnografias que possam correlacionar o peso desse documento na esfera eleitoral e decisão de voto.

Os resultados ainda não permitem grandes avanços, tendo em vista que os estudos brasileiros sobre o assunto são rarefeitos e muitos deles não se destinam a teorizar sobre a função do documento, mas sobre seu conteúdo. Ao nos depararmos,

no artigo 2, com uma corrente que vê o documento como parte do jogo eleitoral de forma retórica e outra que ainda que o aceite como peça de disputa eleitoral também o enxerga como precursor de políticas públicas, optamos, por aderir à linha segundo a qual as propostas podem se transformar em políticas.

Este fato se comprovou ao investigar as políticas implementadas no artigo 1 e cruzar esses resultados com os dados da análise de conteúdo do artigo 3. Encontramos diversas propostas que se transformaram em políticas públicas, seja em parte ou em seu todo, embasando nossa escolha teórica. Novos estudos surgiram e surgirão após a coleta de dados dessa revisão, e eles já trazem avanços que certamente elucidarão partes deste estudo, num diálogo profícuo da ciência, de todos com todos.

Voltando a interdisciplinaridade, ela é parte da motivação para que se avance em ciência, mas suas limitações se dão nas bases teóricas, diversas, das diferentes áreas e que podem causar ruídos nos achados e na interpretação dos resultados. Porém como dizia Paulo Freire, não devemos desanimar, pois ensina quem aprende, e aprende quem ensina. E assim vamos construindo saberes, um estudo por vez, na clara percepção de nossas limitações enquanto sujeitos, relações e áreas de conhecimento da qual derivamos.

O terceiro passo foi a investigação do corpus, os conjuntos de propostas eleitorais, no recorte de 2002 a 2022, nos permitindo compreender a intencionalidade e conteúdo das propostas específicas de combate à fome e efetivação da SAN. Esse passo foi operacionalizado por meio de uma análise de conteúdo categorial, qualitativa e quantitativa. Fechando deste modo um ciclo que cobre desde o nascimento de uma proposta até sua execução na forma de uma política pública.

A importância do estudo se dá na perspectiva da análise quali-quantitativa do material e na observação de um extenso período. Esses fatos, aliados e amalgamados nessas considerações finais, demonstram que pudemos concluir que partidos a partir do centro-esquerda tendem a propor melhor, ainda que muitas vezes não superem a quantidade de propostas de outros partidos de diferentes ideologias. Em geral, as políticas da direita tendem a ser menos explicativas, com menor profundidade no entendimento da SAN e com forte viés mercadológico.

Assim sendo, a investigação finaliza com algumas poucas certezas provisórias, e muitas dúvidas que podem fomentar novos estudos, complementar estudos já realizados ou guiar outros pesquisadores a testar as hipóteses aqui contidas em

outros assuntos ou com outras metodologias que possam fazer avançar o conhecimento.

Seguimos, como dito no início dessa tese, num solitário coletivo, que ao pensar sobre o pensamento, constrói ciência! Ainda estamos aqui e vamos sorrir sim, fazendo pesquisa haja o que houver...

REFERÊNCIAS

Artigo 1

ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 36, n. 8, e00161320, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ALVES, B. B.; FREY, T. N.; MATOS, Y. A. C. S. Fatores que contribuíram para o aumento da insegurança alimentar e nutricional no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **Rev. Simbio-Logias**, v. 13, n. 18, 2021.

ARRUDA, B. K. G de; ARRUDA, I. K. G. de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online], v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-38292007000300011>>. Acesso em 09 dez. 2021.

BCB. Banco Central do Brasil. **Taxa Selic**. Brasília: BCB, 2023

BELIK, W.; SILVA, J. G. da; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n.4, p. p. 119-129, 2001.

BOCCHI, C. P.; E. de S.; RAHAL, L.; GENTIL, P.; GONÇALVES, R. de S. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 43, e84, 2019.

BONFIM, J. B. B. **As políticas públicas sobre a fome no Brasil**. Senado Federal – Coordenação de Estudos, 2004.

BORTOLINI, G. A.; OLIVEIRA, T. F. V. de; SILVA, S. A. da; SANTIN, R. da C.; MEDEIROS, O. L. de; SPANIOL, A. M.; PIRES, A. C. L.; ALVES, M. F. M.; FALLER, L. de A. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, e39, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 64**, DE 2010. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2010/emendaconstitucional-64-4-fevereiro-2010-601824-publicacaooriginal-123345-pl.html>> Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República **Direito à alimentação adequada**. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2 ed., 1. Reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BURLANDY, L.; ROCHA, C.; MALUF, R. S.; AVILA, M. M. M.; FERREIRA, D. M.; PEREIRA, S. E. A. International cooperation for food and nutrition security: Systematization of the participatory, contextualized, and intersectoral educational practices. **Revista de Nutrição – Brazilian Journal of Nutrition**, v. 29, e6, p. 929-946, 2016.

CALDAS, A. D. R.; SANTOS, R. V. Vigilância Alimentar e Nutricional para os povos indígenas no Brasil: análise da construção de uma política pública em saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], v. 22, n. 2, p. 545-565, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000200008>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CARVALHO, A. T. de et al. Métodos de análise em programas de segurança alimentar e nutricional: uma experiência no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 18, n. 2, p. 309-321, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000200003>>. Acesso em 10 dez. 2021.

CARVALHO, C.; LIMA, M. M. B. IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: O GOLPE SUAVE. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, [S. l.], v. 39, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/445>. Acesso em: 8 mar. 2024.

CASTRO, J. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 1. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, I. R. R. de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 35, n. 2, e00009919, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>>.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M. de; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir.**, v. 34, n. 6, 2007.

COUTO, C. G. Constituição, competição e políticas públicas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 65, p. 95–135, 2005.

CRUZ, P. J. S. C.; MELO NETO, J. F. de. Educação popular e nutrição social: considerações teóricas sobre um diálogo possível. **Interface - Comunicação**,

Saúde, Educação [online], v. 18, supl 2, p. 1365-1376, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0500>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CUNHA, A. S. Os cortes orçamentários nas políticas sociais e o impacto sobre os direitos humanos no Brasil. **Revista Direito GV**, v. 13, n. 3, p. 715-740, 2017.

DELGADO, N. G. **Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (Re)construção** /Nelson Giordano Delgado, Silvia Aparecida Zimmermann. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

DEL VALLE, M. E.; DE LA CRUZ SANCHEZ, E. E. De la inter a la transdisciplinariedad en el abordaje del hecho alimentario: Una reflexión para compartir desde la educación. **An Venez Nutr**, Caracas, v. 24, n. 1, p. 034-040, 2011. Disponível em: <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-07522011000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 13 dez. 2021.

DENNY, D. M. T.; CASTRO, D. de; MACHADO, A. R.; FILHO, J. V. M.; WITT, G. F. Segurança alimentar e a governança econômica global. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 125-141, 2017.

DIAS, P. C.; HENRIQUES P.; FERREIRA, D. M.; BARBOSA, R. M. S.; SOARES, D. S. B.; LUQUEZ, T. M. S.; FEIJÃO, M. D.; BURLANDY L. Challenges of inter-sector collaboration in public policies: the dilemma between nutritional supplementation and the promotion of healthy eating in schools. **Cad Saude Publica**, v. 34, n. 12, e00035218, 2018.

FAO. Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional em Latino América y Caribe. **Publicação eletrônica**, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/publicaciones-audio-video/panorama/2018/es/> Acesso em: 10 dez. 2021.

FAQUETI, A. **Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersetorialidade**. Florianópolis: CCS/UFSC, 2019.

FIAN BRASIL. **Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas** (Dhana) – Módulo I. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Curso-Dhana-M%C3%B3dulo-I-FIAN-Brasil.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FIAN BRASIL. **Informe DHANA 2017: Da democratização ao Golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil**. Brasília, 2017.

FIAN BRASIL. **Informe Dhana 2021 [livro eletrônico]: pandemia, desigualdade e fome** / organização Valéria Torres Amaral Burity, Nayara Côrtes Rocha. -- Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.

GURGEL, A. DO M. et al. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945–4956, 2020.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 335-353. jul./dez. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro, 2014.

JACOB, M. C. M.; CHAVES, V. M. Falhas do sistema alimentar brasileiro: contribuições da geografia literária para o fortalecimento da democracia alimentar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], v. 29, n. 01, e290106, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290106>>. Acesso em 10 dez. 2021.

JARA GUERRERO, J. A. Cultura nutricional: La más rápida solución para disminuir la pobreza. **Acta méd. peruana**, Lima, v. 30, n. 3, p. 148-159, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1728-59172013000300008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 09 dez. 2021.

KAUCHAKJE, S.; ROSA, M. A. **Produção do conhecimento: a prática da revisão sistemática da literatura**. Org. Samira Kauchakje, Maria Arlete Rosa, v. I. – Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2020.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Research trends in public policy: An assessment of the national school food program (PNAE). **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3533-3546, 2015. doi:10.1590/1413-812320152011.16822014 Acesso em 09 dez. 2021.

LOUZADA, M. L. da C.; MARTINS, A. P. B.; CANELLA, D. S.; BARALDI, L. G.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; MOUBARAC, J.; CANNON, G.; MONTEIRO, C. A. Impact of ultra-processed foods on micronutrient content in the Brazilian diet. **Rev Saúde Pública**, v. 49, 2015.

LUCIANO, C. DOS S.; CORREA, P. B.. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 3, p. 478–487, set. 2022.

LUPION, B. **Como o Brasil saiu do Mapa da Fome**. E por que ele pode voltar. Nexo Jornal [online]. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/23/Como-o-Brasil-saiu-do-Mapa-da-Fome.-E-por-que-ele-pode-voltar>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MALUF, R.; ZIMMERMANN, S. A.; JOMALINIS, E. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 517-544, 2021.

Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3_02_emergencia>. Acesso em: 22 out. 2021.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 24, n. 11, p. 4251-4262, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.30572017>>. Acesso em 09 dez. 2021.

MARTINS, M. C. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 3 - o Programa Nacional de Controle da Deficiência de Vitamina A. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 23, n. 9, p. 2081-2093, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000900016>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MARTINS, A. P. B. et al. Transferência de renda no Brasil e desfechos nutricionais: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública** [online], v. 47, n. 6, p. 1159-1171, 2013. Available from: <<https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004557>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARTINS, A. P.; MONTEIRO, C. A. Impact of the Bolsa Família program on food availability of low-income Brazilian families: a quasi experimental study. **BMC Public Health**, v. 19, n. 6(1), p. 827, 2016.

MELO, D. S.; OLIVEIRA, M. H.; PEREIRA, D. dos S. Brazil's progress in protecting, promoting and supporting breastfeeding from the perspective of the global breastfeeding collective. **Revista Paulista de Pediatria** [online], v. 39, e2019296, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2019296>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

NOGUEIRA, R. M.; BARONE, B.; BARROS, T. T. de; GUIMARÃES, K. R. S. L. S. L. de Q.; RODRIGUES, S. S.; HERMAN, J.; BEHRENS, H. Sixty years of the National Food Program in Brazil, **Rev. Nutr.**, n. 29, v. 2, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-98652016000200009>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

PAIVA, J. B. de; MAGALHÃES, L. M.; SANTOS, S. M. C. dos; SILVA SANTOS L. A. da. A convergence of “adequate” and “healthy”: An analysis of the notion of adequate and healthy diet in public policies in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 8, 2019.

PAIVA, L. H.; BARTHOLO, L.; SOUZA, P. H. G. F. de; ORAIR, R. O. A **reformulação das transferências de renda no Brasil: simulações e desafios**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021.

PERISSINOTO, R. **Por que golpe?** 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe>. Acesso em 15/3/20.

RECINE, E. et al. Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. **Revista de Nutrição** [online], v. 33, e200176, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200176>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Rede PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN**. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

REDESAN. **Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional /RedeSAN - FAURGS - UFRGS – MDS**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

REIS, L. C. dos; JAIME, P. C. Knowledge and perceived self-efficacy and collective efficacy of health professionals to implement the Brazilian Dietary Guidelines in Primary Health Care. **Demetra**, v. 14, e39140, 2019.

REZENDE, L. T. de; GOTTSCHALL, L. M.; SAMPAIO, K. P. da S.; CASTRO, S. F. de F. Avanços da legislação do programa nacional da alimentação escolar. **Cadernos do FNDE**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 11–33, 2022.

RIBEIRO-SILVA, R. de C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RIGON, S. do A.; BÓGUS, C. M. A segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Das Concepções Norteadoras ao Início dos Processos de Consolidação. In: BEZERRA, Islândia; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

RODRIGUES, L. E.; COMAR, R. T. A terceirização e a visão do supremo tribunal federal: os efeitos da decisão sob o viés do princípio da vedação ao retrocesso. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 65, n. 99, p. 103-121, 2019.

SANTANA, V. L.; ARSKY, I DA C.; SOARES, C. C. S. Democratização do acesso à água e desenvolvimento local: a experiência do Programa Cisternas no semiárido brasileiro. CODE 2011, **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, IPEA, 2011.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SILVA, R. R. “Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal. **Argumentum**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 286–306, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38352>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SOUSA, M. S.; TEIXEIRA, C. S. S.; SOUZA, J. C.; COSTA, P. R. de. F.; ZANDONADI, R. P.; BOTELHO, R. B. A.; HAN, H.; RAPOSO, A.; ARIZA-MONTES, ARAYA-CASTILLO, L.; AKUTSU, R. de C. C. de A. Evaluation of the Effectiveness of Brazilian Community Restaurants for the Dimension of Low-Income People Access to Food. **Nutrients**, v. 13, n. 8, 2021.

SOUSA, M. S de; DOURADO, D. C. P. Política Pública de Transferência de Renda no Brasil: Considerações Iniciais de uma Revisão da Literatura. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 06, 2015.

SOUZA, H. J. de. **Campanha Contra a Fome: Quem tem fome, tem pressa**. 1994. ONG Ação Cidadania Contra a Fome e a Miséria. Disponível em: <<https://www.acaodacidadania.com.br/>> Acesso em: 16 dez. 2021.

TEIXEIRA, C. A. O enfraquecimento das políticas públicas para agricultura familiar: uma análise do PAA. **Revista NERA**, v. 26, n. 65, p. 109-136, 2023.

TOMAZINI, C. G.; LEITE, C. K. DA S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, 2016.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 51-60, jan./jun. 2003.

VASCONCELLOS, A. B. P. de A.; MOURA, L. B. A de. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, e00206816, 2018.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição** [online], v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>>. Acesso em: 08 dez. 2021.

VASCONCELOS, F. de A. G. de; MACHADO, M. L; MEDEIROS, M. A. T de; NEVES J. A.; RECINE E.; PASQUIM E. M. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 32, e180161, 2019.

Artigo 2

AROMATARIS, E.; MUNN, Z. **Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual**. Sydney: The Joanna Briggs Institute, 2017.

BARROS, A. T. de. A governança ambiental nos planos de governo dos presidentiáveis nas eleições de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. Rev. Bras. Ciênc. Polít., 2017 (23), p. 181–216, maio 2017.

BARROS, A. T. de. A Esquerda Verde: Partidos Políticos e Ambientalismo Radical no Brasil. **Dados**, v. 61, n. 2, pp. 503-540, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/001152582018159>>. Acesso em 25 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 12.034**, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, 29 de setembro de 2009.

CARVALHO, R. B. de. Rasguem o que escrevi! Uma análise comparada do intelectual e do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 2, p. 621–649, maio 2022.

CENTENO, A. R.; BRINGHENTI, T. F. DA S. Os presidencialíveis no debate ideológico: análise de conteúdo dos programas econômicos nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 27, n. 3, p. 822–850, set. 2021.

CORDEIRO, L.; SOARES, C. B. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. **Boletim do Instituto de Saúde - BIS**, v. 20, n. 2, p. 37-43, 2019. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1021863/bis-v20n2-sintese-de-evidencias-qualitativas-37-43.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

DIAS, L. C.; OLIVEIRA, S. V. DE; PAULI, R. I. P. Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. e240636, 2021.

DINIZ, S.; OLIVEIRA, L. Programas de governo e promessas de campanha. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 76, p. e006, 2020.

FERRAZ, L.; PEREIRA, R. P. G.; PEREIRA, A. M. R. da C. Tradução do Conhecimento e os desafios contemporâneos na área da saúde: uma revisão de escopo. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe2, p. 200-216, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S215>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GARCIA, M. R.; MIRANDA, A. S. de. Discursos eleitorais para políticas governamentais de saúde nas duas cidades mais populosas do Brasil. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 120, p. 98–109, jan. 2019.

GREGORIO, P. C.; CONTRERA, F. A direita nas eleições presidenciais brasileiras de 2018: prioridades temáticas e variações ideológicas. **Agenda Política**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 10–49, 2022. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/307>. Acesso em: 2 dez. 2022.

GUERRA, P. H.; ANDRADE, D. R.; LOCH, M. R. Promoção das Práticas Corporais/Atividade Física nos programas de governos presidenciais do Brasil (2018): diferentes caminhos, diferentes intencionalidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. Physis, 2021 31(3), p. e310322, 2021.

JORGE, V. L. et al. Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento ideológico do PT e do PSDB. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 67, p. 1–20, jul. 2018.

LAGUNES, P.; et al. President Bolsonaro's Promises and Actions on Corruption Control. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 2, e2121, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6172202121>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LÖWI, Michael. Da tragédia à farsa. O golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos o golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

MADEIRA, R.; VIEIRA, S.; TAROUÇO, G. AGENDAS, PREFERÊNCIAS, COMPETIÇÃO: PT e PSDB em disputas presidenciais. **Caderno CRH**, v. 30, n. 80, p. 257–273, 2017.

MENDES, G.; GRAÇA, L. F. G. da. A diferenciação ideológica na política externa partidária eleitoral: PSDB, PT e MDB (1994-2018). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 31, p. 83-122, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220203103>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

PERISSINOTTO, R. **Por que Golpe?** Instituto de Estudos Sociais e Políticos-UERJ, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe Acesso em: 07 nov. 2024.

QUIRINO, F. G. da S.; RIBEIRO, L. M. de P.; SILVA, A. F.; DE CARVALHO, G. A. Chega de Corrupção: Como os Programas de Governo dos Candidatos à Presidência da República em 2018 Abordaram o Tema. **Revista Ciências Administrativas**, v. 26, n. 2, 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/e8941>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SALLES, N.; GUARNIERI, F. Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. Rev. Sociol. Polit., 2019 27(72), p. e001, 2019.

SALLES, N. Programs and Parties: Rethinking Electoral Competition Through Analysis of Brazilian 'Grotões'. **Brazilian Political Science Review**, v. 13, n. 2, p. e0004, 2019.

SALLES, Nara Oliveira. Do paradoxo à competição: o lugar da dimensão programática nas disputas eleitorais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 32, p. 93-133, 2020.

SAMPAIO, R. C. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação** / Rafael Cardoso Sampaio, Diógenes Lycarrião. -- Brasília: Enap, 2021.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, Campinas, n. 28, v. 1, p. 15-31, 2016.

SILVA FILHO, E.; FACHINI, M.; PEREIRA, V.; SANTOS, J. de L.; CLEPS, G. D. G.; ANDRADE, V. da C. **Estado, política e território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SORIANO, É.; PELLEGRINI, C. M.; DE RESENDE, L. L.; Midori, S. S.; TORRES, D. G. L. Avaliação de propostas de candidatos a prefeitos em relação aos riscos de desastres naturais. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 525-542. 2013.

SOUSA, F. das C. A.; LUZ, J. de S. N. da; COSTA, L. L. de S.; SOUZA NETO, F. A.; NASCIMENTO, T. H. M. do; SILVA, W. A dos S.; BARREIROS, M. H. M.; SILVA, A. K. de S.; SILVA, L. H. C.; SILVA, S. M.; SILVA, W. C. da. Perfil de pesquisadores científicos das regiões nordeste e sudeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, e16611326334, 2022.

TAROUCO, G. DA S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149–165, 2013.

TRICCO, A. C.; LILLIE, E.; ZARIN, W.; et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA ScR): Checklist and Explanation. **Ann Intern Med.**, v. 69, n. 7, p. 467-473, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30178033/> Acesso em: 15 set. 2022.

VIDAL, E. I. de O.; FUKUSHIMA, F. B. A arte e a ciência de escrever um artigo científico de revisão. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, e00063121, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00063121>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Artigo 3

ABRA. Associação Brasileira de Reforma Agrária. **Reforma Agrária**, v. 34, n. 02, 2007.

BABIRESKI, F. R. As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 1, p. 171-198, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – 2. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Organizadora: Adriana Veiga Aranha - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 3, 2010.

CARLEIAL, L. M. D. F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 201–214, set. 2015.

CASTRO, J. de. Entrevista de lançamento do livro *Geografia da Fome em 1946*. Disponível em: <https://geografiadafome.fsp.usp.br/josue-de-castro/> Acesso em: 29 de ago. 2023.

CASTRO J. de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 5ª Edição. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005.

COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA. Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. **Partido dos Trabalhadores**, 1 maio 1979.

DELGADO, N. G. **Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil**: conquistas, desmontes e desafios para uma (Re)construção /Nelson Giordano Delgado, Silvia Aparecida Zimmermann. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

DENNY, D. M. T.; CASTRO, D. de; MACHADO, A. R.; FILHO, J. V. M.; WITT, G. F. Segurança alimentar e a governança econômica global. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 125-141, 2017.

FAO, IFAD and WFP. 2014. The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO.

FAO, FIDA, OPS, WFP y UNICEF. 2020. Panorama de la seguridad alimentaria y nutrición en América Latina y el Caribe 2020. Santiago de Chile. <https://doi.org/10.4060/cb2242es>

FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. 2023. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional** - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables. Santiago de Chile.

FERNANDES, B. M. A **Questão Agrária no Brasil**: Debate Paradigmático e Desenvolvimento Territorial. In: PAES, Silva e Matias (Org.). *Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais*, 2013.

FIAN. **Informe Dhana 2024**: esperar e exigir direitos / organização Mariana Santarelli, Nayara Côrtes Rocha. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2024.

FREI BETO. A fome como questão política. **ESTUDOS AVANÇADOS**, n. 17, v. 48, 2003.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Memória. **Programa de Governo Lula, 2017**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/14-programagoverno.pdf> Acesso em: 14 de set. 2022.

GARCIA, M. A democracia e o modelo representativo. In: GARCIA, Maria (coord.). **Democracia hoje um modelo político para o Brasil**. São Paulo: IBDC, 1997.

Gomes, A. de S., Mascarenhas, I. N., Neto, J. P. da S., Mascarenhas, M. C. C. P., Gadelha, P. E. F., Dantas, S. F., & Gomes, T. F. P. Ultraliberalismo rentista-neoextrativista do governo atual: recolonização do Brasil dependência econômica, política e ideológica aos Estados Unidos da América. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 42154–42163, 2020.

GOMES, M. C. A.; SANT'ANA, M. F. A construção discursiva de Dilma Rousseff: análise da primeira página de três jornais mineiros à luz dos estudos sistêmico-funcionais. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 28, n. spe, p. 515–535, 2012.

GREGÓRIO, P. C. O debate metodológico nos estudos de promessas eleitorais. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, vol. 39, e39007, 2024.

GUARNIERI, F.; FIGUEIREDO, A. O Governo Bolsonaro e a conjuntura política pré-eleitoral. **Cadernos Adenauer**, v. XXIII, n. 1, p. 9–31, 2022.

HANNER, J. E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101749> Acesso em: 06 de ago. 2023.

JONES, M. D., MCBETH, M. K. A Narrative Policy Framework: Clear Enough to Be Wrong? **The Policy Studies Journal**, Vol. 38, No. 2, 2010.

LAKOFF, G. **Moral Politics**: How Liberals and Conservatives Think, 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press. 2002.

LEMOES, L.; TAROUÇO, G. Ênfase seletiva e interação estratégica: a eleição presidencial de 2022 no horário gratuito de propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 1-31, 2023.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. dos. Conceitos e Princípio de Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (orgs). **Segurança Alimentar E Nutricional**; perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro/RJ: Editora Fio Cruz, 2013.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

REBELLO, M. M.; Ideologias partidárias no governo Lula: a percepção do eleitor. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 298-320, 2012.

SALLES, N. O. **Competição eleitoral no Brasil: uma perspectiva programática**. Tese (doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 231 f., 2019.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909–916, 2013.

POWER, T. Presidencialismo de coalizão e o design institucional no Brasil: o que sabemos até agora? In: SATHLER, André; BRAGA, Ricardo (ed.). **Legislativo pós-1988: reflexões e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. p. 15-45.

POWER, T.; ZUCCO, C. The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: A Research Note on Coalitional Presidentialism Under Stress. **Política e sociedade latino-americanas**, v. 66, n. 1, p. 178-188., 2024.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia de Introdução ao Planejamento Urbano Integrado**. São Paulo: PCS, 2020.

SAMPAIO, R. C. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação** / Rafael Cardoso Sampaio, Diógenes Lycarião. -- Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, J. A. M.; XAVIER, B. L. de C.; SILVA, F. G. da; BORDIN, C. C. D.; CARDOSO, C. G. L. do V.; PASSOS, X. S.; SILVA, N. M. Covid 19 e o Brasil no caminho de volta ao mapa da fome: Covid 19 and Brazil in the path back of to the hunger map. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 5, n. 6, p. 24386–24394, 2022.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECRETO, M. V. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 1, p. 34–51, 2020.

SERVO, F. Evolução do crédito rural nos últimos anos-safra. Nota Técnica. **Carta de Conjuntura**, n. 43, 2º trimestre de 2019.

SCRINIS, G. **Nutricionismo: A ciência e a política do aconselhamento nutricional**. São Paulo: Elefante, 2021.

SILVA, S. P. Entre deslocamentos e sedimentações: trajetória de institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 15, n. 18. Abril de 2021.

SILVA FILHO, E.; FACHINI, M.; PEREIRA, V.; SANTOS, J. de L.; CLEPS, G. D. G.; ANDRADE, V. da C. **Estado, política e território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SILVA, L. I. L. da. Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo, jun. 2002.

SILVA, F. de A.; MACHADO, L. A. Janelas de oportunidade para políticas públicas: um estudo sobre o caso da reforma da previdência no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 345-365, 2019.

SIQUEIRA, D. P. **A dimensão cultural do direito fundamental á alimentação**. Birigui, SP: Boreal Editora, 2013.

SOUZA, H. J. de. **Como se faz Análise de Conjuntura**. Petrópolis: Editora Vozes, 34. ed., 2014.

SWINBURN B et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, 2019.

TAROUCO, G. da S. Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases. **Brazilian Political Science Review**, v. 5, n. 1, p. 54-76, 2011.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 93–114, 2013.

THOMSON, R. The programme to policy linkage: the fulfilment of election pledges on socio-economic policy in the Netherlands, 1986-1998. **European Journal of Political Research**, v. 40, n. 2, p. 171-197, 2001.

WU, X. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos** / Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição** [online], v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>>. Acesso em: 08 dez. 2021.

Dados:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2006-2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2010-2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2020. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Rome: FAO, 2022.

MDS. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 14 (2010) - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

APÊNDICE A – RESUMOS DOS ARTIGOS

Artigo 1: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO BRASILEIRAS: uma revisão narrativa de 2003 a 2022.

RESUMO: Objetivo: Levantar os avanços da pauta de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) brasileira, mediante revisão de literatura narrativa dentre os anos de 2003 a 2022. Fonte de dados: busca nas bases Scielo, Web of Science, Lilacs e Pubmed e artigos do acervo pessoal. Seleção dos estudos: a estratégia de busca empregou as palavras-chave “políticas públicas” AND alimentação OR nutrição AND Brasil, em português, inglês e espanhol, na categoria artigos com filtro no período de 2003 a 2022. Após revisão independente realizada pelas autoras, vinte e seis artigos foram selecionados nas bases de dados e treze artigos de acervo foram aderidos ao corpus da pesquisa. Relatórios governamentais, de organizações da sociedade civil e de órgãos internacionais dão suporte a essa revisão. Síntese de dados: os temas mencionados nos estudos foram agrupados em categorias, de acordo com o mote da pesquisa ou tipo de documento, compondo os resultados. Conclusão: no recorte temporal, foram observados avanços na área alimentação e nutrição, em especial os que tratam do arcabouço jurídico da segurança alimentar e nutricional. Entretanto, ficou evidente que problemas históricos de má nutrição passam a conviver com a transição nutricional que carece de ações interdisciplinares, intersetoriais e planejamento para galgar resultados mais efetivos. As discontinuidades da agenda pública foram encontradas e apontam para danos futuros a saúde nutricional da população brasileira e possíveis retrocessos nas políticas públicas deste campo.

Palavras-chave: Fome; Brasil; Direito Humano à Alimentação Adequada; Política.

Abstract: Objective: To assess the advances in the Brazilian agenda for Food and Nutritional Security (FNS) through a narrative literature review from 2003 to 2022. Data sources: Searches were conducted in Scielo, Web of Science, Lilacs, PubMed, and personal archives. Study selection: The search strategy employed the keywords "public policies" AND food OR nutrition AND Brazil in Portuguese, English, and Spanish, with article filtering from 2003 to 2022. After an independent review by the authors, twenty-six articles from the databases and thirteen articles from personal archives were selected for the research corpus. Government reports, civil society

organizations, and international agencies supported this review. Data synthesis: The topics mentioned in the studies were grouped into categories based on the research focus or type of document, forming the results. Conclusion: Within the selected timeframe, advances in the field of food and nutrition were observed, particularly regarding the legal framework of food and nutritional security. However, it became evident that historical problems of malnutrition coexist with the nutritional transition, which requires interdisciplinary, intersectoral actions, and planning to achieve more effective outcomes. Discontinuities in the public agenda were identified, pointing to future damages to the nutritional health of the Brazilian population and possible setbacks in public policies in this field.

Key-works: Hunger; Brazil; Human right to adequate food; Policy.

Artigo 2: PROPOSTAS ELEITORAIS BRASILEIRAS, TEÓRICOS E MÉTODOS: revisão de escopo

Resumo: A presente revisão de escopo objetivou avultar o perfil das pesquisas que investigam as propostas eleitorais brasileiras, enquanto documentos obrigatórios para elegibilidade ao legislativo e executivo. Buscamos compreender os principais estudos sobre o assunto, com foco na metodologia empregada, marcos teóricos, materiais mobilizados e possíveis diálogos com a segurança alimentar e nutricional. Foi utilizada a metodologia *scoping review* do Instituto Joana Briggs, seguindo o modelo PRISMA-ScR. Dentre os 19 artigos encontrados, 15 estavam alocados em revistas de ciências sociais e política, seguidos por estudos pulverizados em ciências da saúde, ambientais, direito e administração. Houve predomínio de estudos sobre a ideologia política na correlação com as propostas eleitorais, em sua maioria sobre o âmbito Federal, não sendo encontrado nenhum artigo sobre as propostas eleitorais de governos estaduais. O maior número de estudos foi realizado nas instituições de ensino superior da região sudeste, sendo que nenhum fez correlação do documento em questão com a segurança alimentar e nutricional. Concluímos que, o campo de pesquisa sobre propostas eleitorais é recente no Brasil, sendo uma agenda em expansão, com aumento do número de artigos publicados nos últimos três anos, com grande concentração na área de ciência política. Os termos múltiplos pelos quais o documento é referenciado na literatura especializada dificultam a busca por estudos

sobre o assunto e consequentemente o diálogo científico com outras áreas de investigação.

Palavras-chave: Planos de governo; Programas de governo; Políticas públicas; Revisão de Literatura; Política.

Abstract: The present scope review aimed to enhance the profile of research investigating Brazilian electoral proposals as mandatory documents for legislative and executive eligibility. The research sought to understand the main studies on the subject, focusing on the employed methodology, theoretical frameworks, utilized materials, and possible connections with food and nutritional security. The scoping review methodology from the Joanna Briggs Institute was used, following the PRISMA-ScR model. Among the 19 articles found, 15 were allocated in social sciences and political journals, followed by scattered studies in health sciences, environmental sciences, law, and administration. There was a predominance of studies on political ideology in correlation with electoral proposals, mostly at the federal level, with no articles found on electoral proposals of state governments. The majority of studies were conducted in higher education institutions in the southeast region, and none of them correlated the document in question with food and nutritional security. We conclude that the research field on electoral proposals is recent in Brazil, representing an expanding agenda with an increasing number of published articles in the last three years, mainly concentrated in the field of political science. The multiple terms by which the document is referenced in specialized literature make it difficult to search for studies on the subject and consequently hinder scientific dialogue with other areas of investigation.

Keywords: Government plans; Government programs; Public policy; Literature review; Policy.

Artigo 3: PROPOSTAS ELEITORAIS FEDERAIS DE COMBATE À FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: um panorama entre 2002 A 2022

Resumo: Este estudo analisa os programas de governo dos candidatos à presidência da República, no Brasil entre 2002 e 2022, considerando as propostas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A metodologia empregada baseia-se na análise de conteúdo, categorizando as propostas conforme os eixos estabelecidos por

Delgado e Zimmerman e Silva Filho. O estudo revela a evolução das políticas de SAN ao longo das duas décadas, destacando a presença de programas estruturantes, como o Bolsa Família, a agricultura familiar e a regulação dos estoques de alimentos. Trazendo ainda como resultado a correlação entre os dados da fome e a orientação dos partidos vencedores, sendo maiores as quantidades de proposições em períodos em que há mais pessoas em insegurança alimentar e maior volume de propostas com qualidade substancial para partidos alinhados mais à esquerda na escala ideológica.

Palavras-chave: Propostas Eleitorais; Segurança Alimentar e Nutricional; Análise de Conteúdo; Ideologia Política.

Abstract: This study analyzes the government programs of presidential candidates in Brazil between 2002 and 2022, considering proposals related to Food and Nutrition Security (FNS). The methodology employed is based on content analysis, categorizing the proposals according to the axes established by Delgado, Zimmerman, and Silva Filho. The study reveals the evolution of FNS policies over two decades, highlighting the presence of structural programs such as Bolsa Família, family farming, and the regulation of food stocks. Additionally, the results show a correlation between hunger data and the orientation of winning parties, with a higher number of proposals in periods of greater food insecurity and a greater volume of substantively high-quality proposals from parties positioned more to the left on the ideological scale.

Keywords: Electoral Proposals; Food and Nutrition Security; Content Analysis; Political Ideology.

APÊNDICE B – LIVRO DE CÓDIGOS

CATEGORIA 1		CÓDIGOS PALAVRAS-CHAVE	TEMA EIXO DA SAN
I	Distribuição direta de alimentos	Aliment* - alimento(s), alimentar(es), alimentação, alimentícios, produtos para alimentação ou alimentares ou alimentícios (quando associados a distribuição direta) Refeições ou Refeição Cesta básica Comida	ACESSO
	Transferência monetária	Transferência de renda (quando associada a compra de alimentos ou insumos para alimentação) Auxílio monetário (idem) Auxílio Brasil Bolsa aliment* Bolsa escola Bolsa família Gás (quando relacionado a produção de alimentos e não como combustível geral) Vale-gás Vale-refeição Cartão de alimentação Renda (quando se referindo a transferência de renda para compra de alimentos) Distribuição de renda (idem) Assistência social (quando citado combate à fome ou má alimentação ou falta de acesso aos alimentos) Questões financeiras que permitam o acesso aos alimentos (políticas de preços, custeio de insumos para alimentação, controle de inflação)	ACESSO
III	Alimentação escolar	Merenda escolar Alimentação Escolar Escolar (quando ligado à alimentação, equipamentos ou insumos para alimentação) Aliment* - alimento(s), alimentar(es), alimentação, alimentícios, produtos para alimentação ou alimentares ou alimentícios (quando associados a merenda ou alimentação escolar)	ACESSO
IV	Estímulo à produção, à comercialização e ao abastecimento alimentar	Agricultura Familiar ou pequenos agricultores Agrária ou Agrário (somente quando se referir a agricultura familiar) Abastecimento Pesc* (pescaria, pesca, pesca artesanal, pescados, frutos do mar, equipamentos de pesca, piscicultura) Aquicultura Autoconsumo alimentar Agricultura urbana Aliment* (alimento(s), alimentar(es), alimentação, alimentícios, produtos para alimentação ou alimentares ou alimentícios, nome de alimentos) quando associada a produção, comercialização ou abastecimento Assistência técnica e Extensão rural sempre que conectada à agricultura familiar, agroecologia ou produção orgânica Reforma Agrária Soberania ou Soberania alimentar ou Soberania alimentar e nutricional sempre que relacionada a	DISPONIBILIDADE E ESTABILIDADE

			busca por soberania brasileira na esfera do nosso sistema agroalimentar Agroecologia Agricultura orgânica ou Produção orgânica Cisterna(s) Água ou água potável ou água para consumo humano (sempre que relacionada ao fornecimento à população) Regulação dos mercados no quesito agricultura, preços, estoques públicos	
V	Estímulo práticas alimentares saudáveis Proteção à alimentação adequada	a e à	Educação Alimentar ou educação alimentar e nutricional Calorias ou calórico(s) Necessidades nutricionais Segurança Alimentar ou Segurança Alimentar e Nutricional Alimentação adequada Alimentação Saudável e Adequada Nutrição (sempre que relacionada à nutrição humana, estudos e pesquisas sobre nutrição ou nutrientes ou saúde baseada em alimentação e nutrição) Nutri* (nutricionistas, nutricional, nutritivo, nutrir) (sempre que relacionado ao ato de se alimentar e/ou nutrir) Aliment*: alimento(s), alimentar(es), alimentação, alimentícios, produtos para alimentação ou alimentares ou alimentícios (quando associada ações de promoção, efetivação ou consolidação da SAN) Direitos sociais e grupos em vulnerabilidade	ADEQUAÇÃO
VI	Difusão de equipamentos públicos	de	Equipamentos de SAN: restaurante(s) popular(es); feira(s) livre(s), cozinha(s) comunitárias, agroindústria(s) familiar(es), sacolão, centrais de abastecimento, estoques públicos, armazéns populares, banco(s) de alimento(s)	DISPONIBILIDADE E ACESSO
VII	Políticas e programas de ajuda humanitária e nutricional	e de e	Combate à fome ou fome (quando relacionado a ajuda internacional) Direito humano à alimentação adequada ou direito à alimentação (idem) Apoio, incentivo ou auxílio estrangeiro a qualquer esfera do combate à fome e/ou SAN	ACESSO E DISPONIBILIDADE
VIII	Alimentos como arma política		Agronegócio (quando fizer menção a venda de terra para capital estrangeiro ou abertura da agricultura e/ou agronegócio para empresas multinacionais) Commodities (incentivo ao plantio e uso de commodities)	ESTABILIDADE, ACESSO E DISPONIBILIDADE
IX	Outros		Propostas que tenham relação com o combate à fome e/ou a SAN, mas que não se encaixem nas demais categorias devido a especificidade ou ausência de palavras-chave/códigos Políticas relacionadas com a saúde e alimentação Políticas “guarda-chuva” (contendo mais de uma política na mesma proposta ou programa de forma que não possa ser eleita somente uma área como carro chefe)	ACESSO, ESTABILIDADE, DISPONIBILIDADE E ADEQUAÇÃO

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em Delgado (2022); Silva Filho et al. (2015).

ANEXO A – CORPUS BRUTO DA PESQUISA PARA FINS DE REGISTRO

LULA 2002

- 1 Nosso governo tratará de estimular a produção voltada para o mercado internacional, sem descuidar da agricultura não diretamente voltada para a exportação, que será fortalecida com a Reforma Agrária e a agricultura familiar (p. 9).
- 5 A Agricultura Familiar, que segundo relatório do Convênio INCRA/FAO, é responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção agropecuária brasileira, tem um extraordinário papel a desempenhar, principalmente no que se refere à produção de bens agrícolas e alimentares, geração de emprego e renda, preservação da cultura do campo e fortalecimento da identidade da organização social rural. Nesse sentido, será estimulado o crescimento socioeconômico da Agricultura Familiar, com apoio à comercialização e à agroindustrialização, ampliando e melhorando as condições de acesso a políticas de financiamento estáveis, à assistência técnica e à extensão rural, visando um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável (p. 9).
- 6 Redução da carga tributária sobre os bens de consumo de massa (alimentos, vestuário, material de construção e outros) (p. 17 - TRECHO).
- 7 Reforma Agrária é instrumento indispensável de inclusão social, num País de grave concentração de renda como o nosso. Associada aos demais instrumentos convencionais, incluindo uma política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos, ela é estratégica para enfrentar a crise social e fomentar as cooperativas, a agricultura familiar e a economia solidária. A aceleração do processo de Reforma Agrária e um programa de recuperação dos assentamentos já efetuados é indispensável para aumentar o emprego na agricultura e proporcionar segurança alimentar aos trabalhadores e suas famílias. A expansão e integração da produção de alimentos, ao lado da consolidação das diversas formas e níveis de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará um papel central na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional e nacional. Sem prejuízo de outras formas que possam ser utilizadas em situações determinadas, o instrumento central de obtenção de terras para a Reforma Agrária será a desapropriação por interesse social, nos termos do que estabelece a Constituição Federal. A elevação da eficácia da reforma será alcançada, também, por meio da ampliação da participação dos beneficiários em todas as suas fases e da implantação de sistemas de financiamento e comercialização que contribuam para viabilizar economicamente as unidades produtivas criadas. Mesmo que o processo de desapropriação dependa de recursos orçamentários escassos, o governo vai se orientar pela aplicação, nos próximos quatro anos, de um plano progressivo de distribuição de terras, a partir dos excedentes de arrecadação gerados no processo de retomada do desenvolvimento. Essa reestruturação fundiária contribuirá para a redução do êxodo rural, que ainda pressiona os mercados de trabalho urbanos, e para fortalecer (SIC) as raízes do homem no campo, enquanto a implementação de uma política agrícola adequada influenciará a geração de empregos e renda no setor primário. Nesse sentido, a Reforma Agrária permitirá a geração de emprego e renda no campo. Esta é uma medida importante para efetivar um Plano Nacional de Emprego e Trabalho, pois, ao contrário dos países industrializados, que possuem entre 2% e 5% da população ocupada no campo, o Brasil ainda tem, pelo menos, 21% de sua mão-de-obra no meio rural. (p. 21 e 22).
- 8 A ampliação da produção de alimentos por meio de uma política agrícola dirigida para o binômio agricultura familiar e agricultura organizada em bases empresariais. Essa política, que terá como base o fortalecimento da agricultura familiar através de políticas de crédito estáveis previstas nas leis orçamentárias da União, assistência técnica e políticas sociais, visa melhorar as condições de trabalho e renda das famílias exclusivamente agrícolas, que residem no campo e trabalham a terra por conta própria, e das famílias rurais cujos membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas (p. 22).
- 9 Fortalecer os centros de pesquisa e de extensão agrícolas, que deverão estar integrados a esses programas, atuando junto às comunidades e associações de pequenos agricultores para desenvolver tecnologias e práticas apropriadas às suas atividades (p. 22).

-
- 10 Realizar a Reforma Agrária no Brasil, de forma a contribuir decisivamente para a construção da Nação e o fortalecimento da democracia (p. 24).
 - 11 No atual estágio do país, as prioridades relativas à dimensão social do desenvolvimento são as seguintes: d) combate à fome e à pobreza absoluta, com assistência social aos excluídos (p. 25 - TRECHO).
 - 12 O Programa Bolsa Escola e os demais programas de complementação de renda (Bolsa Alimentação, PETI e outros já descritos) voltados ao mesmo público-alvo e com o mesmo critério de seleção serão revistos, com o objetivo de evitar superposição, disputa entre gestores e pulverização dos recursos públicos (p. 42).
 - 13 A implantação de políticas estruturais para erradicar a miséria requer muitos anos para gerar frutos consistentes. Mas a fome não espera e segue matando a cada dia, produzindo desagregação social e familiar, doenças, desespero e violência crescentes. Para combater a fome, não podemos nos limitar às doações, bolsas e caridade. É possível erradicar a fome por meio de ações integradas que aliviem as condições de miséria. Articuladas com uma política econômica que garanta uma expansão do Produto Interno Bruto de, pelo menos, 4% ao ano, esse objetivo pode ser conseguido em até uma geração. Os instrumentos que colocaremos em ação permitirão promover o desenvolvimento, gerar emprego e distribuir renda. O combate à fome se integra, assim, à concepção de um novo tipo de desenvolvimento econômico (p. 43).
 - 14 Projeto Fome Zero inclui, além de medidas estruturais, uma política de apoio efetivo à agricultura familiar; o direito à Previdência Social para todos os trabalhadores familiares, da economia rural ou da economia informal urbana, garantindo a universalidade prevista na Constituição; o direito à complementação de renda para que todas as crianças das famílias pobres possam ter formação educacional adequada; a ampliação da merenda escolar, atingindo todas as crianças que frequentam escolas públicas, inclusive creches; e, finalmente, o apoio aos inúmeros programas criados por governos estaduais, municipais e pela sociedade civil organizada que buscam combater a fome por meio de restaurantes populares, bancos de alimentos, modernização do abastecimento, incentivo à agricultura urbana, apoio ao autoconsumo alimentar e à agricultura familiar. Para atacar de imediato o problema da fome será fornecido “o cartão de alimentação” para as famílias muito pobres, possibilitando-lhes comprar os alimentos de que necessitam. (p. 44).
 - 15 A falta de políticas de geração de emprego, de saúde e de educação tem um custo elevado para o País. Há também o custo da falta de consumo e da produção de bens e o custo para o empregador, entre outros. Por isso, combater a fome não deve ser considerado apenas um “custo”, mas também um investimento no Brasil. Uma cesta básica que garanta alimentação adequada para 10 milhões de famílias vulneráveis à fome pode gerar cerca de R\$ 2,5 bilhões a mais em arrecadação de impostos. Além disso, pode dar ocupação permanente a mais 350 mil pessoas na agricultura familiar de arroz e feijão. Assim, combatendo a fome, o pior efeito da miséria, estaremos combatendo também a miséria (p. 44).
 - 16 Reconstrução das Cidades e Desenvolvimento Urbano. O novo governo enfrentará os principais problemas urbanos acumulados ao longo dos últimos anos, como a: (1) ausência de moradia e saneamento adequado (acessibilidade a água potável, sistemas de esgotos, destinação e tratamento de resíduos sólidos (p. 53 – TRECHO).
 - 17 O novo governo vai se orientar no sentido de: (9) Construir laboratórios regionais de referência para análise da água e do efluentes sanitários; (10) Ampliar a fiscalização sobre a qualidade da água distribuída (p. 63 – TRECHO).
 - 18 Instrumento para a consecução das prioridades macrossociais do nosso governo, abrangendo ações no âmbito de abastecimento de água, esgoto sanitário, gestão dos resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, a Política Nacional de Saneamento. Ambiental tem como objetivo último assegurar os direitos humanos fundamentais de acesso à água potável e à vida em ambiente salubre nas cidades e no campo, e será desenvolvida de modo planejado, orientando-se por critérios epidemiológicos para a priorização das ações, sob gestão pública, integrando os três níveis de governo (p. 63).
 - 19 A Política Nacional de Saneamento do nosso governo estará baseada em: Subsídio ao tratamento de esgotos onde a poluição afetar mananciais necessários ao consumo humano (p. 63).
-

-
- 20** Nas cidades brasileiras, 11 milhões de pessoas não têm acesso ao abastecimento de água tratada, estando sujeitas a inúmeras doenças gastrointestinais. Ainda assim, há um enorme desperdício, da ordem de 45% do volume produzido. Destacam-se os seguintes pressupostos para a ação do governo em relação à água: a) definição desse recurso como um bem de domínio público; b) entendimento de que se trata de um recurso natural limitado, que possui valor econômico e que deverá ter uso racional e utilização mais preservacionista; c) respeito ao uso múltiplo do recurso dando condições igualitárias de acesso a todas as categorias usuárias (saneamento, pesca, lazer e outros) (p. 65).
-

LULA 2006

- 1 O segundo Governo Lula continuará avançando na erradicação da fome, manterá e ampliará as exitosas políticas sociais até agora implementadas no Programa Fome Zero, especialmente na Bolsa Família (p. 9).
 - 2 A pesca é outro setor que ganhará mais importância na política integrada de segurança alimentar, inclusão social e geração de divisas. Para que o modelo seja sustentável será necessário prosseguir combinando a Reforma Agrária, o apoio à agricultura familiar, o incentivo ao agronegócio e o equacionamento de seus problemas estruturais de comercialização (p. 11 e 12).
 - 3 Promover o desenvolvimento da agricultura nacional com ampliação da renda e cidadania no campo, gerando um ambiente de produção e trabalho que garanta ampliação da renda agrícola, oferta adequada de alimentos e geração de divisas, com preservação dos recursos ambientais (p. 15).
 - 4 Promover o desenvolvimento da agricultura nacional com ampliação da renda e cidadania no campo, gerando um ambiente de produção e trabalho que garanta ampliação da renda agrícola, oferta adequada de alimentos e geração de divisas, com preservação dos recursos ambientais (p. 15).
 - 5 Dar continuidade às ações e programas que visam reorganizar a cadeia produtiva da aquicultura e pesca, para fazer do Brasil um dos maiores produtores mundiais de pescado (p. 22).
 - 6 Manter o Programa Bolsa-Família, primeira frente de combate à fome, pobreza e de enfrentamento à desigualdade social, no patamar já alcançado, especialmente quanto ao poder aquisitivo dos benefícios transferidos (p. 27).
 - 7 Conferir ao Cadastro Único o papel de orientador na priorização da oferta de ações governamentais na saúde, educação, trabalho e renda, habitação, segurança alimentar e assistência social (p. 27).
 - 8 O Fome Zero continuará avançando, aprimorando o Bolsa Família e as demais iniciativas que ampliam o acesso dos mais pobres à alimentação, como os programas de alimentação escolar, aquisição de alimentos, restaurantes populares, entre outros. O Fome Zero continuará articulando ações estruturantes, como a reforma agrária, a agricultura familiar, os programas de geração de emprego e renda e de educação alimentar (p. 28).
 - 9 Implantar o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), democratizando o acesso à produção, à comercialização e ao consumo alimentar para as famílias brasileiras, propiciando maior acesso a alimentos diversificados e baratos (p. 28).
 - 10 Implantar uma Política Nacional de Abastecimento, que atue sobre as condições de produção e acesso a alimentos (p. 28).
-

LULA 2022

- 1 Diante desta situação, o primeiro e mais urgente compromisso que assumimos é com a restauração das condições de vida da imensa maioria da população brasileira – os que mais sofrem com a crise, a fome, o alto custo de vida, os que perderam o emprego, o lar e a vida em família. São esses brasileiros e brasileiras que precisamos socorrer, tanto por meio de ações emergenciais quanto por meio de políticas estruturantes, desde o primeiro minuto de um
-

-
- governo que será eleito para reconstruir o Brasil, superar a crise presente e resgatar a confiança no futuro. (p. 2).
- 2 É estratégica a retomada da centralidade e da urgência no enfrentamento da fome e da pobreza, assim como a garantia dos direitos à segurança alimentar e nutricional e à assistência social. Produzimos comida em quantidade para garantir alimentação de qualidade para todos. No entanto, a fome voltou ao nosso país. Além de uma questão de soberania, o enfrentamento da fome exigirá mais empregos e mais renda para os mais pobres e será prioridade em nosso governo. Trabalharemos de forma incansável até que todos os brasileiros e as brasileiras tenham novamente direito ao menos a três refeições de qualidade por dia (p. 5).
 - 3 Um programa Bolsa Família renovado e ampliado precisa ser implantado com urgência para garantir renda compatível com as atuais necessidades da população. Um programa que recupere as principais características do projeto que se tornou referência mundial de combate à fome e ao trabalho infantil e que inove ainda mais na ampliação da garantia de cidadania para os mais vulneráveis (p. 5).
 - 4 É imprescindível a implementação de um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, indissociáveis do enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades, que garantam ações afirmativas para a população negra e o seu desenvolvimento integral nas mais diversas áreas. Construiremos políticas que combatam e revertam a política atual de genocídio e a perseguição à juventude negra, com o superencarceramento, e que combatam a violência policial contra as mulheres negras, contra a juventude negra e contra os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro (p. 8).
 - 5 Assegurando proteção, saúde, alimentação, educação e bem-estar para a primeira infância. Nosso governo dará prioridade absoluta à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, erradicando a fome, combatendo a miséria, garantindo perspectivas para as crianças e adolescentes, enfrentando a exploração do trabalho infantil, a violência, a exploração sexual e todas as formas de preconceitos e discriminações e assegurando a garantia do direito ao brincar (p. 9).
 - 6 É necessário que se promova a defesa das famílias, com proteção e cuidado prioritário com as crianças e suas infâncias, em especial por meio do combate à pobreza, da garantia de acesso integral às políticas públicas e do direito ao brincar. Assegurando proteção, saúde, alimentação, educação e bem-estar para a primeira infância. Nosso governo dará prioridade absoluta à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, erradicando a fome, combatendo a miséria, garantindo perspectivas para as crianças e adolescentes, enfrentando a exploração do trabalho infantil, a violência, a exploração sexual e todas as formas de preconceitos e discriminações e assegurando a garantia do direito ao brincar. Terão atenção especial as milhares de crianças e adolescentes em situação de orfandade decorrentes da Covid-19 (p. 9).
 - 7 Tarefa prioritária coordenar a política econômica para combater a inflação e enfrentar a carestia, em particular a dos alimentos e a dos combustíveis e eletricidade (p. 11).
 - 8 Vamos estabelecer uma política nacional de abastecimento, que inclui a retomada dos estoques reguladores e a ampliação das políticas de financiamento e de apoio à produção de alimentos, aos pequenos agricultores e à agricultura orgânica (p. 11).
 - 9 A principal missão da política industrial será promover o engajamento da indústria na transição tecnológica, ambiental e social. Para isso, a política industrial deve manter o foco nas prioridades do país e alavancar a capacidade tecnológica nacional e a inovação. Será também estimulada pelo poder de compra governamental em complexos industriais estratégicos, como saúde, energia, alimentos e defesa (p. 12).
 - 10 Estamos comprometidos com a soberania alimentar, por meio de um novo modelo de ocupação e uso da terra urbana e rural, com reforma agrária e agroecológica, com a construção de sistemas alimentares sustentáveis, incluindo a produção e consumo de alimentos saudáveis. Daremos apoio à pequena e média propriedade agrícola, em especial à agricultura familiar. Políticas de compras públicas podem servir de incentivo à produção de alimentos saudáveis e de qualidade – que têm tido sua área plantada reduzida nos últimos anos por falta de apoio do
-

-
- Estado –, e de estímulo à ampliação das relações diretas dos pequenos produtores e consumidores no entorno das cidades (p. 13).
- 11 O fortalecimento da produção agrícola, nas frentes da agricultura familiar, agricultura tradicional e do agronegócio sustentável, é estratégico para repensar o padrão de produção e consumo e a matriz produtiva nacional, com vistas a oferecer alimentação saudável para a população. A experiência brasileira já demonstrou que esse é o caminho para superar a crise alimentar e ampliar a produção de alimentação adequada e saudável, por meio de medidas que reduzam os custos de produção e o preço de comercialização de alimentos frescos e de boa qualidade, fomentem a produção orgânica e agroecológica e incentivem sistemas alimentares com parâmetros de sustentabilidade, de respeito aos territórios e de democratização na posse e uso da terra (p. 13).
 - 12 A produção agrícola e pecuária é decisiva para a segurança alimentar e para a economia brasileira, um setor estratégico para a nossa balança comercial. Precisamos avançar rumo a uma agricultura e uma pecuária comprometidas com a sustentabilidade ambiental e social. Sem isso, perderemos espaço no mercado externo e não contribuiremos para superar a fome e o acesso a alimentos saudáveis dentro e fora das nossas fronteiras (p. 13).
 - 13 Vamos assegurar o fortalecimento de uma política pública para a coleção das águas do país, promovendo a progressiva melhoria de sua qualidade e de sua disponibilização para utilização racional e integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável social e econômico. É importante garantir o direito à água e ao saneamento, por meio do reconhecimento da responsabilidade das esferas administrativas federal, estaduais e municipais na universalização dos serviços de saneamento básico à população brasileira e garantir a atuação das entidades públicas e das empresas estatais na prestação dos serviços de saneamento básico (p. 14).
-

DILMA 2010

-
- 1 Aprimoramento permanente dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para erradicar a fome e a pobreza, facilitar o acesso de homens e mulheres ao emprego, formação, saúde e melhor renda (p. 3).
 - 2 Transição do Bolsa família para a Renda Básica de Cidadania-RBC, incondicional, como um direito de todos participarem da riqueza da nação, conforme prevista na lei 10.853/2004, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004 (p. 4).
 - 3 Intensificação dos assentamentos e apoio técnico aos assentados (p. 4).
 - 4 Continuar, intensificar e aprimorar a reforma agrária de modo a dar centralidade ao programa na estratégia de desenvolvimento sustentável do país, com a garantia do cumprimento integral da função social da propriedade (p. 4).
 - 5 Fortalecer a política integrada e diferenciada para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos assentamentos (p. 4).
 - 6 Fortalecer a política integrada e diferenciada para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos assentamentos (p. 4).
 - 7 Fortalecer política de incentivo ao cooperativismo de agricultura familiar e economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento sustentável do país, redução da pobreza e geração de renda (p. 4).
 - 8 Fortalecimento da EMBRAPA, priorizando a agricultura familiar e as suas atividades para estratégias da soberania alimentar e nutricional do país e para a cooperação científica no campo das pesquisas agropecuárias com os países em desenvolvimento (p. 5).
 - 9 Flexibilização da proteção a direitos relativos à propriedade intelectual sobre cultivares ou variedades vegetais no âmbito de programas públicos direcionados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira (p. 5).
 - 10 Articulação dos Ministérios de Ciência e Tecnologia, Educação, MDIC, Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Agrário, Aquicultura e Pesca, Universidades e Institutos científicos com setores empresariais para, por meio da FINEP e de outras instituições, implementar e aprofundar políticas industriais e agrícolas que deem ênfase à inovação nas pequenas, médias
-

e grandes empresas, nas iniciativas de economia solidária e em empreendimentos agroindustriais (p. 6).

- 11 Fortalecimento do Ministério Desenvolvimento Agrário -MDA, como estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável (p. 7).
 - 12 Ampliação das redes de silos e armazéns, que garanta a segurança alimentar da população e favoreça as exportações (p. 7).
 - 13 Conclusão das obras do Projeto São Francisco e de trabalhos complementares que permitam a recuperação do rio e de seus afluentes, a irrigação de terras, o abastecimento de água potável (p. 7).
 - 14 Saneamento ambiental básico: universalização do abastecimento de água, da coleta e tratamento de esgoto, da coleta e destinação final do lixo e da drenagem urbana (p. 8).
 - 15 Reforço institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como espaço integrador de políticas sociais, consolidando os sistemas articulados com o Bolsa Família, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) (p. 13).
 - 16 Reforço institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como espaço integrador de políticas sociais, consolidando os sistemas articulados com o Bolsa Família, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) (p. 13).
-

DILMA 2014

- 1 Aprofundaremos o processo de modernização do licenciamento ambiental em curso com a regulamentação da Lei Complementar 140. A segurança hídrica será tratada com prioridade, mobilizando ações compartilhadas e concatenadas das três esferas de governo para que as necessidades de uso múltiplas da água – consumo humano, irrigação, hidroelétricas, pecuária e outros – sejam levadas em conta de forma racional e sustentável (p. 16 e 17).
 - 2 A reforma urbana pretende melhorar a qualidade de vida da população urbana, que hoje representa 81% dos brasileiros. Essa reforma enfrentará o desafio de equacionar o déficit habitacional, a questão da mobilidade urbana, do saneamento e da segurança pública. Para continuar ampliando o MCMV, precisamos garantir a oferta, nas grandes cidades, dos espaços necessários para a construção da casa própria. Os investimentos em mobilidade urbana buscarão assegurar transporte público rápido, seguro e eficiente. Vamos perseguir a universalização do saneamento básico, com destaque para a universalização do abastecimento da água tratada e a expansão em todo o território nacional do esgotamento sanitário e do seu tratamento (p. 20).
 - 3 Daremos continuidade ao esforço de investimento segurança Hídrica para avançar ainda mais na garantia de oferta de água com qualidade e regularidade em regiões historicamente carentes desse recurso (p. 22).
-

BOLSONARO 2018

- 1 Outro exemplo será a inclusão dos profissionais de educação física no programa de Saúde da Família, com o objetivo de ativar as academias ao ar livre como meio de combater o sedentarismo e a obesidade e suas graves consequências à população como AVC e infarto do miocárdio (p. 40).
 - 2 Privatização da Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB) (p. 60).
 - 3 Acima do valor da Bolsa Família, pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras. Todas essas ideias, inclusive o Bolsa Família, são inspiradas em pensadores liberais, como Milton Friedman, que defendia o Imposto de Renda Negativo. Propomos a modernização e aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Abono Salarial, com vantagens para os beneficiários. Vamos deixar claro nossa meta é garantir, a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família (p. 63).
-

-
- 4 A nova estrutura federal agropecuária teria as seguintes atribuições: Política e Economia Agrícola (Inclui Comércio); Recursos Naturais e Meio Ambiente Rural; Defesa Agropecuária e Segurança Alimentar; Pesca e Piscicultura; Desenvolvimento Rural Sustentável (Atuação por Programas); Tais atribuições seriam exercidas dentro da nova forma de gestão, através de indicadores que permitam identificar e monitorar o andamento de cada programa (p. 68 – TRECHO).
 - 5 Segurança no Campo; Solução para a questão agrária; Logística de transporte e armazenamento; Uma só porta para atender as demandas do Agro e do setor rural; Políticas específicas para consolidar e abrir novos mercados externos; Diversificação (p. 69).
-

BOLSONARO 2022

- 1 Promover e Fortalecer a Capacidade de Agregação de Valor da Agropecuária e da Mineração. Os setores agropecuário e de mineração se mostram importantes na performance econômica brasileira. O primeiro, já se encontra em um estágio de amadurecimento reconhecido internacionalmente e se tornou fonte de exportação de alimentos para inúmeros países, garantindo a segurança alimentar de bilhões de pessoas, direta ou indiretamente, interna e externamente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima uma safra recorde de cereais para 2022, considerando leguminosas e oleaginosas para este ano: 261,5 milhões de toneladas. Caso a previsão se confirme, o Brasil encerrará o ano com uma expansão de 3,3% na safra, em relação ao ano anterior. Mas há muito a se caminhar em um mundo onde a população aumenta e, conseqüentemente, as necessidades de alimentos também. Destaca-se que a evolução tecnológica tem permitido que se aumente a produtividade sem a necessidade de aumento das áreas produtivas, e continuem crescendo as safras sem causar desmatamento, sem danos ao meio ambiente e contribuindo para a sua preservação. [...] Nesta direção, o Governo Bolsonaro, no seu segundo mandato, intensificará as ações de promoção da competitividade e transformação do agronegócio, por meio do desenvolvimento e da incorporação de novas tecnologias biológicas, digitais e portadoras de inovação, permitindo o crescimento vertical da agropecuária, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Igualmente, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o governo fortalecerá a promoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e a implantação de práticas agrícolas que aumentem a produtividade e a produção, mantendo os ecossistemas e a capacidade de adaptação às mudanças do clima, melhorando progressivamente as oportunidades de geração de emprego e renda dos produtores rurais, especialmente dos pequenos e médios produtores e dos agricultores familiares (p. 19).
 - 2 Os serviços de assistência, inclusão social e segurança alimentar são essenciais para atender e proteger as pessoas e famílias mais vulneráveis, e permitir que disfrutem de uma vida digna e mais saudável. A promoção da cultura, do esporte e do lazer contribuem com o bem-estar, a coesão social e geração de oportunidades de emprego e renda. [...] As políticas sociais requerem constante aperfeiçoamento para que gerem resultados efetivos para a população. Nesse sentido, foi instituído o Programa Auxílio Brasil, com o objetivo de reduzir a pobreza e contribuir para o crescimento econômico sustentável (p. 22).
 - 3 É preciso que a Atenção Primária continue sendo um foco importante do Plano de Governo de 2023-2026, sem que se deixe de lado outros programas e iniciativas. Como exemplo, é importante que nutrólogos e nutricionistas sejam ouvidos a fim de contribuir na segurança alimentar da população, propondo alimentos adequados e compatíveis com a cultura de cada região, diminuindo a pressão sobre o sistema de saúde brasileiro na medida que a boa alimentação inibe o aparecimento de doenças (p. 23).
 - 4 É evidente a necessidade de se dar continuidade e consolidar ações complementares importantes, como: a democratização da internet nas escolas – notadamente as mais distantes dos grandes centros; a construção de novas creches e a manutenção das existentes; a manutenção da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – em consonância com pequenos produtores ou produtores locais (agricultura familiar) – em integração com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e o monitoramento
-

-
- da qualidade e dos resultados obtidos, a fim de redirecionar eventuais falhas no mais curto prazo possível (p. 25).
- 5 Também é preciso aliar o ensino presencial com o realizado na modalidade a distância, analisando e considerando aspectos e peculiaridades de cada região e microrregião, tais como: quantidade de escolas; distância da moradia dos alunos; infraestrutura disponível; conectividade; e necessidade de alimentação escolar, entre outros (p. 26 - TRECHO).
 - 6 Esse tema prioritário é afeto à saúde, aos direitos humanos para todos, à assistência social e às várias áreas de ordem multidisciplinar, pois interfere em fortalecimento de vínculos familiares e de amizade saudáveis, nutrição equilibrada, saúde física e mental e possibilidade de realizar atividades físicas, dentre outras. Permeia habitação, saneamento, educação, lazer, cultura, segurança e outros aspectos. Como se trata de um conjunto de atividades que, ao se tornarem uma rotina, auxiliam em diversos campos, inclusive diminuindo a pressão sobre o sistema de saúde. Políticas públicas que facilitem e incentivem a melhoria da qualidade de vida do cidadão e campanhas de propaganda incentivando esse tipo de comportamento devem ser feitas (p. 31).
 - 7 Promover a Segurança Alimentar e a Alimentação Saudável. Em um contexto mundial, onde o Brasil se destaca na produção de alimentos, esse tema prioritário é ampliado no Plano de Governo do mandato que se inicia em 2023. Hoje, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), estamos entre os cinco maiores exportadores do mundo, levando-se em conta o valor monetário em bilhões de dólares. São expressivos US\$ 55.4 bilhões em exportações da agropecuária em 2021. Para a Ásia, o Brasil significa um importante parceiro na segurança alimentar. Assim, é uma atividade estratégica que deve ser incrementada com uso de tecnologia de ponta, pesquisas e respeito ao meio ambiente. O equilíbrio entre a demanda nacional e as exportações é possível e perfeitamente factível, devendo ser objeto de estudos aprofundados a fim de dar acesso, em primeiro lugar, à população brasileira a uma alimentação saudável, compatível com os índices internacionais de calorias e qualidade diária, bem como desenvolver uma logística que garanta toda a cadeia produtiva com o mínimo de perdas e custos reduzidos. Além disso, deve-se manter e implantar políticas públicas que mitiguem efeitos da inflação mundial que se vive em função da pandemia e do conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia que reduzam de imediato a perda do poder de compra do brasileiro para que este se alimente de forma adequada. O Programa Alimenta Brasil se baseia nas compras públicas da produção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na doação de alimentos adquiridos, contribuindo de forma paralela para a emancipação econômica dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional de grupos socialmente vulneráveis, pertencentes aos municípios onde os alimentos são produzidos. É uma das diversas iniciativas do governo que podem ser citadas como exemplo. Paralelamente, importante reforçar a distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos, segmentos especialmente suscetíveis, dentre os quais se encontram indígenas e quilombolas, para garantir-lhes a segurança alimentar. O governo reeleito atuará para a integração das políticas de segurança alimentar e a econômica, aumentando a eficiência da alocação de recursos (p. 32).
 - 8 Esse conjunto de medidas, somado a outras de caráter estrutural quanto aos combustíveis fósseis, permitirão ao Brasil reduzir o preço da energia, importante para a nossa vida cotidiana e para a logística de transporte nacional e internacional, incluindo o gás de cozinha, fundamental para toda a população, além de reduzir os custos da produção industrial e dos produtos para o consumidor final (p. 33).
 - 9 As políticas já criadas e em andamento, como a Nova Lei do Gás, em conjunto com medidas econômicas e de desoneração, estão garantindo suprimentos de energia seguros e a preços acessíveis à população em curto e longo prazo. Medidas futuras estão sendo elaboradas com análises sobre os riscos atuais e futuros de interrupção do fornecimento de petróleo, desafios emergentes de segurança e transporte de gás e aumento da flexibilidade e resiliência do sistema do setor elétrico (p. 33).
-

-
- 10 A família do campo e seus bens, assim como sua propriedade, deverá ser objeto de políticas efetivas e ações céleres afim de garantir sua segurança e liberdade, seja para o pequeno produtor da agricultura familiar, seja para o grande produtor da agropecuária (p. 34).
-

ATESTADO DE VERSÃO FINAL

Eu, Aline Rocha Rodrigues, vinculado ao curso de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, declaro que esta é a versão final de minha TESE intitulada: **“Eleições Federais Brasileiras e Segurança Alimentar e Nutricional: política importa?”** sob orientação do(a) professor(a) Renata Rogowski Pozzo.

Florianópolis, 16 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **ALINE ROCHA RODRIGUES**
Data: 16/09/2025 14:38:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aline Rocha Rodrigues

Renata Rogowski Pozzo



Assinaturas do documento



Código para verificação: **11ZVO7G0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALINE ROCHA RODRIGUES (CPF: 029.XXX.869-XX) em 16/09/2025 às 14:38:13

Emitido por: "AC Final do Governo Federal do Brasil v1", emitido em 16/04/2025 - 18:21:42 e válido até 16/04/2026 - 18:21:42.
(Assinatura Gov.br)



RENATA ROGOWSKI POZZO em 16/09/2025 às 14:55:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:41:19 e válido até 30/03/2118 - 12:41:19.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwNDcyNjlfNDczNjZfMjAyMV8xMVpWTzdHMA==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00047269/2021** e o código **11ZVO7G0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.